

Alessandra Rapacci M. Prado
Ney Menezes de Oliveira Filho

Organizadores

CONTROLE PENAL E VIOLÊNCIA

*repensando os limites
do poder punitivo no
Brasil contemporâneo*



Controle penal e violência: repensando os limites do poder punitivo no Brasil contemporâneo

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado
Ney Menezes de Oliveira Filho
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRADO, A. R. M., and OLIVEIRA FILHO, N. M., eds. *Controle penal e violência: repensando os limites do poder punitivo no Brasil contemporâneo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2025, 210 p. ISBN: 978-65-5630-908-8.
<https://doi.org/10.7476/9786556309088>.

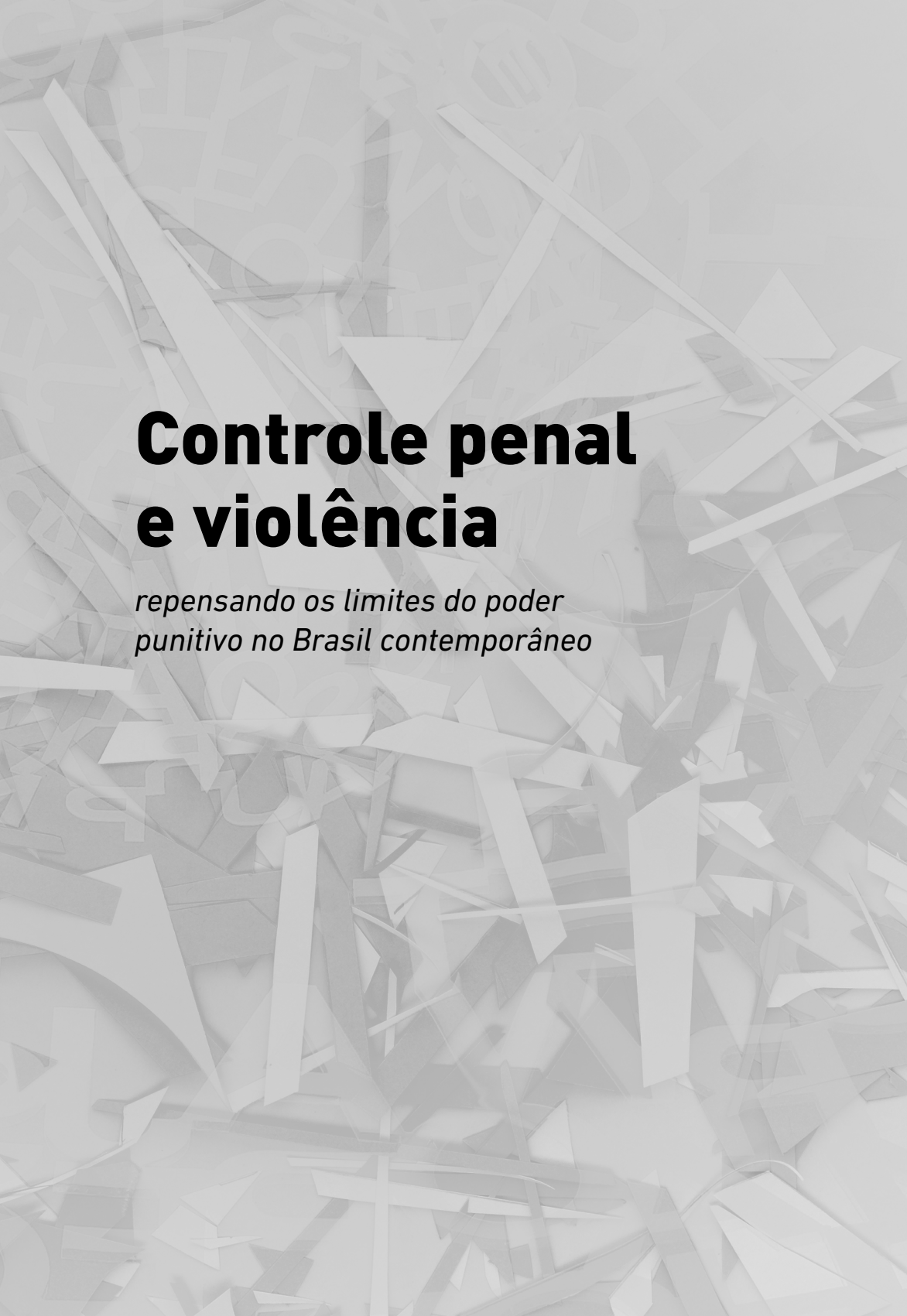


All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Atualmente, o fenômeno criminal ocupa um lugar de elevado interesse para a população, transformando-se muitas vezes em um objeto de consumo. A mídia avança na produção de materiais que teatralizam crimes, infratores e vítimas. Em paralelo, o sistema penal se mostra insuficiente para oferecer segurança a essa população culturalmente amedrontada, fazendo com que o recrudescimento seja também uma possível alternativa defendida por determinados grupos sociais. O exercício do poder punitivo ganha contornos mais específicos no Brasil, pois a sua formação social remonta ao uso do controle penal como continuidade de uma política de extermínio contra a população negra. Nesse sentido, enquanto a indústria cultural destaca nuances da violência individual representada em crimes que se transformam em séries e filmes, parte do discurso criminológico denuncia como o controle penal reproduz injustiças e aprofunda desigualdades. Os textos que compõem esta obra são o resultado de reflexões que problematizam o discurso oficial, segundo o qual o controle penal é capaz de prevenir violência e intervir de modo eficaz diante dos crimes praticados. Sendo assim, compreende-se que os crimes e as respostas punitivas estão imbricados na produção de dor e sofrimento para os mais vulnerabilizados.

The background is a complex, abstract composition of various geometric shapes, including triangles, rectangles, and polygons, in shades of gray. These shapes are layered and overlapping, creating a sense of depth and movement. Faint, semi-transparent text from other pages is visible in the background, adding to the layered effect.

Controle penal e violência

*repensando os limites do poder
punitivo no Brasil contemporâneo*

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Penildon Silva Filho



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Susane Santos Barros

Conselho Editorial

TITULARES

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Cleise Furtado Mendes

George Mascarenhas de Oliveira

Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté

Mônica Neves Aguiar da Silva

SUPLENTES

José Amarante Santos Sobrinho

Lorene Pinto

Lúcia Matos

Lynn Alves

Paola Berenstein Jacques

Rafael Moreira Siqueira



ALESSANDRA RAPACCI MASCARENHAS PRADO
NEY MENEZES DE OLIVEIRA FILHO

Organizadores

Controle penal e violência

*repensando os limites do poder
punitivo no Brasil contemporâneo*

SALVADOR
EDUFBA
2025

2025, autores.

Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial Cristovão Mascarenhas

Coordenação gráfica Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção Gabriela Nascimento

Assistente editorial Bianca Rodrigues de Oliveira

Capa e projeto gráfico Lúcia Valeska Sokolowicz

Revisão Mariana Leiro Cal

Normalização Marcelly Moreira Santos

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Controle penal e violência : repensando os limites do poder punitivo no Brasil contemporâneo / Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado, Ney Menezes de Oliveira Filho, organizadores. – Salvador : EDUFBA, 2025.
210 p.

ISBN: 978-65-5630-768-8

1. Direito penal - Brasil. 2. Criminologia - Brasil. 3. Controle social - Brasil. I. Prado, Alessandra Rapacci Mascarenhas. II. Oliveira Filho, Ney Menezes de.

CDD: 345.81

Elaborada por Tatiane de Jesus Ribeiro CRB-5: BA-001594/O

Editora afiliada à



Editora da UFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n – Campus de Ondina,

40170-115 – Salvador, Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

edufba@ufba.br | <https://edufba.ufba.br>

SUMÁRIO

- 7 Apresentação
- 19 *Mídia e Pacto brutal: entre os especialistas, a teatralidade e a linguagem punitiva*
Adriele Bela Neri, Micaella do Carmo Santos
e Ney Menezes de Oliveira Filho
- 63 Entre a violência institucional e o descumprimento de medida protetiva: ambiguidades fundamentais no discurso de proteção penal à mulher
Ney Menezes de Oliveira Filho e Dandara Reis Oliveira
- 105 A máquina burocrática de arquivamento: autos de resistência da comarca de Salvador (2020)
Ianine Vitória dos Anjos e Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado
- 161 Sistema de garantias e não autoincriminação: o direito penal e a coleta coercitiva de material genético
Tercília Júlia Oliveira Rodrigues e Lucas Gabriel Santos Costa
- 191 A mediação no processo penal brasileiro: uma reflexão necessária diante da assunção do sistema multiportas
Thaize de Carvalho Correia
- 209 Sobre os autores

APRESENTAÇÃO

Desde a segunda metade do século XVIII, com a influência do movimento filosófico e cultural iluminista, tem-se discutido, de uma maneira mais ampla, formas de racionalizar o arbítrio punitivo estatal. Simbolicamente, a obra *Dos delitos e das penas* (1764), de Cesare Beccaria (2005), foi uma importante tradução dessa primeira grande ruptura realizada no âmbito das ciências criminais. Isso porque, na Idade Média, o suplício e a violência dos métodos de produção de prova não encontravam limites.

No contexto iluminista, fundado em um paradigma filosófico-racional, uma nova forma de punir se instaura, na medida em que o Estado se torna o único e exclusivo titular do direito de punir. Sob a égide da abstratividade e da legalidade, outras exigências marcam a intervenção penal, principalmente no sentido de evitar penas desarrazoadas. Ressalta-se como o aludido autor italiano já se mostrava contrário, por exemplo, à pena de morte.

Com o Estado moderno, discursos são elaborados para justificar o monopólio do exercício do poder punitivo pelo Estado. Nesse sentido, o direito penal e o direito processual penal modernos foram construídos sob o fundamento de racionalização – a partir da elaboração de princípios e de dogmas limitadores – do poder punitivo. A segurança e a certeza jurídicas ganhavam contornos mais determinados com o reconhecimento do princípio da legalidade; e a intervenção penal foi legitimada, em grande medida, porque prevista em lei. O discurso jurídico-penal se constrói para legitimar/racionalizar a criminalização (Zaffaroni *et al.*, 2003), tendo como justificativa a proteção de bens jurídicos e a promessa de defesa social e de ressocialização dos condenados.

O poder do discurso – neste caso, do direito penal – é muito mais importante do que usualmente se reconhecia: todo poder gera um discurso e também – o que é fundamental – condiciona as pessoas para que só o conheçam através desse discurso e de acordo com o mesmo. Daí o fato de que o direito penal tenha criado seu mundo, pretendido conhecer a operatividade criminalizante segundo este seu mundo, e querido impedir o ingresso no discurso jurídico-penal de todo dado social que pudesse questioná-lo. Com isso exerce o poder que lhe confere proporcionar o discurso legitimador de todo o poder direto das demais agências do sistema penal (Zaffaroni *et al.*, 2003, p. 72).

Consideramos aqui o sistema penal em seu sentido mais amplo, de todos os atores que em alguma medida interferem no exercício do poder punitivo do Estado – desde a polícia até a mídia, além dos Poderes Legislativo (no caso brasileiro, o Congresso Nacional), Judiciário (nas esferas federal e estadual) e Executivo (nas esferas federal e estadual). Ou como definem Zaffaroni e demais autores (2003, p. 60): “o conjunto das agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção” – agências políticas, judiciais, policiais, penitenciárias, de comunicação social, de reprodução ideológica, internacionais, que, entretanto, “não operam coordenadamente, mas sim por compartimentos estanques, ou seja, cada uma de acordo com seu próprio poder, com seus próprios interesses setoriais e respectivos controles de qualidade”.

Em paralelo à tentativa de restringir a atividade punitiva estatal, observa-se como a solução penal europeizada foi importada para a América Latina e, de modo geral, para o Sul Global. A partir disso, esperava-se que a pretensão de racionalizar o exercício do poder punitivo, viabilizando a prevenção de crimes e a proteção de bens jurídicos, fosse aqui também operacionalizada, integrando-se, em um momento posterior, ao Estado do bem-estar social ou *welfare state*.

No entanto, as consequências da intervenção penal na América Latina e no Brasil têm sido nefastas, pois, no lugar das promessas declaradas, a pena tem se mostrado como uma medida ilegítima para lidar com os conflitos sociais, uma vez que, além de não cumprir com os ditames do seu discurso oficial, aprofunda as desigualdades e sedimenta o emprego da linguagem punitiva e de respostas violentas. Nesse sentido, há uma dissonância entre as tentativas de contenção da atuação penal, pois, no norte europeu, esse processo encontrou êxitos e limites que não foram assegurados nos países latino-americanos e africanos. Pelo contrário, aqui o poder punitivo se integrou ao processo de colonização e escravização, constituindo a reinvenção dos meios de produção da violência, transformando-os, inclusive, em mecanismos institucionais ou estatais.

No norte, as funções parcialmente cumpridas do sistema penal fizeram com que, na década de 1990, uma outra obra ganhasse relevo em uma tentativa mais complexa de restrição do *ius puniendi*. Trata-se da obra *Direito e razão: teoria do garantismo penal*, de Luigi Ferrajoli (2006). Essa segunda grande tentativa de racionalização do poder punitivo estatal ainda reverbera dentre os estudiosos das ciências criminais, mas, em que pese as importantes contribuições, não consegue contemplar os efeitos reais do cárcere, nem tampouco enfrentar o seu fracasso, já que as suas premissas estão consignadas no plano axiológico, em uma concepção jurídica intrassistêmica.

O direito penal dos ordenamentos desenvolvidos é produto predominantemente moderno. Os princípios sobre os quais se funda seu modelo garantista clássico – a legalidade estrita, a materialidade e lesividade dos delitos, a responsabilidade pessoal, o contraditório entre as partes, a presunção de inocência – são, em grande parte, como se sabe, fruto da tradição jurídica do iluminismo e do liberalismo (Ferrajoli, 2006, p. 37).

Esta coletânea surge como iniciativa do Núcleo de Estudos sobre Sanções Penais (NESP) – grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – de promover o encontro de autores e autoras que se preocupam com os limites do poder punitivo no Brasil contemporâneo; e assim ela traduz um esforço coletivo para repensar os limites da intervenção penal, tendo por base a realidade, os efeitos reais de sua atuação, o que também perpassa o caráter multifacetário do fenômeno criminal, a fim de compreender a sua interação com a violência racial e de gênero, a sua simbiose com a mídia, o esquecimento da vítima e outras formas de resolução de conflitos. Os contornos do poder punitivo desenvolvidos nos países colonizados exigem um comprometimento com o real e a busca por formas eficazes de redução de dor e sofrimento para o nosso povo.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), o ano de 2021 foi marcado, negativamente, por números preocupantes relacionados à reprodução da violência. O referido documento registrou quase 74.930 estupros, dos quais 56.820 foram estupros de vulneráveis. As mulheres são as maiores vítimas desses crimes. No mesmo ano, foram 47.452 mortes violentas intencionais, das quais 76,9% dessas vítimas são negras.

A violência estatal realizada por intermédio da polícia também é flagrante, visto que os dados evidenciam que 6.429 pessoas foram mortas em intervenções policiais no mesmo ano. Essa guerra forjada pelo discurso penal vitimiza também os policiais, que foram alvejados de maneira letal em 161 situações.

Em um país que tem 832.295 pessoas encarceradas e, em concomitância, os referidos dados sobre a violência, parece muito difícil sustentar a premissa de que a solução penal consegue alcançar as suas metas programadas e disseminadas. Além disso, o próprio funcionamento desse sistema enuncia como outras metas são realmente exitosas, especialmente quando se trata da criminalização e imunização,

da seleção e da definição de determinadas pessoas como criminosas, da fabricação da delinquência (Foucault, 1987), da ocultação dos próprios fracassos (Mathiesen), do silenciamento das vítimas (Christie, 2017) e da manutenção de um regime de produção de dor e de sofrimento (Hulsman, 1997).

Nesse contexto, o cerne do poder punitivo, para além da privação de direitos fundamentais (a exemplo da vida, da liberdade, da autonomia e do patrimônio), está imbricado com a produção de morte e a subtração da cidadania, especialmente em um país que experimentou as devastadoras consequências da colonização:

[...] a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal. É essa ação, esse choque em troca da colonização que é importante assinalar (Césaire, 2020, p. 23).

As conquistas democráticas europeias, sobretudo aquelas relacionadas ao controle penal, não se estenderam aos países colonizados, razão pela qual, logicamente, os limites pensados para o arbítrio punitivo estatal não podem ser os mesmos. A justificativa desta obra está centrada na relevância de encontrar esses limites para a intervenção penal no Brasil, reconhecendo que o nosso sistema penal é também o resultado de um empreendimento colonial e, por isso, reproduz a lógica do estranhamento, da outrificação e do extermínio.

Assim, compreende-se que outros caminhos precisam ser desenvolvidos para impedir a continuidade desse regime de violência. “[...] O mais importante do ponto de vista do sul é a luta contra esse poder genocida e, nessa luta, o mais importante são as táticas de resistência”

(Zaffaroni, 2021, p. 130). Para resistir, torna-se necessário saber o que foi projetado e por quem foi projetado esse regime de violência. Logo, esta obra é um esforço também nesse sentido de entender a configuração da linguagem punitiva e o que ela gera para a sociedade.

No primeiro texto, “*Mídia e Pacto brutal: entre os especialistas, a teatralidade e a linguagem punitiva*”, os autores Ney Menezes, Adrielle Neri e Micaella Santos analisam o discurso empregado no documentário *Pacto brutal: o assassinato de Daniella Perez*, por intermédio do marco teórico da criminologia da reação social e do abolicionismo. Para tanto, examinam como a ascensão do gênero *true crime* contribui para o alargamento da questão criminal, fortalecendo a narrativa punitivista e delimitando os papéis a serem desempenhados pelos seus agentes. O aludido documentário ocupa um lugar relevante no cenário brasileiro, pois se trata da obra mais assistida mundialmente em sua plataforma de *streaming*. O estudo que originou o capítulo empregou a abordagem qualitativa e a análise de conteúdo por meio da separação, interpretação e categorização dos discursos proferidos pelos atores jurídicos, no bojo dos depoimentos realizados no curso da produção cinematográfica. A partir das discussões propostas, entende-se que a criminologia midiática, junto às agências penais, utiliza-se de fatores como o sofrimento das vítimas, o clamor popular e as figuras de autoridade para consubstanciar a sua atuação. A teatralização de crimes reais, o legado da criminologia etiológica e o alinhamento discursivo dos especialistas são elementos que compõem e reforçam a linguagem punitivista na obra estudada.

Na sequência, Ney Menezes de Oliveira Filho e Dandara Reis Oliveira, autores do texto “Entre a violência institucional e o descumprimento de medida protetiva: ambiguidades fundamentais no discurso de proteção penal à mulher”, partem da observação de que, apesar dos esforços da política criminal em tipificar condutas para proteção das mulheres, a violência de gênero não tem diminuído. Nesse contexto, problematizam a insistência do sistema penal em

continuar a criminalizar condutas dessa espécie, mesmo sendo perceptível que a tipificação não conseguiu alcançar os seus objetivos declarados. Em paralelo, buscam encontrar o significado dos delitos de violência institucional e de descumprimento de medida protetiva de urgência no contexto nacional, a partir do marco teórico criminológico-abolicionista. A pesquisa teórica e interdisciplinar que originou o capítulo utilizou a revisão de literatura e a busca de dados em notícias divulgadas na mídia e estatísticas envolvendo a violência de gênero no Brasil para analisar o objeto de estudo. Além disso, tal investigação caracteriza-se como qualitativa, pois buscou uma interpretação possível para os aludidos tipos penais. Após a interpretação do conteúdo investigado, foi possível concluir que, obedecendo à dinâmica de expansão do direito penal, a tipificação da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva representa uma confissão do Estado de sua incapacidade de fiscalizar o cumprimento de suas próprias leis, bem como de controlar a violência reproduzida pelos seus próprios agentes.

A questão da violência institucional também atravessa o texto “A máquina burocrática de arquivamento: autos de resistência da comarca de Salvador (2020)”. As mortes em decorrência de intervenção policial são um índice monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, desde 2013, que abarca as mortes por policiais militares e civis, na ativa ou na reserva, dentro ou fora do serviço. Essas mortes resultam na lavratura de autos de resistência, um documento administrativo específico para quando policiais agem em presumida legítima defesa ou para vencer a resistência à prisão. Dessa forma, muitos inquéritos policiais que poderiam servir de base para a denúncia são arquivados. Diante desse cenário, as autoras Ianine Vitória dos Anjos e Alessandra Mascarenhas Prado analisam se os pedidos de arquivamento e as decisões de arquivamento em razão da caracterização de uma excludente de ilicitude são devidamente fundamentados. Para tanto, analisa-se os inquéritos policiais

resultantes de autos de resistência arquivados no ano de 2020 em Salvador-BA, concluindo-se que os promotores e, no mesmo caminho, os juízes fundamentam seus posicionamentos na construção moral da vítima.

Em contrapartida à omissão ou falhas no controle da violência institucional, é possível observar a quebra de garantias em relação a quem é submetido ao processo de criminalização. O texto “Sistema de garantias e não autoincriminação: o direito penal e a coleta coercitiva de material genético”, de Tercília Júlia Oliveira Rodrigues e Lucas Gabriel Santos Costa, apresenta uma análise crítica do contexto que caracteriza o estado de (sub)desenvolvimento atual da rede de garantias que sustenta o sistema penal e a intervenção punitiva no Brasil, por meio da valoração da relação entre a coleta coercitiva de material genético para fins de intervenção penal e o princípio da não autoincriminação, considerando a adequação e a necessidade da limitação racional da intervenção punitiva para uma democracia material. A partir da exploração bibliográfica e construção dedutiva, os autores abordam a relação entre a preservação da não autoincriminação e as novas e renovadas técnicas de submissão da pessoa à manifestação punitiva que se observa aqui por meio da coleta coercitiva de material genético. Pretende, nesse contexto, abrir espaços de discussão sobre o alcance do princípio da não autoincriminação que seja capaz de orientar e limitar a intervenção estatal ao nível de não instrumentalização e objetificação da humanidade.

Criticar a incongruência do processo penal ao cotejá-lo com a programação constitucional é tarefa permanente. No texto “A mediação no processo penal brasileiro: uma reflexão necessária diante da assunção do sistema multiportas”, Thaize de Carvalho Correia parte do entendimento de que devem ser construídos novos caminhos para solucionar velhos problemas comunitários rotulados como crime para concretizar o minimalismo eleito. Assim, a partir da criminologia crítica e da consideração de que o sistema acusatório ainda

não foi adotado nesta quadra da América, a autora tem como objetivo demonstrar que a mediação também tem cabimento na solução de conflitos definidos como crimes. Para tanto, apresenta a racionalidade penal moderna, sempre aflitiva e efficientista, e como o Estado promove o controle de certos grupos de pessoas, afastando-se das finalidades declaradas do atuar penal. Por fim, avalia se a mediação, como solução fraterna e solidária que pode aproximar as pessoas e possibilitar uma sociedade menos atomizada, pode ser utilizada para conformar esses problemas sociais, considerando que a atual forma hermética da produção penal, além de não reduzir as cifras de criminalidade, alija as partes do processo de construção da resposta ao seu problema, sendo, portanto, necessário pensar formas horizontais de construção de resposta.

A reunião desses textos viabiliza uma crítica conjunta ao sistema penal, integrando um saber contradiscursivo e a possibilidade de desvelar o que consubstancia o poder punitivo no Brasil. Tal atividade é fundamental em um país que se vale tanto do encarceramento como forma de administrar conflitos sociais e manter privilégios. Esses escritos traduzem também, conforme leciona Paulo Freire, “a educação como uma forma de intervenção no mundo”, porque

Sou professor a favor da docência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciocidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: *a miséria na fatura*. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo (Freire, 2018, p. 100, grifo nosso).

Apesar da violência gerada pelo controle penal e do significado que ela assume em nossa região, a educação como a expressão de um saber

crítico ainda pode mobilizar formas de resistência ao poder punitivo, contrastando o punitivismo colonial com formas mais democráticas de resolução de conflitos ou mesmo com a abolição das prisões.

O que significa, então, imaginar um sistema no qual não seja permitido que a punição se torne fonte de lucro corporativo? Como podemos imaginar uma sociedade na qual raça e classe não sejam causas determinantes primárias da punição? (Davis, 2018, p. 115).

São textos que propõem reflexões sobre o funcionamento do sistema penal a partir de uma abordagem crítica a respeito do controle social exercido por meio do sistema penal, questionando seus limites, omissões e repercussões. Por outro lado, alguns autores apresentam novas possibilidades de caminhos que objetivam viabilizar maior controle da atuação de agências do sistema penal ou maior participação da vítima e efetividade na composição dos conflitos.

Enfim, esta obra traduz uma provocação coletiva no sentido de refletir sobre as consequências do poder punitivo no Brasil e os caminhos possíveis para enfrentar esses efeitos. Espera-se que, mesmo com o desconforto gerado por algumas discussões, seja um convite no sentido de construir uma sociedade mais democrática e, ao mesmo tempo, menos violenta.

REFERÊNCIAS

- BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: veneta, 2020.
- CHRISTIE, Nils. *Limites da dor: o papel da punição na política criminal*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.
- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência das prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários e prática educativa*. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. 2. ed. Niterói: Luam Editora, 1997.

MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI – Abolição, um sonho impossível?. In: PASSETI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da (org.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim, 1997. p. 263-287.

ZAFFARONI, Eugenio Raul et al. *Direito penal brasileiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Colonização punitiva e totalitarismo financeiro: a criminologia do ser-aqui*. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2021.

MÍDIA E *PACTO BRUTAL*: entre os especialistas, a teatralidade e a linguagem punitiva

Adriele Bela Neri

Micaella do Carmo Santos

Ney Menezes de Oliveira Filho

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo principal analisar as perspectivas criminológicas sobre os atores jurídicos explicitados no documentário *Pacto brutal: o assassinato de Daniella Perez* (2022). Nos últimos anos, o aumento de produções cinematográficas do gênero *true crime* se mostrou exponencial, ganhando espaço nas mais diversas plataformas de *streaming* mundiais. No cenário brasileiro, não foi diferente. Isso porque crimes que abalaram a sociedade em suas épocas retornaram às telas sob uma nova roupagem, apresentando personagens inéditos e informações desconhecidas pelas gerações mais novas.

Nesse contexto, o referido documentário se destacou, tornando-se a produção mais assistida mundialmente na HBO Max, já em seu primeiro mês de lançamento, sendo um marco abertamente noticiado pela plataforma. Tornando-se notório o seu sucesso após 30 anos do ocorrido, o documentário conta com a participação de familiares, amigos e colegas de trabalho da vítima, bem como jornalistas, pesquisadores e funcionários do sistema judiciário. A presente conjuntura faz com que seja essencial problematizar o

seguinte: qual é a perspectiva criminológica preponderante no documentário sobre os discursos encampados pelos atores jurídicos que compõem a obra?

Para que a relação entre o que é dito no documentário e o as teorias criminológicas fosse auscultada, a pesquisa que originou este capítulo utilizou o marco teórico da reação social e do abolicionismo, oportunidade em que se evidencia o imbricamento entre a mídia e o sistema penal, em função da ascensão do gênero *true crime*. Essa aproximação também permitiu a compreensão da forma como os veículos de comunicação difundem o punitivismo a partir do etiquetamento e da dramaturgia presente no fenômeno criminal.

Ademais, sob uma tentativa de entender o espaço que o objeto de estudo ocupa, assim como busca se apresentar para os seus telespectadores, tornou-se imprescindível descrever o documentário *Pacto brutal* e as suas nuances no que concerne aos atores jurídicos que dele fazem parte. Do mesmo modo, identificar os principais elementos discursivos utilizados na obra, a fim de entender as premissas que orientam a produção do conteúdo estudado.

Como mencionado anteriormente, a utilização de crimes reais como pano de fundo para filmes, documentários, séries e até mesmo *podcasts* é recorrente, figurando entre as produções mais assistidas semanalmente em suas plataformas. Torna-se impossível observar esse desenvolvimento crescente e não o relacionar com a sanha punitivista que sempre foi alimentada pela mídia na população. Ao estampar nas telas perfis já conhecidos em ambos os polos da ilustração criminal, o estereótipo do sujeito anormal é reforçado, gerando ainda mais violência.

O presente tema causa inquietação diante da ascensão da teatralização de crimes reais, levando em consideração o alto interesse da grande massa em consumir esse tipo de conteúdo. Ademais, a disseminação de um discurso punitivista e maniqueísta sobre o fenômeno criminal não só influencia como estimula a reação social diante do

delito. Em paralelo, o discurso proferido pelos “especialistas” acaba forjando um saber aparentemente válido para lidar com esses crimes, porém tal alinhamento ideológico merece uma maior atenção, a fim de entender os seus limites e os seus riscos.

Destaca-se, ainda, que o presente capítulo não possui de forma alguma a intenção de revitimizar amigos, familiares e admiradores da vítima, entendendo que a perda de um ente querido constrói uma lacuna que jamais será preenchida. Desse modo, não caberia aqui realizar qualquer juízo de valor, condenação ou absolvição simbólica dos sujeitos que compõem a produção, entendendo que a dor, o sofrimento ou as motivações para o crime não foram objeto do estudo que originou este capítulo, e sim perceber como o documentário organiza e reforça a necessidade de punição.

Sabe-se que os caminhos para que se possa entender o fenômeno criminal estão ligados a fatores como raça, classe e gênero, tendo em vista que a grande clientela do sistema penal brasileiro é composta por jovens negros oriundos de bairros marginalizados. No entanto, resalta-se que o presente capítulo não possui o intento de discutir todas as nuances que atravessam o tema do funcionamento do sistema penal no Brasil.

No que concerne à metodologia do trabalho que deu origem a este capítulo, trata-se de pesquisa qualitativa e, predominantemente, indutiva, pois a análise dos dados encontrados no documentário viabilizou a construção de significados para os problemas propostos, além da correspondente categorização. A análise de conteúdo foi a possibilidade metodológica também empregada no trabalho, seguindo os passos formulados por L. Bardin (2002) para a investigação.

Em termos procedimentais, os cinco episódios do documentário foram minuciosamente assistidos, registrando-se em uma tabela a minutagem, o interlocutor e a transcrição da fala. Ademais, optou-se pelo registro, em regra, do momento em que os atores jurídicos qualificavam, de algum modo, os réus. Após o registro e a análise dos dados,

o discurso proferido foi interpretado e categorizado, o que pode ser acompanhado na leitura das próximas páginas.

DA MÍDIA E SISTEMA PENAL: A ASCENSÃO DO GÊNERO *TRUE CRIME*

True crime – ou traduzido, “crime real” – é um gênero de entretenimento que tem como principal intenção abordar detalhes de infrações e suas investigações. De produções de alto orçamento a programas de notícias sensacionalistas, o delito é uma evidente fixação pública global. De acordo com a assessoria de comunicação do Spotify, plataforma de áudio mais popular do Brasil, há no país cerca de 50 opções de *podcast* dedicados ao *true crime*, e pelo menos 30 mil no mundo¹. No entanto, não é de hoje que histórias de delito e seus envolvidos, sejam vítimas ou acusados, fascinam os espectadores brasileiros, programas como *Linha direta* (1990) são um exemplo disso.

Os casos retratados pelo gênero ganham uma grande cobertura da mídia e causam um verdadeiro clamor social, envolvendo uma necessidade de solução associada à exigência de uma resposta imediata das autoridades judiciais. Assim, ao se aproximarem do ato infracional, as agências de comunicação passam por um processo denominado por Nilo Batista (2004) de executivização, isto é, se distanciam do seu papel comunicador e assumem a condição de um verdadeiro órgão do poder punitivo, exercendo um papel de juiz, julgando indivíduos que até o momento são suspeitos. Segundo o autor (Batista, 2004, p. 16): “[...] não se trata aqui de apenas influenciar um tribunal, senão de realizar diretamente o próprio julgamento”.

Ao mesmo passo que agem como parte do sistema penal, os meios de difusão de informação também são responsáveis por fortalecer um discurso que é legitimador deste. As teorias e pesquisas que buscam

¹ Ver: ARAGÃO, Helena. Gosto de sangue. *Carta Capital*, São Paulo, 16 set. 2022.

deslegitimar o discurso punitivista são, em sua grande maioria, ignoradas, quase como se não existissem. Tal busca por legitimação ocorre justamente porque as instituições penais necessitam de um aparato legal e político que as consubstancie.

A imprensa produz e reproduz um discurso sobre a violência que define no senso comum o que é o crime e o criminoso, reduzindo a complexidade do tema a uma concepção que é maniqueísta e difundindo na população o medo e a representação de que as agências penais devem punir cada vez mais, o que explicaria o motivo pelo qual grande parte dos casos retratados por programas *true crime* são de homicídio, como *Pacto brutal* (2022) e *A menina que matou os pais* (2021). A morte, em determinados contextos, gera uma mobilização social no sentido de alcançar a justiça (ou a vingança). Em simbiose com o sistema penal, a mídia tem explorado esses fatos violentos com um flagrante sensacionalismo.

Para conferir veracidade à narrativa sensacionalista, ela ainda se vale da presença de especialistas. Por isso não é incomum que atrações do gênero contenham a presença de psiquiatras, peritos, advogados, entre outros. Sobre isso, escreve Nilo Batista (2004, p. 9):

A regra de ouro deste circo, embora nem sempre percebida claramente, é que a fala do especialista esteja concorde com discurso criminológico da mídia: se algum trecho se afasta do credo, será banido da publicação ‘editada’ da fala.

Zaffaroni (2013), ainda sobre o uso de profissionais, entende que essa convocação tem a finalidade de dar à criminologia midiática um caráter científico. Para ele, esses especialistas, ou pelo menos uma grande parte deles, em um primeiro momento sabem o que dizem, são profissionais que quando atuam dentro de suas respectivas áreas são bons. Mas, em um momento posterior, são atribuídas a estes respostas e opiniões que não passam de mera assimilação da narrativa dada pelos meios de formação de opinião. Eles se tornam meros pa-

pagaio. Para o autor, o que lhes falta são compreensões sobre o fenômeno criminal que somente um criminólogo poderia ter.

Como consequência dessa mentalidade punitivista disseminada pelas agências de comunicação, há um populismo penal, isto é, um afastamento do direito penal do seu caráter subsidiário e fragmentário, que pressupõe que esse ramo do direito só deve se preocupar com as lesões mais graves aos bens jurídicos mais importantes, passando a ser visto como *prima ratio*, a primeira solução para os problemas da sociedade.

Conforme entende Zaffaroni (2013), a relação entre mídia e sistema penal funciona então a partir de um ciclo: o controle penal estatal persegue seletivamente os crimes; a mídia divulga esses fatos de maneira irrestrita e sensacionalista, muitas vezes rotulando e estigmatizando os infratores; a opinião pública é atingida pela ideia de insegurança e, em razão disso, demanda pelo aumento do controle penal (com mais prisões e mais penas); e por fim, atendendo ao clamor social e midiático, os Poderes Executivo e Legislativo implementam essas medidas punitivistas.

No primeiro plano, agindo como parte do poder público, ao transmitir as imagens de pessoas que até o momento são suspeitas como se criminosas fossem, a mídia é responsável por suprimir uma série de direitos destes, como o previsto no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal (Brasil, 1988), que dispõe: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Assim, a imprensa antecipa a culpabilidade dos agentes.

O fato é que não é apenas no processo judicial que os meios de comunicação se aproximam das instâncias criminais, há uma influência também no processo legislativo. Zaffaroni (2013, p. 208) disserta sobre:

Os políticos atemorizados ou oportunistas, que se somam ou se submetem a criminologia midiática, aprovam essas leis disparatadas e afirmam que desse modo enviam mensagem à sociedade, confundindo a lei penal com internet.

Isso no Brasil se comprova perante o grande número de leis que são aprovadas em razão de uma grande pressão midiática, o que, recentemente, pode ser observado nos seguintes casos: a Lei nº 12.737 (Brasil, 2012), chamada Lei Carolina Dieckmann, e a Lei nº 14.344 (Brasil, 2022b), apelidada de Lei Henry Borel.

Segundo uma pesquisa realizada pelo Politize! (Blume, 2015), há pelo menos três motivos principais que podem fazer um Projeto de Lei (PL) no país levar 20 anos em trâmite para ser votado: o primeiro, pelo volume de trabalho acumulado pelo Legislativo; o segundo, pelo longo processo de votação; e o terceiro, pelo desinteresse dos parlamentares e presidente sobre o assunto.

Esse último se mostra claro quando analisamos que propostas de norma como a nº 4.330 (Brasil, 2004), que visa realizar mudanças no contrato de trabalho de empregados terceirizados, mesmo marcada com regime de tramitação de urgência, após 19 anos ainda não foi apreciada pelo Legislativo. Em contrapartida, o PL nº 1.360 (Brasil, 2021), que buscava transformar o homicídio infantil em crime hediondo, foi apresentado em plenário no mês de abril de 2021, e pouco mais de um ano depois, em maio de 2022, já estava vigente como Lei nº 14.344 (Brasil, 2022b).

O contexto em que esse PL está inserido não pode ser distanciado de sua tramitação rápida: o assassinato da criança Henry Borel, no qual os principais suspeitos, sua mãe e seu padrasto, estamparam todas as manchetes de jornais poucos meses antes da propositura. Indiscutível então que a influência exercida pelos meios de informação contribui para que determinado projeto tenha um maior interesse dos parlamentares, e graças a isso seu curso de votação seja menos moroso que outro. Essas circunstâncias bastam para que deputados e senadores inovem cada vez mais com dispositivos penais que não resolvem a raiz do problema, só novamente trazem uma sensação de segurança que perpetuará até o próximo caso de destaque midiático.

Destarte, observa-se que os meios midiáticos exercem uma grande influência sobre o sistema penal. Mathiesen (2003) entende que a relação entre eles funciona a partir de uma retroalimentação, isto é, ao invés de reconhecer que os altos índices de delito indicam que o sistema carcerário é um fracasso, a mídia produz um discurso sobre como esse vislumbre significa uma necessidade de mais cárcere. Toda essa aproximação entre as duas instituições, que vai do processo legislativo ao judicial, construindo a imagem do criminoso e da vítima, servirá como fundamentação para a atuação cada vez mais expansiva do direito penal.

A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CRIMINALIDADE

Não é novidade que a mídia e o sistema penal interagem na construção social da criminalidade. Presume-se que, a partir da atividade midiática, exista uma informação descritiva sobre um fato do cotidiano, porém, nessa mesma atividade, há também um padrão ou *script* que define como a notícia é criada, quais são os seus personagens e o que deve ser feito em função do que é contado.

Quando se discute a questão criminal, o jeito de contar a história do fato criminoso é marcado por estigmas, rótulos e outros elementos que não correspondem à realidade. Ao abordar essa característica, Zaffaroni (2013, p. 194, grifo nosso) entende que:

[...] a *criminologia midiática* sempre existiu e sempre apela a uma criação da realidade através de informação, subinformação e desinformação em convergência com preconceitos e crenças, baseada em uma etiologia criminal simplista, assentada na causalidade mágica.

Assim, afirma-se, por exemplo, quando um delito é noticiado, que há algo da notícia que diz respeito ao próprio crime, mas, em paralelo, existe o formato utilizado pela mídia para narrá-lo. De um lado, per-

cebe-se a conduta narrada; e, por outro lado, observa-se a narrativa do fato. Nessa segunda dimensão, ao considerar a violência do delito em seu aspecto individualizado (e não social), a opção recorrente feita pela mídia encerra uma percepção que nutre o punitivismo e impede uma compreensão mais satisfatória do fenômeno criminal.

Nesse sentido, Marcus Alan Gomes (2015, p. 135) destaca que

A criminalização midiática consiste na dinâmica pela qual a mídia reforça esses traços próprios da decisão política (seletividade e estigmatização), potencializando seu caráter repressivo e sua vocação excludente.

Essa opção de natureza política diante de fatos considerados criminosos conduz à criação de respostas possíveis para o sujeito infrator, para a vítima e, de um modo geral, para a sociedade.

No que concerne ao sujeito infrator, entra em cena na abordagem midiática a proposição etiológica e individualista, a fim de reforçar elementos da personalidade do indivíduo definido como criminoso, além de evidenciar as suas camadas de periculosidade.

Assim como o conceito de personalidade, a periculosidade corre o risco de ser, então, um instrumento portador de estruturas defensivas preestabelecidas, impedindo a consideração de outros elementos do contexto e da relação (Cappi, 2017, p. 286).

Trata-se de uma concepção etiológica porque tende a buscar as causas do fato na pessoa do infrator, como se ele fosse, isoladamente, o portador do mal decodificado no crime. Logo, essa é uma perspectiva individualista, pois interessa apenas o fato de que o sujeito infrator ofendeu o patrimônio da vítima, ou seja, não há qualquer espaço para a compreensão contextualizada do evento, levando em consideração o que o sujeito é para além da lesão produzida, como parte de uma comunidade. Em suma, a opção pela abordagem individualista impede que o fato ocorrido seja lido como algo que nasce

na sociedade. Como o fato é interpretado de forma destacada da sociedade, esta também não necessitaria se ocupar muito do que vem a seguir. O protagonismo do sujeito delinquente sobrepuja a pena, a prisão e as consequências das situações problemáticas (Hulsman; Celis, 1997) para as vítimas.

A periculosidade aparece também como pilar nessa simbiose entre a mídia e o funcionamento do sistema penal, já que, ao anunciar o delito e a insegurança, instaura-se a sensação de perigo constante, o que demanda uma ação por parte das autoridades públicas (Zaffaroni, 2013). No entanto, ainda que medidas sejam adotadas, novos crimes não deixam de existir, oportunidade em que os meios de comunicação sempre terão o seu produto. Esse perigo pode ser difundido em função do autor da infração, tendo em vista a sua personalidade antissocial e desajustada, e/ou como perigo para a sociedade, quando haverá o reforço das necessidades de defesa social (Baratta, 2002).

No que tange ao sujeito passivo da infração, sabe-se que mídia e sistema penal estão imbricados no abandono daquele(a) que sofreu as consequências da conduta lesiva. Muitas vezes de maneira sorrateira e oportunista, os meios de comunicação se aproveitam das vítimas logo após a ocorrência dos delitos, quando estão fragilizadas emocionalmente. Nesse momento, elas expõem a necessidade de justiça e a dor da perda em público. Nesse contexto, Hulsman e Celis (1997, p. 116) sugerem que:

A mídia, que sempre noticia os casos mais dolorosos, os atos irreparáveis, tem a tendência de ouvir as vítimas, sobretudo as famílias das vítimas – que reclamam por vingança. Naturalmente, esse sentimento existe, sobretudo se as pessoas são entrevistadas no momento em que acabam de sofrer o acontecimento. É preciso evitar, porém, a impressão de que tal reação seja generalizada ou durável.

Por conseguinte, o discurso punitivista se fortalece consubstanciado no lapso de dor encampado por essas pessoas. Em verdade,

o sofrimento denunciado corrobora a oportunidade pública de se renovar o maniqueísmo próprio do sensacionalismo midiático, o que confirma a hipótese de que o infrator é um indivíduo anormal e/ou perigoso. Enquanto isso, a vítima ocupa o lugar de coadjuvante na teatralidade dos meios de comunicação e do sistema penal. Passado o momento do depoimento, as pretensões dos ofendidos são escanteadas.

Se a mídia sensacionalista é oportunista ao publicizar a dor da vítima para sustentar a audiência, o sistema penal também não busca uma aproximação adequada diante do conflito. Em que pese o discurso oficial no sentido de proteger o lesado, observa-se que, além de não o proteger, as agências do controle penal imprimem novas dinâmicas de violência (revitimização) (Andrade, 2012).

Com base nisso, constata-se também o silenciamento da vítima pelo sistema penal, principalmente no que condiz às pretensões de reparação do dano (quando possível fazê-lo), caracterizado pela substituição do sujeito que ocuparia, processualmente, o polo passivo pela pretensão acusatória exercida pelo Ministério Público (MP), oportunidade em que se desenvolve uma imagem artificializada da disputa que é levada ao Judiciário.

As expectativas dos ofendidos podem ser distintas, vinculando-se, especialmente, ao tipo de crime sofrido. Contudo, a partir da observação do serviço de atendimento a vítimas e testemunhas, que funcionava em Paris, na década de 1980, Hulsman e Celis (1997, p. 119) ressaltam o seguinte:

Essa talvez seja a revelação mais inesperada deste tipo de experiência. As pessoas em dificuldades e na dor têm, antes de tudo, necessidade de alguém que as escute. Quando pessoas compreensíveis e amigáveis lhes permitem se expressar com calma e melhor, se situar em seu conflito, um pouco do seu problema já está resolvido.

Apesar dos avanços legislativos recentes – como, por exemplo, a Lei nº 13.431/2017, que trata do depoimento sem dano (Brasil, 2017) –,

os meios de comunicação e o sistema penal seguem sem considerar as expectativas reais dos que são ofendidos pelos crimes. Trata-se de um teatro da punição, onde os lesados são invisibilizados e/ou revitimizados, assegurando-se o protagonismo ao autor.

A construção da vítima pela mídia também passa pela assunção de um discurso sobre a pena, a prisão e o significado de justiça no caso noticiado. Quando há uma intersecção discursiva entre a postura do ofendido e a ideia comum de punição propalada nos meios de comunicação de massa, surge o que Zaffaroni (2013, p. 213) denomina de vítima-herói, ou seja,

[...] em alguns casos, a criminologia midiática encontra a vítima ideal para seu propósito, capaz de provocar identificação em um amplo setor social e, nesse caso, converte-a em porta-voz de sua política criminológica [...].

Assim, a mídia sensacionalista se utiliza de manobras oportunistas para, em um primeiro momento, construir a imagem do sujeito passivo da infração como alguém frágil, vulnerabilizado pelas consequências do crime. Posteriormente, o ofendido participa do teatro midiático como alguém que, ao lado do discurso punitivo, clama por justiça, sendo esta confundida com a prisão dos autores do delito. No final das contas, o *script* corrente dos meios de comunicação reforça a coadjuvância desse sujeito e se vale do seu sofrimento para sedimentar socialmente a necessidade e a legitimidade da punição. Diante disso, observa-se como a linguagem penal, com a contribuição da mídia, é engendrada:

[...] Por que houve um grau tão óbvio de conforto diante da perspectiva de tantas novas prisões? Uma resposta parcial a essa questão tem a ver com a maneira pela qual consumimos as imagens das penitenciárias fornecidas pela mídia, ao mesmo tempo que a realidade do encarceramento permanece desconhecida para quase todos

os que não tiveram o infortúnio de cumprir pena. A crítica cultural Gina Dent observou que nossa sensação de familiaridade com a prisão deriva em parte das representações das prisões em filmes e outras mídias visuais (Davis, 2018, p. 18).

De fato, os meios de comunicação permitem a naturalização do cárcere e das soluções penais, porém, na mesma medida em que aproximam a audiência da violência narrada, imprimem uma narrativa da violência que reforça a linguagem punitiva. Sobre as consequências do punitivismo midiático para a sociedade, parece existir aqui um movimento ambivalente, pois séries, documentários, filmes e publicações em redes sociais parecem aproximar a população da problemática criminal e das consequências do funcionamento do sistema penal. Em contrapartida, essa aproximação é aparente, porque o fracasso da prisão em suas promessas declaradas permanece intocado para boa parte da população.

Em função disso, Mathiesen (2003, p. 95) afirma que a irracionalidade da prisão é um segredo para a nossa sociedade, sendo que:

Se as pessoas realmente soubessem o quão fragilmente a prisão, assim como as outras partes do sistema de controle criminal, as protegem — de fato, se elas soubessem como a prisão somente cria uma sociedade mais perigosa por produzir pessoas mais perigosas —, um clima para o desmantelamento das prisões deveria, necessariamente, começar já. Porque as pessoas, em contraste com as prisões, são racionais nesse assunto.

Simultaneamente à irracionalidade da prisão em relação aos seus objetivos declarados, tendo em vista as contribuições do criminólogo norueguês, constata-se a racionalidade da violência reproduzida pelo próprio sistema penal. As desigualdades de classe, o extermínio da população negra e as dinâmicas de gênero difundidas são aprofundadas pelo exercício do poder punitivo. Segundo o autor francês,

A racionalidade é o que programa e orienta o conjunto da conduta humana. Há uma lógica tanto nas instituições quanto na conduta dos indivíduos e nas relações políticas. Há uma racionalidade mesmo nas formas mais violentas. O mais perigoso na violência é a sua racionalidade. É claro que a violência é, nela mesma, terrível. Mas a violência encontra sua ancoragem mais profunda e extrai sua permanência de racionalidade que utilizamos. Pretendeu-se que, se víssemos em um mundo de razão, poderíamos nos livrar da violência. Isso é inteiramente falso. Entre a violência e a racionalidade não há incompatibilidade. Meu problema não é fazer o processo da razão, mas determinar a natureza dessa racionalidade que é tão compatível com a violência (Foucault, 2006, p. 319).

Logo, os meios de comunicação ocupam um papel mediador, a fim de manter o não reconhecimento do fracasso e articular o funcionamento exitoso das práticas punitivas. A irracionalidade estaria relacionada ao que realmente se produz com a prisão. O poder punitivo traz consigo o seu produto, obedecendo ao que foi sugerido por Foucault. A fabricação da delinquência e a gestão diferencial dos ilegalismos estariam imbricadas com as dinâmicas do exercício do poder de punir. Essas consequências reais seriam, de acordo com Mathiesen (2003), o segredo mais bem guardado de nossa sociedade.

Por fim, ainda em um sentido foucaultiano, a racionalidade significa a norma que orienta a ação das pessoas, ou seja, por trás de todo veículo de produção da violência se encontra aquilo que fundamenta a ação. Se a mídia sustenta a compreensão do conflito em função da linguagem punitiva, tem-se uma lógica do sacrifício atrelada ao problema penal, isto é, assim como a cura depende da eliminação da doença, a questão do crime se resolve com a simples punição do criminoso. Nesse cálculo simples, reside uma fórmula excludente e que permite pouca compreensão real do conflito.

Além disso, quando se trata de práticas sociais de exclusão, discriminação, racismo, sexismo e demais formas violentas de reprodução

de assimetrias sociais, a linguagem punitiva dominante não escapa dessas dinâmicas, configurando, assim, um sistema penal que, no lugar de proteger direitos e bens jurídicos, aprofunda laços de desigualdade. É exatamente nesse aspecto que não se pode questionar o êxito e a racionalidade do sistema penal (Santos, 2006).

O DOCUMENTÁRIO *PACTO BRUTAL* E O CENÁRIO BRASILEIRO

Após 30 anos de um dos crimes que mais mobilizou a mídia e a população brasileira na época, é lançado em todo o mundo o documentário intitulado *Pacto brutal: o assassinato de Daniella Perez*. Dirigida por Tatiana Issa e Guto Barra, também roteirista dos episódios, a produção cinematográfica estreou no dia 21 de julho de 2022, em uma das maiores plataformas de *streaming* mundial, a HBO Max. Trazendo à tona a inquietação de familiares e amigos da vítima, aspectos sobre a história dos envolvidos e perguntas que até os dias de hoje não possuem respostas, o documentário tornou-se referência no gênero *true crime* brasileiro.

A relação entre ficção e realidade não é um fascínio recente, pois há décadas famílias inteiras se reúnem em frente à televisão para assistir programas e novelas que se tornaram marcas registradas das produções nacionais. Dessa forma, em agosto de 1992, ia ao ar o primeiro capítulo da telenovela *De corpo e alma*, que tinha como autora Glória Perez e ocupava o horário nobre da maior emissora brasileira, a Rede Globo. O folhetim foi responsável por lançar novos talentos para o público e apresentava os personagens de Daniella Perez e Guilherme de Pádua em um triângulo amoroso.

O que muitos não esperavam é que a realidade e a dramaturgia iriam se atravessar por meio de um acontecimento marcante: na noite do dia 28 de dezembro de 1992, o corpo de Daniella Perez, 22 anos, é encontrado em meio a um matagal na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro,

com 18 ferimentos no peito. A partir dessa descoberta, familiares, amigos e todo o Brasil se questionavam o que poderia ter acontecido durante aquela véspera de ano novo, que parecia tão comum como qualquer outra. Consequentemente, ao longo das investigações surge uma grande revelação, pois os responsáveis por tal fato seriam Guilherme de Pádua, seu companheiro de cena, e sua então esposa Paula Thomaz.

Nessa perspectiva, todos os acontecimentos e coincidências levaram a mídia, com sua influência sobre grande parte da população, a construir uma relação problemática entre os fatos e os personagens ficcionais. Manchetes como “18 golpes de tesoura matam Yasmin” ou “Romance de novela se transforma em tragédia”, além das utilizações de fotos da telenovela, criando uma falsa percepção do real, ocuparam a primeira página dos jornais, transformando o crime em um grande espetáculo e sexualizando a imagem da vítima e de seu agressor.

Com um roteiro dividido em cinco episódios, possuindo cerca de uma hora de duração cada, a produção documental busca criar uma imersão do telespectador em toda a tensão, dúvidas e angústias que estiveram presentes na atmosfera desse crime. Indubitavelmente, esse envolvimento é possibilitado por meio da narração dos fatos e percepções da mãe da vítima, Glória Perez, pois, com a voz embargada em diversos momentos, ela assume uma posição de narradora na tentativa de fazer com que o mundo conheça e se sensibilize com a sua história.

Nesse sentido, é possível entender que um de seus objetivos foi concluído com êxito, já que segundo dados publicados pela própria HBO Max, o documentário *Pacto brutal* se tornou a produção original da plataforma mais assistida em todo o mundo. Consequentemente, essa notícia não passou despercebida por aqueles que buscaram por algum tipo de justiça, seja ela qual for, por todos esses anos, rendendo comemorações nas redes sociais da mãe de Daniella e do ex-marido da vítima, Raul Gazolla.

Torna-se inevitável e necessário observar qual o impacto que essa produção pode causar depois de 30 anos da ocorrência dos fatos. Quanto a isso, Zaffaroni (2013, p. 208) apresenta que “Esses seriados transmitem a certeza de que o mundo se divide em bons e maus e que a única solução para os conflitos é a punitiva e violenta”. Desse modo, mesmo após tantos anos, a semelhança entre a indignação popular sobre o delito é notória, saindo das capas de revistas e manchetes de jornais para a *timeline* das redes sociais.

Transformando a punição pelo crime cometido em um ciclo interminável, mesmo após o cumprimento de suas respectivas penas, o lançamento de *Pacto brutal* transportou o telespectador à época do fato. Causando um efeito intergeracional, tornou-se possível que até mesmo aqueles que não são contemporâneos à década de 1990 pudessem ter conhecimento sobre o caso em detalhes. Como reflexo disso, ondas de linchamentos virtuais, busca pela vida pregressa dos infratores e invasões de suas privacidades foram os meios pelos quais a população demonstrou a sua indignação.

DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ AO BOLSONARISMO

Conduzindo o crime em uma longa viagem no tempo, o documentário *Pacto brutal* não trouxe à tona apenas o mesmo sentimento de indignação e reação popular, mas também a semelhança entre dois Brasis separados por 30 anos. Com conflitos políticos, crises econômicas, epidemias avassaladoras e grandes ameaças à democracia, em seus respectivos tempos o fato ocorrido atravessa uma população brasileira polarizada e em seu momento mais sensível.

No dia 29 de dezembro de 1992, os brasileiros acordaram perdidos em meio a novidades que marcaram a nossa história. A morte de uma jovem atriz, considerada na época a “namoradinha do Brasil”, tornou-se notícia não apenas nos jornais locais, mas em todo o mundo. Além disso, logo ao lado, era possível descobrir que o presidente

Fernando Collor de Mello havia renunciado, em meio a um processo de *impeachment*, demonstrando a fragilidade no mais alto escalão da República nacional.

Com isso, para que seja possível compreender o impacto do crime e de seus desdobramentos, é preciso notar o quanto o contexto histórico, social e político da época foi determinante, pois, no ano de 1988, o Brasil se via diante de uma nova Constituição, aquela que fortaleceria direitos, celebraria a democracia e posicionaria os conflitos sociais no centro. Como consequência de sua representação, fez com que em 1989 se iniciasse a primeira eleição presidencial direta, após três décadas de ditadura militar.

Considerada como um marco, a jornada ao Palácio da Alvorada foi construída sobre um segundo turno acirrado entre dois candidatos completamente opostos. Fernando Collor de Mello, conhecido como o “caçador de marajás”, representava para a mídia e seus eleitores o líder novo que o Estado necessitava, lutando contra a corrupção e prometendo salvar a economia. Luiz Inácio Lula da Silva se encontrava na outra ponta, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e líder sindical, e significava para muitos o avanço socialista, administrado pelos partidos políticos de esquerda.

Com 46,96% dos votos, Collor de Mello vence o segundo turno e torna-se presidente do Brasil, trazendo consigo um novo plano econômico, no qual buscava controlar a inflação que sujeitava o país. No entanto, os tempos de calma praticamente não existiram, pois o congelamento de contas-poupança, as polêmicas e os conflitos com o Congresso Nacional acirraram o contexto político. Em 1992, iniciou-se um processo de *impeachment* que mobilizaria a população a ocupar as ruas, em maioria jovens estudantes, vestidos de verde e amarelo que clamavam pelo afastamento do então presidente, os caras-pintadas.

Nesse sentido, a morte de Daniella não surge apenas em um momento difícil para a sociedade brasileira, mas também durante um

processo de redemocratização. Tendo como base o texto constitucional, principalmente seu artigo 61, parágrafo 2º, Glória Perez cria um abaixo-assinado que percorre todo o país, na tentativa de emendar a Lei nº 8.072/90, Lei de Crimes Hediondos (Brasil, 1990).

Art. 61, §2º, CRFB: A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles (Brasil, 1988).

Como dito no início deste capítulo, na tentativa de lançar luz à violência cometida sobre sua filha, Glória constrói uma jornada por vários programas e capitais do Brasil, conquistando certa de 1,3 milhões de assinaturas. A partir daí, a autora apresentou o documento ao Congresso Nacional em outubro de 1993, com o intuito de transformar o homicídio qualificado (art. 121, §2º, do Código Penal) em crime hediondo. Causando um alvoroço na população e com a pressão da mídia sobre a tramitação do projeto, este é aprovado dez meses após a sua criação, em uma votação com caráter de urgência, às vésperas do recesso parlamentar.

A Lei nº 8.930 (Brasil, 1994) é aprovada pelo presidente Itamar Franco em 06 de setembro de 1994, adicionando ao texto original dos crimes hediondos algumas outras possibilidades, como o homicídio qualificado e praticado por atividade típica de grupo de extermínio. Em paralelo, na tentativa de dar uma resposta à população, alguns parlamentares tentaram encabeçar pelos corredores do Congresso a adoção da pena de morte no ordenamento jurídico brasileiro. Tais iniciativas não obtiveram sucesso, pois a própria Carta Magna estabelece a impossibilidade.

A aprovação do PL em caráter de urgência demonstra o quanto a mídia e o clamor popular possuem grande influência no processo

legislativo. Com dois meses que os separavam das novas eleições, os senadores buscaram entregar à população o seu desejo mais urgente, alimentando a sua gana punitivista. Quanto a isso, Zaffaroni (2013) salienta que dentro de uma arquitetura da “política espetáculo”, alguns parlamentares possuem a tendência em utilizar o crime como um palanque, se rendendo à criminologia midiática, ao criar leis que de nada resolvem o problema.

Diante desse cenário, é possível confundir-se ao vislumbrar uma fotografia social e política perfeita de 2022. Com o avanço da direita, vestígios da pandemia da covid-19, conflitos econômicos e eleições que se aproximavam, o Brasil se encontrava dividido em meio ao caos. Analogamente, os personagens se repetem, misturam-se e se complementam; de volta aos holofotes, Luiz Inácio lidera uma campanha contra o bolsonarismo e todo o radicalismo alimentado ao longo dos quatro anos de mandato do seu oponente. Em contraste, o presidente Jair Messias Bolsonaro buscava manter sua posição, ao mesmo tempo em que atacava seus adversários, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a democracia.

Figura controversa e com um discurso antiesquerda consolidado, Jair Bolsonaro elegeu-se em 2018 com uma promessa muito semelhante à do ex-presidente Collor de Mello. Assumindo a posição de ser uma nova via para os descontentes, o candidato defendia um Estado mínimo, por meio da privatização das estatais, além do combate sem folgas à corrupção. Utilizando como pano de fundo a Operação Lava-Jato, o conservadorismo conquistou a cadeira presidencial, transformando seus ministérios em postos comandados por militares.

Nessa perspectiva, o documentário é lançado não se esquivando das comparações e relações políticas estabelecidas. As opiniões se dividem e a dramaturgia novamente rouba a cena, a partir do momento em que Guilherme de Pádua assume seu apoio ao presidente Bolsonaro em suas redes sociais. Os encontros realizados entre ambos foram suficientes para fortalecer as ondas de ataques. De acordo com a

ferramenta Google Trends², a junção dos termos “Guilherme de Pádua” e “Bolsonaro” foi a combinação mais pesquisada pelos internautas referente ao ator no Google.

Os acontecimentos se misturam em uma teia bem construída sobre o contexto social de cada época. Tanto os desdobramentos do crime quanto o sucesso de *Pacto brutal* tiveram relação com o cenário político e as necessidades de brasileiros cansados e fragilizados, já que, em ambos os tempos, Guilherme e Paula representavam para o país os indivíduos que deveriam ser repudiados e afastados da sociedade a todo custo. Limites são ultrapassados, direitos violados e a alimentação de uma onda violenta leva a população a condenar todos os dias, a cada episódio, os mesmos indivíduos, pelo mesmo crime, independentemente do cárcere cumprido.

ANALISANDO PACTO BRUTAL: DEMARCANDO A CRÍTICA À CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA

A presente seção representa a análise e a interpretação do documentário em epígrafe. Em consonância com o que fora explicitado na introdução, a metodologia qualitativa foi aplicada na pesquisa deu originou este capítulo, a fim de capturar os principais significados discursivos apresentados na obra estudada. Para tanto, todos os episódios foram assistidos, dando ensejo a uma tabela na qual registrava-se o interlocutor, o que era dito e a minutagem.

Ao final do procedimento de tabulação e registro, os dados foram lidos em conjunto pelos coautores, oportunidade em que foi possível interpretar os principais elementos encontrados. Tendo em vista a análise realizada, três aspectos principais se destacaram, quais sejam: a) a teatralização de crimes reais: quando a ficção constrói o vilão e se

² GOOGLE TRENDS. [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?q=guilhermedep%C3%A1duaebolsonaro&date=to-day205-y&geo=BR>.

utiliza da vítima; b) o papel dos “funcionários do sistema penal” e a linguagem punitiva; c) vida e morte no banco dos réus: a transmutação da mulher delinquente; e d) o legado de Lombroso no documento *Pacto brutal*.

Considerando o marco teórico adotado na pesquisa, entende-se que, para além do fato narrado, a mídia revela algo de si ao estabelecer parâmetros sobre os sujeitos infratores, o delito, as vítimas, os profissionais jurídicos e outros. Isso significa que a teatralidade escolhida para narrar o fato é a expressão de um modelo de compreensão sobre o fenômeno criminal. Predominantemente, é possível afirmar que o modelo adotado na obra é aquele concernente à criminologia etiológica, que busca encontrar as causas do crime no infrator, alinhando-se à noção de defesa social e punitivismo.

Por oportuno, as próximas seções buscam explorar os quatro aspectos principais anteriormente aludidos.

TEATRALIZAÇÃO DE CRIMES REAIS: QUANDO A FICÇÃO CONSTRÓI O VILÃO E SE UTILIZA DA VÍTIMA

Por muitos anos, acreditava-se que a melhor maneira de transmitir uma informação para o interlocutor poderia ser por meio do discurso empregado pela política criminal. Com as palavras certas e a conotação correta, seria possível convencer e sensibilizar os seus ouvintes ou leitores sobre qualquer coisa. No entanto, com o surgimento da televisão, a mídia descobriu que poderia economizar o seu vocabulário com a utilização de uma única imagem. Uma família aos prantos, um grupo de pessoas revoltadas, a vítima em seu momento mais vulnerável, ou até mesmo o seu agressor, seriam suficientes para representar a mensagem desejada.

Para estabelecer uma relação de identificação e pânico, programas diários possuem a tendência em expor aquele que sofre logo após os crimes, principalmente mulheres, mesmo que apresentem apenas

seus corpos violentados e sem vida. Sobre esse aspecto, Zaffaroni (2013, p. 207) expõe que “Em certas ocasiões, o interesse midiático centra-se em alguns delitos sexuais, porque são fatos cujas imagens provocam muita indignação e também despertam grande interesse mórbido [...]”.

Seguindo esse mesmo caminho, no primeiro episódio do documentário *Pacto brutal*, o telespectador se depara abruptamente com imagens do corpo de Daniella Perez, captadas por jornalistas da época logo após ser encontrada. Com os mais diversos ângulos, a violência cometida sobre a jovem é exposta ao longo de toda a produção, dando destaque ao seu cadáver em meio à mata e seu rosto empalidecido. Sem sombra de dúvidas se transformou em uma lembrança fixada no imaginário daqueles que assistiram, indignados com tamanha violência contra uma jovem promessa de apenas 22 anos.

A dramaturgia também se tornou outro recurso muito utilizado em produções do gênero *true crime*, na busca da construção de uma possível realidade. Programas como *Linha direta* (1990) foram precursores no uso de simulações, nas quais cenas produzidas em estúdio possuíam o intuito de reconstruir os crimes e imergir o telespectador na tensão e violência presentes. Como apontado por Kleber Mendonça (2001, p. 29), “O caráter do convencimento proposto ao telespectador estará vinculado menos à questão da objetividade e mais à questão da imagem e do direcionamento dos sentidos nas simulações”.

Utilizando-se desses mesmos recursos, por meio da simulação, o documentário transporta o espectador para o local em que ocorreu o crime, representando o quanto o ambiente era ermo e escuro. No entanto, nem mesmo a produção esteve livre das associações entre o fato ocorrido e a ficção, pois por diversas vezes é possível deparar-se com cenas da novela protagonizadas por Daniella e Guilherme, reproduzindo assim o que seria o “comportamento” do acusado e a relação que ambos possuíam.

A imagem de Pádua sempre à espreita, com um olhar desconfiado, ou até mesmo discussões acaloradas foram recursos suficientes para dar um toque de realidade ao depoimento dos familiares e amigos. Surgindo ao longo dos episódios e em momentos cruciais, as cenas da novela *De corpo e alma* guiam aqueles que assistem a associarem características do personagem Bira ao agressor. De forma perspicaz *Pacto brutal* não apenas estabelece uma relação de identificação e distanciamento entre o espectador e os envolvidos, mas também constrói perfis bem delimitados por meio da dramaturgia.

Transformar um delito em um cenário dramático comporta não só o acompanhamento dos seus detalhes ou do processo judicial, mas também a distribuição dos papéis que cada sujeito deve desempenhar. Quando os indivíduos já estão inseridos nesse universo cinematográfico, confundir a realidade com a ficção se faz algo inevitável. Assim como os jornais da época, o documentário falha ao enfrentar o desafio de desassociar os personagens dos sujeitos Guilherme de Pádua e Daniella Perez.

Assim como um enredo ficcional, a produção construiu seu olhar sobre o delito por meio de uma ótica maniqueísta. Atribuindo a Pádua o papel do vilão, todas as suas ações estariam revestidas sob um sentimento de vingança e dissimulação. Essa concepção se apresenta em diversos momentos, quando é abordado o fato de o sujeito estar tentando encenar um personagem tanto durante os seus depoimentos na delegacia quanto ao longo do seu julgamento. Sobre isso, em dado momento é dito que “O Guilherme simplesmente levantou e encenou. E ele tem uma coisa que, dentro dessa personalidade, é uma característica, além de ser vingativa, que é uma gravidade, ele tem um tom dramático” (Pacto [...], 2022, ep. 5, 06:31).

Ao mesmo tempo em que o rótulo já foi estampado na figura de Guilherme, as suas tentativas de defesa ou de desvinculação dessa marca não são vistas com bons olhos, pois, para algumas pessoas que fornecem seus depoimentos ao documentário, ele estaria tentando se

aproximar do estereótipo de herói. Falas como “Aí veio o interrogatório. [...] O Guilherme queria ser o herói” (Pacto [...], 2022, ep. 5 06:20) ou “Ele quis se apresentar nesse primeiro momento como aquele homem heroico, que tinha, estava se sacrificando pela mulher que estava grávida [...]” (Pacto [...], 2022, ep. 2, 22:08), apenas demonstram que ao sujeito só havia dois caminhos possíveis a serem seguidos nessa trama.

Assim como o triângulo amoroso vivido na novela das nove ganhou espaço nas manchetes e revistas por todo o país, uma possível relação extraconjugal entre os envolvidos foi capaz de trazer ainda mais holofotes para as especulações do crime. Por diversos momentos o imaginário popular atribuiu como vítima a doce e indefesa Yasmin, sujeitada à fúria e violência perpetradas pelo personagem de Guilherme, como apontado em depoimento: “Aí no dia seguinte, de manhã cedo, minha mãe me liga, e aí minha mãe fala: ‘Você viu o que aconteceu com Yasmin? Ela morreu, foi assassinada’; eu falei: ‘Mãe, foi o Bira, foi o Bira que matou ela!’” (Pacto [...], 2022, ep.3, 15:10).

Nesse sentido, as motivações para o ato não escapam do cenário dramatúrgico, estando alimentadas pela competitividade e ganância do ator em terminar a trama ao lado da protagonista. Afinal, perder o amor de Yasmin representaria consequentemente uma derrota para Bira e o fechar das cortinas para Pádua, tal fator é apontado pela mãe da atriz quando salienta que:

Ele considerava assim, que ele perder aquela aposta de ficar com a Yasmin fosse um desprestígio pra carreira dele, fosse tirar o palco dele, apagar a luz do refletor. Porque realmente nos últimos dias, nos últimos tempos ela começou a sentir a pressão que ele estava fazendo (Pacto [...], 2022, ep. 2, 48:49).

Ao tentar reconstruir o real, o documentário se utiliza da imagem dos envolvidos no crime, familiares, amigos da vítima e profissionais, construindo uma narrativa pautada em teorias, versões e pontos de vista diversos. Nesse sentido, ao reforçar estereótipos, *Pacto brutal*

não só condena Guilherme e Thomaz a cada episódio, como também reescreve um final secundário e trágico para o roteiro da novela *De corpo e alma*.

O PAPEL DOS “FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA PENAL” E A LINGUAGEM PUNITIVA

A partir do registro da minutagem e do discurso dos entrevistados no documentário, como também daqueles que aparecem em trechos dos julgamentos, foi possível perceber que os episódios contaram com a contribuição de vários especialistas, sendo que alguns foram personagens reais do caso em tela, quando atuaram no processo criminal, a exemplo de juízes e promotores, enquanto outros são comentadores atuais do fato narrado, como a médica psiquiatra e uma “especialista” em criminologia.

Em função do discurso desses(as) profissionais, observa-se um alinhamento entre as premissas difundidas sobre os próprios réus e a perspectiva concebida no documentário, corroborando uma linguagem punitiva, de modo que, além da conduta lesiva praticada, interessa também compreender, considerando um viés etiológico, os motivos gerais do delito e as suas causas para os infratores. Como se trata de um homicídio que gerou grande comoção social, a concepção apresentada por esses(as) “funcionários(as)” se coaduna com uma demanda de audiência e da própria cultura punitiva: entender quem é o criminoso e o motivo pelo qual ele pratica delitos.

A posição dos especialistas no documentário é também estratégica, pois as afirmações direcionadas aos réus e todo o discurso orquestrado acerca do fato não têm contradições, ou seja, não há contraste naquilo que é explicitado na obra, como se as dúvidas sobre a personalidade dos condenados, por exemplo, não pudessem existir. Trata-se de um elemento fulcral para o punitivismo:

o caráter uníssono do discurso, que compreende o fenômeno criminal apenas em função da violência individual.

Atualmente, além do documentário, esses sujeitos ocupam as redes sociais com leituras e opiniões que alimentam o imaginário coletivo sobre o crime e a prisão. Porém, sobre isso, duas questões principais precisam de elucidação, quais sejam: a) a formação desses(as) profissionais; e b) a natureza do discurso encampado por essas pessoas.

No que condiz à questão inicial, destaca-se que o documentário conta com a contribuição de juízes, promotores, delegados, atores, jornalistas, escritoras, psiquiatra e criminóloga. Apesar da conduta trágica perpetrada pelos autores do delito, entende-se que, em regra, pessoas comuns praticam infrações, algumas graves e outras não. Contudo, no material cinematográfico, existe um grande esforço para explicar a causa da conduta delitiva em razão de uma psicopatia, periculosidade ou anomalia dos condenados. Isso pode ser observado, a título de exemplo, quando a psiquiatra afirma que:

[...] você vê no Guilherme todas as características de um psicopata. Todas. Você pergunta assim: tem certeza de que ele é psicopata? Nunca tive com ele, não examinei. Mas eu posso dizer uma coisa. Certos crimes somente um psicopata é capaz de cometer (Pacto [...], 2022, ep. 4, 10:59).

Ademais, entende-se que os profissionais do direito, bem como atores e jornalistas, não possuem formação acadêmica específica na área de psicologia para abordar tecnicamente a personalidade e a estrutura psíquica dos infratores. Mesmo diante dessa ausência formativa, afirmações pouco cuidadosas são realizadas, a fim de caracterizar os autores do delito, a exemplo do que acontece com o promotor do caso durante o julgamento e atualmente: “Uma relação realmente possessiva, compulsiva, de dois psicopatas, Guilherme e Paula”. Hoje, “[...] se você quiser saber o que aconteceu, sem nenhuma margem de erro,

só entrando na cabeça dos dois, da cabeça, parênteses, doentia deles” (Pacto [...], 2022, ep. 5, 40:25).

Apenas as entrevistadas com titulação no ramo do saber destinado à psiquê é que possuem alguma aptidão técnica para promover a avaliação profissional dessas pessoas, desde que sejam pacientes. Sucede que a profissional denominada de criminóloga no documentário, apesar dos cursos de especialização pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), é formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Já a médica psiquiatra é formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com residência na área específica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Entretanto, apesar da habilitação na área médica, o discurso proposto no documentário não observa o disposto no Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos seguintes termos:

Art. 19 – O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão (Brasil, 2005).

No mesmo sentido, a resolução nº 31/2022 do CFP, ao estabelecer diretrizes para a realização de avaliação psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, indica no seu artigo 1º, parágrafo 1º, que:

§ 1º A Avaliação Psicológica é um processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas (Brasil, 2022a).

Com isso, infere-se que, se a profissional da área da psiquiatria nunca esteve com o autor da infração penal, não seria possível, tecni-

camente, realizar uma avaliação psicológica deste, já que não houve um processo estruturado de investigação. Logo, acerca da segunda questão indicada anteriormente, ressalta-se como o documentário carece de credibilidade em relação ao que é dito sobre os infratores, contribuindo, na verdade, para reforçar estereótipos e a linguagem punitiva. O Código de Ética Médica, Resolução CFM nº 2.217 de 27/09/2018, dispõe nos seus artigos 111 e 112 que é vedado ao médico:

Art. 111. Permitir que sua participação na divulgação de assuntos médicos, em qualquer meio de comunicação de massa, deixe de ter caráter exclusivamente de esclarecimento e educação da sociedade.

Art. 112. Divulgar informação sobre assunto médico de forma sensacionalista, promocional ou de conteúdo inverídico (Brasil, 2018).

A relação entre a mídia e o sistema penal é mediada também por esses(as) especialistas que abdicam do conhecimento técnico para se colocar a serviço da opinião pública e do próprio funcionamento das agências de punição. Outrossim, Angela Davis (2018, p. 19) analisa como “O longo Oz, da HBO [mesma produtora de conteúdo do documentário em análise], conseguiu persuadir muitos telespectadores de que eles sabem exatamente o que acontece nas prisões de segurança máxima para homens”.

A mobilização desses(as) profissionais para a legitimação das práticas de punição, sem o apropriado olhar crítico, constitui também o modo de funcionamento do sistema penal. A linguagem punitiva se espalha no imaginário comum a partir do discurso legitimador desses agentes do sistema penal, ainda que estes estejam pouco imbricados em uma proposta realmente científica e responsável.

No curso do documentário, observa-se como o discurso encampado pelos “funcionários” da área psiquiátrica se alinha ao que

é propalado pelo sensacionalismo midiático, na tentativa de explicar a conduta lesiva praticada como o resultado de uma anomalia, de um elevado nível de periculosidade dos autores, ratificando uma percepção etiológica do fenômeno criminal. Por outro lado, sabe-se que, nesse caso, entre a autoridade do argumento e o argumento da autoridade existe um abismo.

Isso porque é evidente a impossibilidade de diagnosticar patologia psíquica sem examinar o paciente. Se não houve o encontro entre o médico e o paciente com a aplicação de todos os procedimentos necessários à adequada avaliação psicológica, então o diagnóstico não poderia ser realizado. Entretanto, durante o documentário, os infratores são considerados psicopatas pelos agentes da área médica, indicando uma postura pouco prudente na divulgação de assunto médico de forma sensacionalista.

Essa postura dos especialistas a serviço do sistema penal remete ao fenômeno da prisionização, conforme leciona Alvino Augusto de Sá (2007, p. 115):

Constitui-se, pois, assim, um ambiente artificial, do qual ninguém gosta, num primeiro momento, mas ao qual todos, com o tempo, acabam aderindo, de uma forma ou de outra. Desta adesão, surge a prisionização, a qual pode atingir, não só os presos, como a Direção, os Agentes de Segurança, e, quem sabe, até os próprios técnicos. A partir do momento em que o técnico se deixa levar pela rotina e passa a exercer indiscriminadamente seu poder de opinar, esquecendo-se de que o preso é uma pessoa, esse técnico já está se prisionizando.

Aparentemente, cogita-se que a instituição prisional e todo o seu aparato influenciem apenas as pessoas presas, com os seus processos de mortificação do “eu” (Goffman, 2010), com os seus processos de

aculturação e desaculturação (Baratta, 2002). No entanto, as relações abarcadas pelo poder punitivo são mais amplas e horizontalmente difusas, atingindo também os “funcionários” que trabalham nas prisões, os analistas, os familiares das pessoas presas etc. Diante disso, tem-se a sedimentação de uma linguagem punitiva, que cria a atmosfera maniqueísta e oportuniza o discurso de defesa social, porém, em termos práticos, apenas operacionaliza o sistema penal para administrar conflitos estruturais e históricos, de raça, gênero e classe, por intermédio da pena.

Os profissionais são diretamente atingidos pela prisionização e, por conta disso, aquele ramo do saber, dentro do cárcere, possui uma função simplesmente auxiliar em relação ao poder punitivo. Essa relação já foi, por exemplo, explicitada por Cristina Rauter (2003), no seu livro *Criminologia e subjetividade*, constatando que os laudos de cessação de periculosidade nos casos de medida de segurança muitas vezes se sustentavam em afirmações genéricas, preconceituosas e pouco confiáveis cientificamente.

É nesse sentido que Mathiesen (2003) compreende a função dos estudiosos no não reconhecimento do fracasso do sistema penal. Em regra, as pessoas não conhecem a prisão. A maioria possui uma experiência artificial com o cárcere, ainda que todos, em alguma medida, sejam autores e vítimas de crimes. Essa experiência artificial é (tele)guiada pelos meios de comunicação de massa e, mais atualmente, pelas redes sociais. Assim, o discurso desses especialistas acaba se fundindo ao sensacionalismo midiático, deslocando a atenção dos problemas do sistema penal para a figura do criminoso, como se apenas existisse a violência individualmente perpetrada pelo crime, enquanto a violência estrutural e histórica reproduzida pelo poder punitivo é sobrestada, negligenciada.

VIDA E MORTE NO BANCO DOS RÉUS: A TRANSMUTAÇÃO DA MULHER DELINQUENTE

Em toda a história, as mulheres ocuparam no imaginário social um espaço muito bem delimitado. Vistas como seres frágeis, inocentes e, por vezes, irracionais, a elas, em maioria, restou o âmbito domiciliar. Encaixar a figura feminina em uma cena de crime, quando não está ocupando o papel da vítima, torna-se um grande desafio, pois a genialidade e violência de um delito não poderiam ser facilmente atreladas àquelas que “naturalmente” deveriam ser meras figurantes.

Com apenas 19 anos na época do fato, a jovem Paula Thomaz representava a personificação perfeita da feminilidade indefesa e recatada. Sendo uma jovem branca, casada, pertencente a uma família de classe média alta e grávida de quatro meses, ela seria, no imaginário social, um personagem impossível de se vislumbrar no local do crime. Dessa forma, o documentário busca no discurso empregado, como quem monta um castelo de cartas, desvelar a “verdadeira” personalidade da autora do delito.

Nessa perspectiva, a produção não escapa à regra ao reforçar estereótipos sociais de gênero e empregar construções que muito se assemelham à visão animalésca da delinquente construída por Lombroso. Com isso, a imagem angelical de Thomaz é desmantelada, a fim de demonstrar o quão violenta, fria e antissocial ela poderia ser diante de tal fato, ao mesmo tempo em que é vista como parte de um viés secundário do homicídio. A partir dessa construção, o telespectador é levado a se questionar em diversos momentos sobre quem afinal seria Paula Thomaz.

Para a criminologia positivista, a criminosa nata é movida por sentimentos egoístas que a levam aos mais altos níveis de violência, sendo eles algumas das causas dos seus delitos. Em diversos depoimentos, Paula é apresentada como uma mulher agressiva, alimentada pelo ciúme que possuía de seu marido, como também

invejosa e vingativa sobre os argumentos de que a fama e a beleza de Daniella, junto às suspeitas de uma relação extraconjugal, seriam suficientes para que o assassinato ocorresse.

Ao passo que a figura feminina se insere no âmbito criminal, a sua aproximação ao masculino é imediata. Nesse sentido, Lombroso e Ferrero (2017 p. 431) apontam que mesmo possuindo personalidades semelhantes, “Raramente uma mulher é perversa; mas quando o é, ela supera o homem”. Tal percepção não se distingue de *Pacto brutal*, já que Thomaz é posta como a pessoa mais fria e calculista entre os réus, aquela que não possui piedade e a todo momento se portou com dissimulação tanto no crime quanto no julgamento. Como exemplo disso, ao longo de um episódio é dito que “Diante daquele palco, que era o júri, ele não ia se segurar. Ela foi muito mais fria [...]” (Pacto [...], 2022, ep. 5, 19:46).

A proximidade ao masculino não se mantém apenas no viés do comportamento empregado diante do delito, mas também nas suas aptidões mais íntimas. Assim como a vocação sexual do criminoso se tornou um grande traço da sua individualidade, no caso da mulher delinquente, essa característica também conquistará um espaço importante na discussão. Com o corpo esmiuçado em uma busca incessante das causas do crime, Paula passa a ser encarada como uma louca moral, sem pudor e capaz de qualquer ação.

Curiosamente, a justificativa para tamanhas conclusões encontrava-se em sua virilha. Uma tatuagem com o nome de seu então companheiro, feita pouco tempo antes do delito, apontaria uma promiscuidade desprezada ao longo de toda a produção cinematográfica. Exemplificando tal perspectiva, é apontado que

Paula está passando mal, está tendo enjoos, ânsia de vomito. Tudo o que ela não teve ao tatuar de forma irreversível o nome de seu marido na carne, no que se chama região crural, para dentro da virilha (Pacto [...], 2022, ep. 5, 35:18).

Em outro plano, a violência empregada sobre a vítima se torna mais uma das inúmeras camadas que constroem a personalidade da jovem. Assim como a criminoso nata, ela é vista como uma mulher perigosa e monstruosa, capaz de não apenas matar o seu inimigo, mas se alimentar de toda a sua agonia, dor e sofrimento. Consequentemente, é dito que:

Na hora de prestar contas e de assumir responsabilidade, ela é tão frágil, tão delicada, mas na hora de pegar uma faca e enfiar 18 vezes no peito de uma menina... conta de 1 até 18. Conta. Um, dois, três... vai imaginando você apunhalar 18 vezes o peito de alguém nesse sentido (Pacto [...], 2022, ep. 5, 18:45).

Tendo a sua personalidade forjada durante o julgamento, ao longo dos depoimentos Thomaz não é mais vista como um sujeito, mas sim como um ser imbuído de instintos ferozes e irracionais que por vezes a aproximam de um animal. Para ilustrar isso, em dada circunstância é exposto que “Matou por inveja da menina. Ficou feito um animal ali, de passos furtivos, escondida embaixo de um lençol, feito uma fera desses filmes que a gente vê de depredadores, para pular em cima de Daniella [...]” (Pacto [...], 2022, ep. 5, 35:54)

Ocorre aqui uma transmutação, uma vez que os estereótipos de gênero atribuídos à mulher são substituídos por características diametralmente opostas, inaugurando, em meio ao funcionamento do sistema penal, uma nova atribuição, um novo rótulo, por intermédio do qual se instaura a possibilidade de condenação. O nascimento da ré, esse novo sujeito, é dependente da reação social que tem por base o *status* da vítima e a publicização irrestrita do fato. Aos poucos, traços que são inerentes à jovem se esvaem, a ré deixa de ser um sujeito com desejos, sonhos e motivações, tornando-se um outro indivíduo, renascido no discurso do Poder Judiciário.

Enquanto rompe com o arquétipo domiciliar que historicamente lhe é empregado e se aproxima do âmbito criminal, Paula se torna

um ser que a esse ambiente não pertence mais, pois, por meio de uma perspectiva positivista, características inerentes ao gênero feminino como a compaixão, sensibilidade e maternidade não fariam parte das delinquentes natas. Lombroso e Ferro (2017, p. 435) apontam que:

[...] para essas mulheres, o filho é quase um estranho que, ao invés de serem amados e protegidos, são transformados em instrumentos de suas paixões, expondo-os a perigos que elas mesmas não têm coragem de enfrentar.

Para o documentário *Pacto brutal* não seria diferente, já que em diversos momentos não só a personalidade de Thomaz é questionada, mas também a sua devoção à maternidade. Pautado em um discurso sexista, o fato de estar grávida nas circunstâncias do delito demonstra o quanto a vingança e a avareza se tornaram fatores mais importantes para ela do que a preservação do próprio filho. Contribuindo para essa construção, em determinado momento uma jornalista relata:

Como uma menina de 19 anos, grávida de quatro meses, leva o seu filho para a cena de um crime tão brutal, pratica um crime tão brutal? Era tão frio, tão brutal, tão animalesco, que você não imagina em uma cena de morte, de assassinato, uma vida se desenvolvendo naquele meio (Pacto [...], 2022, ep. 5, 37:03).

A relação entre mulher, crime e sociedade ainda é pautada e fortalecida sob uma narrativa de gênero, refletindo no cárcere violência, discriminação e abandono. Assim como ocorreu com Paula, a política criminal brasileira, em conformidade com a atuação da mídia, mortifica todos os dias sujeitos que adentram os muros das instituições prisionais, sendo marcados com o estigma de um indivíduo violento e antissocial, fazendo com que a transmutação do eu ocorra por meio da supressão das subjetividades, produzindo “elementos” assujeitados ao poder punitivo.

O LEGADO DE LOMBROSO NO DOCUMENTÁRIO *PACTO BRUTAL*

Cesare Lombroso, ao pesquisar sobre o fenômeno criminal, formula sua teoria do criminoso nato, partindo de um determinismo biológico, que entende o transgressor como uma subespécie humana com uma patologia que, em determinadas situações, está predisposta a cometer ações ilegais. Em sua obra mais famosa, *O homem delinquente* (Lombroso, 2010), ele realiza uma análise das principais características que diferenciam o cidadão comum do delinquente.

Cerca de dois séculos depois, é possível olhar para os estudos realizados pelo italiano e visualizar como eles estão contaminados por preconceitos e estereótipos. Apesar dos inúmeros esforços para reverter os legados deixados pelo positivismo, enxergando o infrator como uma pessoa normal, e não alguém involuído, que é de sua natureza cometer atos ilícitos, o discurso que vigora na criminologia midiática é marcado por elementos que não são científicos, replicando crenças e dificuldades teóricas propostas pelo criminólogo italiano.

Nesse contexto, durante a produção, por dez vezes, ao longo dos cinco episódios, foi atribuído ao autor do delito, Guilherme, o transtorno mental da psicopatia. Em uma dessas falas, uma psiquiatra que, como já dito, confirma nunca ter tido contato com ele, não o examinou, o diagnostica como tal, alegando que certos tipos de ações criminosas apenas uma pessoa com essa alteração mental é capaz de cometer (Pacto [...], 2022, ep. 4, 10:59). Como uma especialista usada por essa criminologia, conforme as observações feitas por Zaffaroni (2013) e Nilo Batista (2004), ela fornece veracidade a toda a narrativa de tratá-lo como um anormal.

Ao adjetivar Pádua como um sociopata, é possível visualizar como há uma modernização do positivismo. Entender o distúrbio como próprio de infratores de alguns delitos é olhar para eles com uma lente

criminológica do criminoso nato, anormal em relação a outros indivíduos “comuns” e predispostos a cometer crimes. “Ao produzir a figura do criminoso anormal, a criminologia procura caracterizar a transgressão à lei como sintoma de anormalidade” (Rauter, 2003, p. 57).

Ainda como parte da herança de Lombroso, a marcação corporal que Guilherme e Paula, casados na época, compartilhavam um com o nome do outro, em região íntima, é discutido em cinco momentos, não apenas no documentário, mas também no curso do julgamento, em sua maioria por um dos promotores do caso de Daniella, que chega a dizer:

Um homem que escreve, dias antes, uma tatuagem com o nome da mulher no seu pênis, e ela, o nome dele na virilha, e em menos de duas semanas praticam esse tipo de morte, nesse local, nessas condições... Isso é ritual. Não estou dizendo magia negra. É ritual! Foi premeditado. Tinha uma razão de ser cada um na sua obsessão, na sua psicopatia sem limites, então fizeram isso (Pacto [...], 2022, ep. 4, 24:49).

A análise sobre arte corporal e psicopatia foi feita por um desembargador no ano de 2022, mas poderia ter sido extraída de *O homem delinquente* de 1878, já que o escritor guarda uma parte significativa para estudar as tatuagens em pênis de criminosos e atrelar a arte de marcar o corpo, em especial nessa região, como determinante para identificação como tal.

Outro indício nos oferece a obscenidade do desenho ou a região do corpo em que a vem sendo praticada [...]. Em 142 delinquentes examinados por mim, cinco tinham tatuagens no pênis. Três traziam ao longo do pênis a figura da mulher; um tinha desenhado na glade o rosto de mulher; um a inicial de sua amante, outro um maço de flores (Lombroso, 2010, p. 33).

Se a alteração mental e a tatuagem não bastassem, há outro fator que une o discurso empregado no documentário e a teoria desenvolvida pelo criminólogo, qual seja, o exagero sexual que, segundo ele, há em pessoas que cometem assassinatos. Na busca por atribuir essa característica a Guilherme, em um dos depoimentos dado à HBO, é revelado que ele tentou lançar um livro com a sua versão dos fatos, porém foi barrado pela Justiça.

A mãe da vítima conseguiu acesso ao manuscrito e diz que este expressa muito sobre a personalidade do autor, contando ainda que ele, ao chegar em casa, após o cometimento do crime, se masturba pensando no que havia acontecido, e que “[...] a gente percebe isso em vários criminosos. E, nele, você percebe claramente como o assassinato pode ter... Impulsionar, ser um gatilho para o erotismo de alguém” (Pacto [...], 2022, ep. 4, 48:45).

Nem mesmo a religião de Pádua passa despercebida da produção cinematográfica. Alguns ex-colegas de trabalho dele comentam sobre um santo que o ator carregava e para o qual rezava nos bastidores do folhetim; uma estudiosa em religiões, então, é trazida para prestar esclarecimentos, na intenção de fortalecer a narrativa de uma das linhas de investigação de que a infração teria ocorrido por pacto maligno entre os autores.

Quando a pessoa opta por enveredar por esse caminho, que é um caminho absurdo que todas as religiões e as vertentes espíritas condenam, a primeira coisa a ser feita é um pacto. Você vai fazer um pacto com aquela entidade maligna. Você pode ter Mamom. Você pode ter Belzebu. O próprio Lúcifer. Então você vai ter o símbolo dela. Qualquer simbologia, Preto-velho [...] (Pacto [...], 2022, ep. 4, 25:11).

Isso novamente não se distancia de uma noção do criminoso que é etiológica ou positivista. Na sua obra, o italiano também investiga a respeito da religião dos delinquentes e escreve sobre como, apesar da

crença popular, não é incomum que infratores sejam religiosos, e que “[...] todos aqueles que vivem de atividades ilícitas confiam na ajuda de Deus. Todo ladrão tem sua devoção” (Lombroso, 2010, p. 65).

Cabe ressaltar que diante das falas em relação à religião do autor do delito e à figura que ele carregava, evidencia-se um preconceito religioso. No decorrer do documentário, é mencionado que não foi possível identificar claramente qual a imagem religiosa em questão, no entanto, posteriormente, há uma repetida associação à figura de um Preto-velho, símbolo da religião umbanda. Pádua chega a ser questionado sobre, “tem uma hora que o juiz pergunta sobre a imagem que se diz do Preto-velho [...], e ele diz que não, que isso nada tem a ver com o assunto” (Pacto [...], 2022, ep. 4, 27:12).

A hostilidade da sociedade brasileira em relação a religiões de matriz africana é ali reproduzida. A escolha de explorar uma linha de investigação que sugere a motivação do crime como um pacto e o esforço para relacionar a uma santidade de religião africana, junto ao título da obra, estampam como o preconceito religioso pode influenciar a interpretação dos eventos e contribui para a marginalização das práticas religiosas de matriz africana.

Em suma, compreende-se como o discurso implementado no programa visualiza a possível doença mental, a tatuagem e a religião como vias de mão única para atos delituosos. A forma como eles são discutidos, como se bastassem para identificar o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) Guilherme e Paula assassinaram Daniella, é característica de uma ciência lombrosiana do delito. Mesmo com o desenvolvimento da dogmática jurídico-penal e a superação teórica do paradigma criminológico positivista, algumas premissas da formulação lombrosiana persistem no imaginário coletivo e são assimiladas pelo discurso da criminologia midiática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do marco teórico criminológico e interacionista, a pesquisa que originou o presente capítulo desenvolveu um olhar crítico para o documentário *Pacto brutal: o assassinato de Daniella Perez* (Pacto [...], 2022), indicando limites e contradições concernentes à compreensão do fenômeno criminal, além de um engendramento com versões sensacionalistas dos meios de comunicação, o que enseja a predominância de uma criminologia midiática, consoante fora discutido.

Os objetivos propostos foram cumpridos na medida em que as perspectivas criminológicas sobre os atores do documentário foram auscultadas, trazendo os papéis desempenhados e as suas funções na sedimentação de uma linguagem punitiva. Além disso, no transcorrer do capítulo foi desvelada a relação entre a mídia e o sistema penal, especialmente no que concerne à categoria do *true crime*, que consubstanciou o estudo aqui realizado.

A abordagem qualitativa foi imprescindível no sentido de atribuir significado ao que era explanado por cada ator, viabilizando a interpretação dos dados e o seu alinhamento com as concepções criminológicas existentes. Diversos trechos da obra cinematográfica permitiram a aproximação do discurso propalado pelos atores à criminologia etiológica, sendo orientada pelo maniqueísmo, pela noção de defesa social e pela noção de perigo. A perspectiva individual da violência e a centralização do problema criminal nos infratores são sintomas do legado lombrosiano no entendimento dos fatos considerados criminosos.

Não é surpresa também que os especialistas estejam à serviço do funcionamento do sistema penal, contribuindo, ao alinharem-se com a criminologia midiática, para a consolidação do punitivismo. Em que pese a existência de problemas éticos e profissionais relacionados ao referido alinhamento, esses “funcionários” continuam alimentando no senso comum a utopia sobre a eficácia do controle

penal e, ao mesmo tempo, escondem, de maneira sub-reptícia, o fracasso da prisão.

Diante disso, considera-se que, predominantemente, a perspectiva criminológica que orienta o documentário estudado, mesmo após 30 anos do crime praticado, é a criminologia etiológica, o que foi identificado nos discursos dos especialistas, das vítimas indiretas e dos atores que orbitaram o fato. Em determinados contextos, os elementos lombrosianos são explicitados para garantir a irrefutabilidade acerca da necessidade de se punir os infratores. Ainda que não sejam de cunho científico, os argumentos aventados sobre os réus alimentam a estrutura demonológica (Zaffaroni, 2013) e aderem ao punitivismo. Aspectos como a personalidade anormal, a psicopatia, a dissimulação, a questão da libido, da tatuagem e outros corroboram a tese de que existe um legado lombrosiano no repertório dos atores que participaram do aludido documentário.

O estudo realizado permite que os coautores possam desenvolver novos trabalhos que analisem a relação entre a mídia e o sistema penal, contudo, em outros cenários. Certamente, a atividade midiática se modifica em função do *status* dos autores e das vítimas. Isso significa que a variável do sujeito infrator pode interferir no *script* empregado para contar a história. Diante dessa assimetria marcada pela variável do sujeito infrator, surgiu o interesse de investigar, de maneira futura, as notícias de jornal referentes ao massacre do Carandiru, evento protagonizado por policiais militares que, em 1992, vitimizou 111 pessoas, na Casa de Detenção de São Paulo.

Por fim, com este capítulo, pretendeu-se alertar o leitor e a população em geral sobre os limites do sensacionalismo midiático e as suas consequências para a questão criminal, na medida em que novas demandas de segurança são criadas em função da simbiose entre a mídia e o sistema penal. Indiretamente, observa-se também a necessidade de promover o direito à informação de modo profissional e ético, o que significa, inexoravelmente, a aplicação dos instrumentos

normativos e a fiscalização dos conselhos de classe, impedindo que informações desprovidas de substrato científico sejam disseminadas ao público.

REFERÊNCIAS

- A MENINA que matou os pais. Direção: Mauricio Eça. Produção: Marcelo Braga; Gabriel Burman. São Paulo: Prime Vídeo, 2021. Disponível em: https://www.primevideo.com/-/pt_PT/detail/A-Menina-que-Matou-os-Pais/oLVOTHY4HCRCWLAY1KTDRoXQNH. Acesso em: 14 mar. 2024.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- ARAGÃO, Helena. Gosto de sangue. *Carta Capital*, São Paulo, 16 set. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/gosto-de-sangue-2/>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BARDIN, Lawrence. *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BATISTA, Nilo. *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BLUME, Bruno André. Por que um projeto de lei pode demorar 20 anos para ser aprovado?. *Politize*, [s. l.], 13 ago. 2015. Disponível em: <https://www.politize.com.br/projeto-de-lei-processo-legislativo/>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei n° 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, col. 3, 3 dez. 2012.
- BRASIL. Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 14303, 26 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.930, de 6 de setembro de 1994. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 13469, 7 set. 1994.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 abr. 2017.

BRASIL. Projeto de lei nº 1.360, de 13 de abril de 2021. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal de 1988. Altera o Código Penal para aumentar as penas do infanticídio, abandono de incapaz e maus tratos, imputar as mesmas penas a quem, sabendo do fato, se omite, e cria o crime de infanticídio fora do período puerperal. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Projeto de lei nº 4.330, de 26 de outubro de 2004. Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Resolução nº 2217 de 2018. Aprova o Código de Ética Médica. *Conselho Federal de Psicologia*, Brasília, DF, 1 nov. 2018.

BRASIL. Resolução nº 010 de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. *Conselho Federal de Psicologia*, Brasília, DF, 21 jul. 2005.

BRASIL. Resolução nº 31 de 2022. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. *Conselho Federal de Psicologia*, Brasília, DF, 19 dez. 2022a.

BRASIL Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 maio 2022b.

CAPPI, Riccardo. *A maioria penal nos debates parlamentares: motivos do controle e figuras do perigo*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2017.

- DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GOMES, Marcus Alan de Melo. *Mídia e sistema penal: as distorções da criminalização nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.
- GOOGLE TRENDS. [S. l.], [202-]. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?q=guilherme%20de%20p%C3%A1dua%20e%20bolsonaro&date=today%205-y&geo=BR>. Acesso em: 14 mar. 2024.
- HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. 2. ed. Rio de Janeiro: LUAM, 1997.
- LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. São Paulo: Ícone, 2010.
- LOMBROSO, Cesare; FERRO, Guglielmo. *A mulher delinquente: a prostituta e a mulher normal*. Curitiba: Independently Published, 2017.
- MATHIESEN, Thomas. *Juicio a la prisión*. Buenos Aires: Ediar, 2003.
- MENDONÇA, Kleber. *Discurso e mídia: de tramas, imagens e sentidos um estudo do Linha Direta*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.
- PACTO brutal: o assassinato de Daniella Perez. Direção: Guto Barra; Tatiana Issa. Produção: Guto Barra; Tatiana Issa. Rio de Janeiro: HBO MAX, 2022. 5 episódios (ca. 260 min). Disponível em: <https://www.max.com/br/pt/shows/pacto-brutal-o-assassinato-de-daniella-perez/aa19f4bf-1ac7-4823-8e7b-cc53db5befe>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- RAUTER, Cristina. *Criminologia e Subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- SÁ, Alvinho Augusto de. *Criminologia clínica e psicologia criminal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. 30 anos do vigiar e punir: Foucault. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 14, n. 58, p. 289-298, 2006.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ENTRE A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E O DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA: ambiguidades fundamentais no discurso de proteção penal à mulher

Ney Menezes de Oliveira Filho
Dandara Reis Oliveira

INTRODUÇÃO

O presente capítulo busca uma reflexão crítica sobre o movimento de expansão do direito penal, que, nas últimas décadas, vem se inclinando ao problema estrutural da violência de gênero na sociedade brasileira. Com o intento de discutir a ressignificação da atuação penal nesses casos, dois delitos foram escolhidos, quais sejam: a) o crime de violência institucional, que entrou em vigor em 31/03/2022, alterando a Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019); e b) o crime de descumprimento de medida protetiva, que entrou em vigor em 03/04/2018, alterando a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

O ordenamento jurídico-penal brasileiro tem se modificado nos últimos anos para lidar com o problema do sexismo em nossa sociedade. Predominantemente, a perspectiva normativa foi adotada como estratégia de política criminal, a fim de prevenir condutas lesivas que representassem a violência de gênero. A alteração do Código

Penal (CP) tem sido recorrente nesse sentido, introduzindo novas figuras típicas, como, por exemplo, o feminicídio, a lesão corporal qualificada por razões do sexo feminino, a importunação sexual, a *porn revenge*, o *stalking* etc.

Sabe-se que a aludida violência não é algo circunstancial em nossa sociedade, motivo pelo qual outras medidas, além daquelas já postas, devem ser refletidas e implementadas, inclusive as que não têm caráter penal. Isso porque, apesar dos esforços legislativos, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136),

os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres. Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram (0,9% em relação ao ano anterior) [...].

O mesmo documento ainda acusa que, em relação aos crimes contra a dignidade sexual, o problema segue a mesma lógica, porque, no mesmo ano, houve o maior número de registros de estupro da história, com 74.930 vítimas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Os dados foram uma pista relevante para a pesquisa que originou este capítulo, pois, em que pese a exasperada política criminal legislativa de proteção à mulher, a violência de gênero não tem diminuído, ou seja, os efeitos esperados por essas legislações não são realmente produzidos. Então, os dados enunciados representam que a insistência do Estado em continuar criminalizando condutas dessa espécie pode ter algum outro sentido, razão pela qual indaga-se: qual é o significado dos delitos de violência institucional e de descumprimento de medida protetiva no contexto brasileiro, a partir do marco teórico criminológico-abolicionista?

Ademais, a investigação que deu origem a este capítulo tinha como objetivo geral a análise das novas leis incriminadoras da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva,

tendo por base as principais contribuições oferecidas pelo marco teórico criminológico-abolicionista. Com a finalidade de cumprir o referido objetivo geral, os objetivos específicos eleitos foram os seguintes: a) investigar as principais proposições realizadas no campo teórico criminológico para as dificuldades enfrentadas pelas vítimas; b) descrever os delitos de violência institucional e de descumprimento de medida protetiva, bem como os principais fundamentos aventados durante os seus processos legislativos; e c) discutir o significado das referidas leis incriminadoras da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva no contexto brasileiro.

A criminalização do descumprimento de medida protetiva e da violência institucional representa uma inclinação ao movimento de expansão do sistema penal, alcançando demandas para além da sua área de atuação, que é a tutela dos bens jurídicos mais importantes da sociedade, configurando-se como a *ultima ratio*. Contudo, com essa expansão, a tipificação aparenta ser a alternativa mais rápida e fácil para solucionar tais problemas sociais, fazendo com o que o sistema penal atue como a primeira solução para a questão da violência de gênero.

A criminologia feminista e o abolicionismo se mostram como vias teóricas relevantes e adequadas para o enfrentamento da questão posta, visto que a abordagem punitivista engendrada pela política criminal normativista não tem alcançado os resultados esperados. Esse descompasso entre expectativas irreais e resultados reais parece oportunizar a necessidade de refletir sobre outros caminhos possíveis e mais eficazes de proteção à mulher.

No que tange à justificativa de ordem pessoal, enxergo a oportunidade de escrever este artigo capítulo como muito importante para mim, principalmente como mulher, pois representa muito poder pesquisar e escrever sobre mecanismos de proteção às mulheres. O meu olhar para a criminalização do descumprimento de medida

protetiva de urgência e da violência institucional mudou muito desde que ingressei no curso de Direito, sendo este um grande responsável pela virada de chave para um pensamento muito mais crítico no que toca a todas as relações ao meu redor, mas, especialmente, o sistema penal e a forma como ele impacta a sociedade.

Quando as supramencionadas condutas foram tipificadas, lembro-me de vê-las como positivas, representando uma conquista para as mulheres, porém, naquela época eu possuía um pensamento muito baseado no senso comum, acreditava que tornar essas condutas em criminosas iria diminuir expressivamente os casos de violência de gênero. Contudo, ao iniciar o curso de Direito, e após ter aulas de criminologia e direito penal, observei que o sistema penal possui várias facetas e funções não declaradas e compreendi que a criminalização de condutas não impede a ocorrência do delito, assim, passei a ter um olhar mais crítico para o funcionamento do sistema penal.

Posto isto, a minha motivação para o artigo que deu origem a este capítulo foi essa mudança de pensamento atrelada à inquietude, como mulher, de perceber que o sistema penal não é capaz de proteger o gênero feminino, podendo inclusive gerar mais violência. Diante disso, tais leis despertaram minha curiosidade para compreender o real significado dessas normas na sociedade brasileira.

Ademais, acredito que estagiar na Defensoria Pública do Estado na Bahia, na comarca de Itaberaba, também contribuiu para essa inquietude, tendo em vista que tenho contato diariamente com a ocorrência de delitos contra a mulher, sobretudo, com o descumprimento de medidas protetivas de urgência. Esse contato diário colaborou para que eu tivesse mais curiosidade e vontade de pesquisar o funcionamento, as funções não declaradas e os reais efeitos no que tange à lei de descumprimento de medida protetiva de urgência e de violência institucional.

O presente capítulo é também o desdobramento de uma atividade de monitoria de ensino, do componente curricular Criminologia,

realizada no primeiro semestre de 2023. Para além da monitoria, foi possível, a partir das discussões, avançar para o desenvolvimento, em coautoria, da investigação que originou este capítulo. Embora não seja comum, a escrita conjunta no campo jurídico é muito importante, tanto para o discente quanto para o professor.

Durante o processo de pesquisa e escrita do artigo que deu origem a este capítulo, além do levantamento bibliográfico, foram realizados levantamentos com o objetivo de reunir dados e mapear as estatísticas acerca da temática estudada. A metodologia utilizada se vale da abordagem teórica e interdisciplinar, que emprega a revisão de literatura e a busca de dados para analisar o objeto de estudo. A investigação se caracterizou como uma pesquisa qualitativa, na medida em que, após todo o levantamento bibliográfico, o processo legiferante foi analisado e interpretado, no sentido de construir um significado possível para a criminalização da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva.

O PROBLEMA DA VÍTIMA NO SISTEMA PENAL: DIALOGANDO COM A CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Considerando o giro metodológico operado pela criminologia, na segunda metade do século passado, as transformações paradigmáticas realizadas promoveram o surgimento de ramificações científicas, como também o aprofundamento de temas e outras áreas de estudo. A virada epistemológica viabilizou, por exemplo, as pesquisas sobre o controle social e a vítima do delito, ampliando os objetos de estudo, que antes se concentravam no crime e no delito. A criminologia da reação social (ou o paradigma da reação social) permitiu que as causas da criminalidade perdessem o protagonismo, na investigação do fenômeno criminal, em detrimento dos processos de criminalização.

A noção de interação social, a partir de autores como E. Goffman (2010) e H. Becker (2008), oportunizou a compreensão das dinâmicas

punitivas em consonância com os conceitos de estigma, estereótipo, *outsiders*, poder de atribuição, instituições de sequestro, processos de mortificação etc. Com isso, entendeu-se que, na dramaturgia social, há a distribuição de rótulos e, na mesma medida em que alguns rotulam, outros(as) são rotulados(as). Essa operação é fundada no poder de atribuir, atravessando relações entre jovens e adultos, brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres (Castro; Codino, 2017).

Se o novo paradigma criminológico trouxe importantes transformações no que concerne aos seus objetos de estudo, houve, em paralelo, como consequência, o surgimento de outras áreas de conhecimento, como se dá com a criminologia feminista (Mendes, 2017), que se desenvolve na década de 1970 para compreender como o funcionamento do sistema penal está imbricado com a lógica de gênero, distribuindo desigualmente a punição, a vitimização e a imunização entre homens e mulheres (Andrade, 2012).

Ao compreender que as ciências criminais, em regra, são criadas por homens para homens, tem-se uma premissa androcêntrica de caracterização da atividade criminal, restando para a mulher o lugar de vítima. De maneira análoga, as dimensões pública e privada possuiriam papéis distintos na constituição das práticas de gênero, pois enquanto o homem é destinado ao que se configura como público, sociável e aberto; a mulher é destinada ao privado, antissocial e fechado. Embora seja relevante, sabe-se que essa dicotomia não se aplica a todas as mulheres, merecendo uma observação perspicaz das relações raciais de gênero.

Esse olhar para as relações de gênero permitiu o desenvolvimento de um viés crítico para o próprio funcionamento do sistema penal ao lidar com as mulheres, na posição de autoras ou vítimas de crimes. Por isso, compreende-se que o eixo da dominação patriarcal estaria, assim, vinculado ao exercício do controle penal, como sinaliza Vera Andrade (2012).

Em que pese as transformações paradigmáticas no campo de estudo criminológico, persiste ainda no âmbito das ciências criminais uma preocupação exacerbada com o sujeito infrator. Ademais, justifica-se a pena, em regra, no plano axiológico, em teorias retributivas e preventivas que não permitem uma consideração adequada sobre a vítima do delito, tampouco uma reflexão aprofundada acerca da reparação do dano que lhe fora causado. Quando a vítima do crime é uma mulher, essas dinâmicas de reprodução de violência ficam ainda mais acirradas.

Com as transformações ocorridas, é possível notar que a forma de punir e o poder de punir são alterados em função da sociedade e da política de cada época. Dessa forma, é perceptível a existência de fases de punição, como também a presença de uma relação entre tais fases e o papel da vítima nos processos de resolução de conflito.

Primeiramente, tem-se a fase da vingança privada, sendo este o melhor momento da vítima. Tal período é descrito pelo autor Luiz Régis Prado (2012, p. 84) como “*Crimen* é agressão violenta de uma tribo contra a outra. Pena, vingança de sangue de tribo a tribo”. Desse modo, é possível perceber que nessa fase a vítima tem um papel ativo no processo de punição, visto que ela mesma pune à sua maneira o autor e o grupo deste. É notável que, na vingança privada, o poder de punir se encontra nas mãos da vítima, pois esta, ainda que seja com as próprias mãos, faz valer as suas pretensões.

Já no segundo momento, tem-se a fase da vingança divina. Nesse estágio, o poder de punir ficava sob a administração da Igreja e do divino. A pena na vingança divina representava um castigo ao pecador, o qual era realizado por meio de suplicios. Desse modo, tinha-se como personagens principais dessa etapa apenas a divindade e o pecador. Assim, a vítima perde o seu protagonismo, assumindo um papel secundário, ou seja, existe um processo gradual de exclusão do ofendido dos processos de punição.

Por fim, há uma terceira fase chamada de vingança pública, a qual, com as devidas adaptações, mantém-se presente até os dias atuais. Tal fase, instaurada a partir das transformações institucionais promovidas pela Revolução Francesa, caracteriza-se por concentrar exclusivamente o poder de punir nas mãos do Estado, isto é, só o Estado, por meio do sistema penal, tem o poder e o dever de punir. Com isso, o poder público retira da vítima o conflito, deixando-a alheia, excluída e silenciada nas dinâmicas de resolução de conflito.

Nessa perspectiva, a problemática do capítulo gira em torno da invisibilização da vítima, pois o próprio sistema penal está mais preocupado em punir compulsivamente o autor do que ouvir as vítimas, suas necessidades e angústias perante a lesão sofrida. Com isso, Hulsman e Celis (1993, p. 115) observaram que “no sistema penal, a vítima não tem nenhum espaço e nem poderia tê-lo”. Assim, é notável que o silenciamento e exclusão da vítima são programados, pois o sistema penal não foi feito para acolhê-la nem ouvi-la, o que oportuniza, para além da lesão causada pela conduta definida como criminosa, um novo ciclo de violência (revitimização).

Destarte, afirma-se que os processos de vitimização possuem três etapas, quais sejam: a primária, a secundária (revitimização) e a terciária. Assim, a vitimização primária se dá em decorrência do delito cometido, isto é, trata-se do momento em que acontece a prática do crime, na medida em que este viola o patrimônio jurídico da vítima. Já a secundária é a violência praticada pelas instâncias formais, diante de uma ausência de preparo do Estado. Logo, é uma agressão realizada por quem deveria amparar a vítima. E, por último, há a vitimização terciária, a qual ocorre devido ao estigma provocado pela ocorrência do delito, sendo praticado pelo meio social em que a vítima está inserida.

Nesse sentido, conforme fora explicitado, a revitimização ocorre justamente pela ausência de preparação dos agentes públicos para amparar as demandas apresentadas pelos ofendidos. Shecaira (2011,

p. 55) define esse processo de vitimização secundária e exemplifica o despreparo do Estado:

A vítima secundária é um derivativo das relações existentes entre as vítimas primárias e o Estado em face do aparato repressivo (polícia, burocratização do sistema, falta de sensibilidade dos operadores do direito envolvidos com alguns processos bastante delicados etc.).

Sendo assim, ao excluir as vítimas das dinâmicas formais de resolução dos conflitos, fica evidente que o Estado promove um silenciamento em larga escala dos ofendidos. Como consequência, negligência a orientação dos seus agentes em relação a como tratar e acolher as vítimas, proporcionando uma nova violência e colocando-as, mais uma vez, em situação de vulnerabilidade.

Conforme sustenta a autora Vera Andrade (2012, p. 144), “As mulheres não correspondem, em absoluto, ao estereótipo de criminosos(as), mas sim ao de vítima(s)”. Isso significa que para o sistema penal e para a sociedade a vítima tem um lugar que corresponde ao gênero feminino. De modo análogo, há um recorte de gênero quando se fala do processo de revitimização, visto que grande parte das pessoas que sofrem a vitimização secundária são mulheres, especialmente mulheres em situação de violência doméstica ou sexual.

SILENCIAMENTOS E CIFRA OCULTA

Como já mencionado na seção anterior, a revitimização se dá com uma nova violência praticada pelas instâncias formais, por instituições estatais e por agentes públicos. Em razão disso, a nova lesão sofrida pela ofendida pode ser caracterizada como uma violência institucional. Tal agressão pode gerar o silenciamento daquela determinada vítima que denunciou o crime, assim também inibir que as vítimas procurem as autoridades competentes com receio de sofrer a revitimização. Ademais, a vitimização secundária guarda ín-

tima relação com o que Hulsman e Celis (1993) denominam de cifra oculta, sobretudo quando se trata desses fatos que não se transmutam em estatísticas.

Dessa maneira, não notificar o sistema penal sobre a lesão sofrida, por medo de se tornar vítima novamente, pode proporcionar um aumento na cifra oculta, a qual é definida como o total de crimes que não são notificados ao poder público. Assim, Hulsman e Celis (1993, p. 65) afirmam que: “[...] o sistema penal, longe de funcionar na totalidade dos casos em que teria competência para agir, funciona em um ritmo extremamente reduzido”. Logo, a cifra oculta permite a compreensão de que o sistema penal não age na sua completude em relação à violência contra a mulher, visto que algumas vítimas têm receio da revitimização ou medo de se expor, bem como não se sentem à vontade para falar sobre o ocorrido e, em razão disso, não procuram as autoridades.

Nesse prisma, a violência institucional, a revitimização e o silenciamento da vítima estão diretamente relacionados ao sexismo presente na sociedade, uma vez que as maiores ofendidas da vitimização secundária e, como consequência, do silenciamento, são as mulheres. Além do sexismo, há a presença do patriarcalismo que coloca o homem em uma posição superior, favorecendo-o, inclusive, no mundo jurídico, visto que as leis foram feitas, majoritariamente, por homens e são voltadas para os homens.

Assim, a autora Frances Olsen (1990, p. 3, tradução nossa) confirma a relação entre o silenciamento da mulher e a supremacia do homem dentro do sistema jurídico ao afirmar que:

Embora a ‘justiça’ seja representada como uma mulher, de acordo com a ideologia dominante o direito é masculino e não feminino. Supõe-se que o direito é racional, objetivo, abstrato e universal, assim como os homens consideram a si mesmos. Pelo contrário,

supõe-se que o direito não é irracional, subjetivo ou personalizado, tal como os homens consideram que as mulheres são¹.

Essa visão androcêntrica e hierarquizada do gênero organiza a realidade e reflete na forma como as mulheres são tratadas, principalmente na forma como são recepcionadas ao denunciar uma lesão sofrida.

Um exemplo dessa revitimização é o caso que foi divulgado pelo Portal A Tarde (2016) ocorrido no ano de 2016, no Rio de Janeiro. Uma adolescente de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo, o qual foi filmado e publicado nas redes sociais. A advogada de defesa da adolescente relata que o delegado titular da Delegacia de Repressão a Crimes de Informática (DCRI) teve conduta imprópria durante o depoimento da vítima, uma vez que este questionou se a jovem tinha o hábito de participar de sexo em grupo. Tal conduta do delegado demonstra uma clara tentativa de culpabilizar a vítima pelo ocorrido, a constrangendo e a humilhando, ficando comprovada a forma violenta e desrespeitosa como as mulheres são tratadas ao buscar amparo pela Justiça.

Sobre a violência de gênero e a vitimização secundária, infere-se que as mulheres são mais atingidas pelo despreparo estatal, pois estas são as vítimas cotidianas dos crimes contra a dignidade sexual. Assim, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023) confirma essa informação ao afirmar que no ano de 2022, 88,7% das vítimas de estupro e estupro de vulnerável eram do sexo feminino.

Ao denunciar um estupro, por exemplo, essa mulher é questionada sobre suas vestimentas e sobre o que ela estaria fazendo naquele

¹ *“Aunque la ‘justicia’ sea representada como una mujer, según la ideología dominante el derecho es masculino y no femenino. Se supone que el derecho es racional, objetivo, abstracto y universal, tal como los hombres se consideran a sí mismos. Por el contrario, se supone que el derecho no es irracional, subjetivo o personalizado, tal como los hombres consideran que son las mujeres”.*

determinado local e horário, assim, tal mulher, além de ter sua dignidade sexual ofendida, torna-se novamente vítima por meio do sistema penal. Essa nova violência é praticada por agentes públicos, pessoas que deveriam prestar todo apoio e acolhimento à vítima.

Ao julgar essa mulher vítima de violência sexual, os agentes estatais, com seus questionamentos, invertem os papéis e transformam a vítima em culpada pela lesão sofrida. Não obstante, as perguntas indevidas e o sentimento de culpa gerado na vítima são formas de violência institucional, ocasionando uma duplicação da vitimização: inicialmente, aquela decorrente do próprio crime sofrido; e, depois disso, aquela perpetrada pelas agências penais. De forma semelhante, tais questionamentos também ocorrem com as mulheres vítimas de violência doméstica.

Diante do exposto, a autora Vera Andrade (2012, p. 131) trata da relação entre o sistema penal e a vítima ao afirmar que:

O sistema penal (salvo situações contingentes, empíricas e excepcionais) não apenas é um meio ineficaz para a proteção das mulheres contra a violência (particularmente da violência sexual) como também duplica a violência exercida contra elas e as divide, sendo uma estratégia excludente que afeta a própria unidade (já complexa) do movimento feminista. Isso porque se trata de um subsistema de controle social, seletivo e desigual, tanto de homens como mulheres e por que é, ele próprio, um sistema de violência institucional, que exerce seu poder e seu impacto também sobre as vítimas.

Em função desse regime de violência também exercido pelas agências penais, essa subnotificação do delito cometido gera a cifra oculta, isto é, quando se refere à violência contra mulher há uma discrepância entre a quantidade de crimes que ocorreram de fato e os delitos que foram comunicados à Justiça criminal. Portanto, nota-se que a revitimização e o silenciamento da vítima proporcionam uma cifra oculta mais significativa em relação a esses delitos.

Tal fato remete a uma questão pouco explorada, qual seja: se as pessoas realmente soubessem do número total de casos de violência de gênero, o controle penal continuaria a figurar como a principal estratégia de política criminal para intervir nessas situações? Há ainda um desdobramento disso: se as pessoas soubessem que o real universo de casos de violência de gênero coexiste com a intervenção penal, esta ainda gozaria da mesma legitimidade para atuar nesses casos? Essas são questões que alimentam um olhar crítico para o funcionamento do sistema penal e a pretensão de proteger a mulher.

Atualmente, parece controversa a hipótese de que o sistema penal consiga realizar uma proteção eficaz dos direitos das mulheres, pois, em regra, em função da elevadíssima cifra oculta, não atua na maioria dos casos; e, além disso, quando intervém, renova práticas de violência contra as vítimas em razão do despreparo dos agentes estatais. Outrossim, o funcionamento do poder punitivo produz relações que traduzem desigualdade de gênero, consolidando estereótipos na teatralidade punitiva, onde o protagonista é sempre o homem, mesmo nos espaços nos quais as vítimas são, predominantemente, mulheres.

No que condiz à violência de gênero, Maria Lúcia Karam (2006, p. 7) sustenta que o seu enfrentamento,

[...] a superação dos resquícios patriarcais, o fim desta ou de qualquer outra forma de discriminação, vale sempre repetir, não se darão através da sempre enganosa, dolorosa e danosa intervenção do sistema penal.

Há também que se perscrutar o discurso irrestrito de proteção à mulher pelo sistema penal, visto que as dinâmicas androcêntricas exercidas pelo poder punitivo parecem traduzir uma **ambiguidade fundamental**. Em um primeiro momento, pretende-se proteger as mulheres que são vítimas de delitos, porém, por tudo o que já foi discutido, observa-se como novas práticas violentas e institucionais são direcionadas para a vítima. Em outra hipótese, conforme explicita

Carla Akotirene (2020), quando a mulher se torna autora de crimes, o seu aprisionamento é marcado por violações que condizem também ao sexismo, como, por exemplo, o abandono familiar e a falta de assistência material.

DIREITO PENAL SIMBÓLICO E ANDROCENTRISMO: VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA

Diante do androcentrismo e do sexismo acusados nas seções anteriores, tem-se, atualmente, a busca de uma política criminal para lidar com a violência de gênero. No Brasil, não obstante os esforços realizados pelo Poder Executivo, o discurso de proteção à mulher tem reverberado, de maneira significativa, na área legislativa. Conforme mencionado na introdução deste capítulo, vários são os exemplos de alteração legislativa nesse sentido. Entretanto, a breve investigação que originou este capítulo cuidou apenas de duas situações, são elas: o crime de violência institucional e o delito de descumprimento de medida protetiva.

A escolha desses dois crimes, dentre vários outros possíveis, ocorreu em razão de um motivo bastante específico: nos dois casos, o Estado está presente no fato definido como criminoso. No crime de violência institucional, é um agente público que revitimiza o ofendido ou a testemunha de crimes violentos. Aqui, em regra, a conduta é comissiva, corresponde a um fazer algo, uma ação. Já no crime de descumprimento de medida protetiva, é flagrante o fato de que o Estado, ao não fiscalizar o cumprimento da medida decretada, viabiliza a prática do delito. Aqui, a conduta é omissiva, corresponde a um não fazer algo, uma inação ou omissão.

Por conta desse motivo específico, compreende-se que nesses casos o Estado atua mediante uma **coautoria inominada**. Não se trata de qualquer concurso, porque a contribuição é significativa nas

duas situações, quando, por intermédio dos seus agentes, revitimiza; quando, ao não fiscalizar o cumprimento da medida protetiva, amplia as margens do seu descumprimento. Então, os dois processos de criminalização primária correspondem a uma **lógica da confissão**, na qual o Estado admite a impossibilidade de controlar a violência que reproduz e, em função disso, criminaliza essas condutas como um subterfúgio.

A violência institucional é uma agressão praticada pelos agentes públicos ou instituições estatais contra as vítimas que buscam o sistema penal visando proteção e contra testemunhas de crimes violentos. A referida conduta foi criminalizada por meio da Lei nº 14.321/22 (Brasil, 2022), que inseriu o artigo 15-A na lei contra o abuso de autoridade, Lei nº 13.869/19 (Brasil, 2019). Desse modo, a norma que define o crime de violência institucional dispõe o seguinte:

Art. 1º Esta Lei tipifica o crime de violência institucional.

Art. 2º A Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 15-A:

Violência Institucional

Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade:

I - a situação de violência; ou

II - outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§ 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de 2/3 (dois terços).

§ 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena em dobro (Brasil, 2022).

Para o presente capítulo, faz-se necessária a análise da lei referente ao crime de violência institucional. Nesse caso, tutela-se a incolumidade psíquica, a intimidade e a privacidade tanto da vítima como da testemunha. Em seguida, tem-se os indivíduos do delito. O sujeito ativo é o agente público que abusou do poder que é atribuído a sua função. O sujeito passivo é a vítima de um crime ou a testemunha de crimes violentos, sendo assim, tal delito é crime próprio, tanto em relação aos autores quanto no que se refere às vítimas, razão pela qual pode ser denominado de bипróprio.

No que concerne ao tipo objetivo, inicialmente, trata-se da conduta de submeter a vítima ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, invasivos e repetitivos que as façam reviver a violência. O crime será de ação livre, pois pode haver vários meios de execução. Destarte, o seu tipo subjetivo é o dolo, não sendo admitida a modalidade culposa, visto que é preciso revitimizar o sujeito passivo da infração ou a testemunha, de modo repetitivo ou invasivo, e desnecessário, sendo imprescindível a consciência e a vontade de praticar o crime.

Em relação à consumação e à tentativa, o crime é formal e de perigo concreto (§ 1º e § 2º), ou seja, a lei não exige a realização do resultado para que o delito se consuma e o risco real deve ser comprovado, não podendo ser presumido. A infração é plurissubsistente, isso significa que a sua execução pode ser fracionada, por isso, a tentativa é admitida. A ação é pública incondicionada, sendo assim, não há necessidade da manifestação da vítima ou do seu representante legal para o início das investigações ou do processo penal.

Por fim, torna-se relevante retratar as majorantes, assim, aumenta-se a pena em 2/3 se o agente público permitir que um terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando a indevida vitimização. Se o próprio agente intimidar a vítima de delito violento gerando a revitimização, a pena será aplicada em dobro. Mesmo diante das formas majoradas, os delitos são de menor potencial ofensivo, sendo, em

regra, a competência de processo e julgamento do Juizado Especial Criminal (JECrim).

Perante o exposto no artigo supracitado, é possível observar que a violência institucional foi tipificada, ou seja, se algum agente público submeter a vítima ou testemunha a algum procedimento que as invada, que as faça reviver o trauma sofrido, que gere violência e sofrimento desnecessário e que as coloque novamente em posição de vulnerabilidade, sofrerá pena de detenção e multa. O agente público será penalizado se intimidar a vítima, como também se permitir que um terceiro a intimide.

Posto isto, conforme o *site* do Senado Federal (Lei [...], 2022), o contexto de criação dessa nova lei é fruto da repercussão nacional do julgamento de uma acusação de estupro em Santa Catarina. A vítima foi ridicularizada, humilhada e teve sua narrativa desacreditada durante a audiência pela defesa do acusado sem que o representante do Ministério Público (MP) e o juiz tomassem providências. No referido caso, foi a omissão dos agentes públicos que gerou a revitimização, porém, tal violência também pode ser praticada por meio de ação, como, por exemplo, quando o agente questiona as vestimentas da vítima.

Diante do referido contexto da tipificação da violência institucional e da revitimização, é notável que, embora tal violência possa atingir outras pessoas de diferentes idades e gênero, como também em diversas situações e contextos, as maiores vítimas da vitimização secundária são mulheres, especialmente as vítimas de crime contra a dignidade sexual, assim também de violência doméstica. Ao criminalizar a conduta de violência institucional, o Estado admite que seus próprios agentes, pessoas que deveriam prestar total apoio, amparo e proteção às vítimas, são capazes de produzir a violência ao invés de combatê-la e evitá-la.

Posto isto, levando em consideração o contexto de criação da Lei nº 14.321/22 (Brasil, 2022), a sua tipificação representa o caráter an-

drocêntrico do sistema penal, uma vez que, como já dito anteriormente, as maiores vítimas desse delito são mulheres. Por fim, a tipificação da referida lei é uma forma do Estado confessar a sua eficácia simbólica, admitindo desempenhar, na verdade, outras funções diferentes das quais prometeu realizar, sendo a supramencionada lei apenas um exemplo dessa dinâmica de eficácia invertida do sistema penal.

Outro exemplo que precisa ser discutido é aquele apresentado na Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha, que foi criada com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A referida lei possui esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher que vivia em situação de violência doméstica praticada por seu marido, que realizou duas tentativas de homicídio, a primeira por arma de fogo, deixando-a paraplégica, e a segunda por eletrocussão. Embora Maria da Penha tenha denunciado o ocorrido e seu marido tenha sido submetido ao júri popular, ela deparou-se com uma Justiça que depreciava a sua narrativa, visto que demorou mais de 15 anos para o caso ser efetivamente julgado.

Assim, após anos de descaso e morosidade, de acordo com o *site* Estadão (Maria [...], 2023), Maria da Penha, o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM) denunciaram o Brasil para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), que teve como resultado a condenação do Brasil por omissão e por negligência perante os casos de violência doméstica. Dessa maneira, devido a essa condenação, criou-se a Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006) visando a proteção da mulher em situação de violência doméstica.

É válido salientar que embora a Lei Maria da Penha possua 46 artigos, o único crime previsto na referida lei é o descumprimento de medida protetiva. Os outros artigos tratam sobre a violência doméstica, suas formas, as medidas protetivas, entre outras diretrizes.

Assim, os crimes praticados contra a mulher como injúria, lesão corporal, feminicídio e ameaça são delitos previstos no CP (Brasil, 1940), mas quando são praticados em contexto de violência doméstica, são qualificados, majorados ou agravados.

Um exemplo disso é o artigo 129, parágrafo 9º, do CP (Brasil, 1940), que prevê uma qualificadora para a lesão quando esta for praticada em situação de violência doméstica. Outro exemplo de majorante ocorre quando o feminicídio é realizado em descumprimento de medida protetiva, oportunidade em que a pena será aumentada de 1/3 até metade.

Ante o exposto, a Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006) trouxe várias inovações e mecanismos para a proteção da mulher, quais sejam: define violência doméstica e familiar contra mulher, estabelece as várias formas de violência, determina que cabe a proteção à mulher independente de sua orientação sexual, proíbe penas pecuniárias, entre outros mecanismos de proteção. Além disso, a referida lei foi responsável por criar as medidas protetivas de urgência, buscando prevenir a violência contra a mulher no ambiente doméstico.

Os artigos 22, 23 e 24 da Lei Maria da Penha dispõem sobre as medidas protetivas, quais sejam: afastar o agressor da vítima, proibindo que ele se comunique com a ofendida e seus familiares; proíbe, também, que o agressor frequente determinados lugares e que se aproxime da vítima; suspende a posse ou restringe o porte de arma do agressor; como também estabelece algumas determinações que visam preservar a integridade da vítima, existindo medidas que são direcionadas tanto ao agressor quanto à ofendida. Porém, o índice de transgressão das medidas protetivas e o descumprimento da Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006), em geral, demonstram que tal norma e medidas não conseguem alcançar os efeitos esperados.

Nesse contexto, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136), as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%,

totalizando 245.713 casos em comparação com os dados colhidos na edição anterior do anuário. Devido ao alto índice de agressões contra a mulher é possível notar que a Lei Maria da Penha, embora logre êxito em proteger uma parcela das mulheres em situação de violência, não consegue alcançar grande parte dessas vítimas, sendo perceptível a dificuldade de proteção às mulheres, pois os números supracitados evidenciam que a violência de gênero continua alarmante mesmo após anos da vigência da lei.

Isso corrobora a ressalva realizada por Maria Lúcia Karam (2006, p. 6), em publicação intitulada *Violência de gênero: o paradoxal entusiasmo pelo rigor penal*, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), no sentido de que:

É preciso buscar instrumentos mais eficazes e menos nocivos do que o fácil, simplista e meramente simbólico apelo à intervenção do sistema penal, que, além de não realizar suas funções explícitas de proteção de bens jurídicos e evitação de condutas danosas, além de não solucionar conflitos, ainda produz, paralelamente à injustiça decorrente da seletividade inerente à sua operacionalidade, um grande volume de sofrimento e de dor, estigmatizando, privando da liberdade e alimentando diversas formas de violência.

Desse modo, no ano de 2018, a Lei n° 13.461/18 (Brasil, 2018) acrescentou o artigo 24-A na Lei Maria da Penha. O mencionado artigo trata da criminalização do descumprimento da decisão judicial que defere medida protetiva de urgência. O disposto no artigo 24-A tem como objetivo evitar, por meio da punição, que os agressores desrespeitem a medida protetiva concedida à ofendida, visando proteger a mulher vítima de violência.

Nesse prisma, ao criminalizar o descumprimento de medida protetiva, a lei determina pena de detenção, assim, o artigo 24-A estabelece:

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos

§ 1º. A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.

§ 2º Na hipótese de prisão em flagrante, apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções cabíveis (Brasil, 2018).

O descumprimento de medida protetiva de urgência é o não cumprimento do comando existente em uma medida protetiva. Esse descumprimento recai sobre a decisão judicial que as defere. Elas são de natureza cautelar e visam garantir a efetividade da proteção da mulher em contexto de violência doméstica. Ademais, são divididas entre medidas protetivas que proíbem o agressor de praticar determinadas condutas e as medidas direcionadas ao amparo da vítima.

Acerca do descumprimento de medida protetiva, é preciso destacar alguns de seus aspectos, quais sejam: tal conduta é o único crime previsto na Lei Maria da Penha; além de que a infração não enseja o delito de desobediência, em decorrência do princípio da especialidade, uma vez que a tipificação do descumprimento da medida protetiva de urgência é mais específica do que o mero delito de desobediência. Por fim, há previsão expressa no artigo 312, parágrafo 1º, do Código de Processo Penal (CPP) (Brasil, 1941) para a prisão preventiva caso a medida judicial seja descumprida, assim como o artigo 313, inciso III, do CPP (Brasil, 1941) também admite a decretação da prisão preventiva nos casos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ao analisar tal lei, pode-se observar que o bem jurídico a ser tutelado pelo crime é o normal funcionamento da administração da Justiça e a segurança da vítima, violada pelo descumprimento da medida.

O sujeito ativo do crime é a pessoa que teve sua liberdade restrita pelas medidas protetivas dispostas na Lei Maria da Penha. É interessante destacar que tal indivíduo pode ser tanto homem como mulher. Já o sujeito passivo primário é o Estado, e o sujeito passivo secundário é a própria vítima da violência doméstica. É válido frisar que pessoas transexuais também podem ser sujeito passivo do referido delito. Nesse sentido, devido ao fato de o legislador exigir uma qualificação especial do sujeito, tal delito é considerado crime próprio.

No delito de descumprimento de medida protetiva, o seu tipo objetivo é descumprir, ou seja, deixar de cumprir, não atender, entre outros, assim, a conduta é comissiva. Já o seu tipo subjetivo é o dolo, logo, é a intenção de descumprir a medida protetiva, sendo necessário que o sujeito ativo tenha consciência da existência da medida protetiva, não respondendo caso ele desconheça a presença da tal medida. Outrossim, o referido crime não admite a modalidade culposa.

Em relação à consumação, o delito é um crime formal, ou seja, embora a lei preveja um resultado, ela não exige a sua realização. Assim, o referido crime é consumado no instante em que sujeito ativo descumpra a medida protetiva, não sendo necessária a execução de outro delito. Caso haja a concretização do resultado, o agente responde tanto pelo descumprimento da medida protetiva como pelo delito cometido. A tentativa é admissível. Acerca da ação penal, ela é pública e incondicionada, devido ao fato de o artigo 41 da Lei Maria da Penha proibir a aplicação da Lei nº 9.099/95 (Brasil, 1995) para os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra as mulheres.

É importante ressaltar que não importa a natureza da decisão judicial que concedeu a medida protetiva, isto é, ela pode ser civil ou penal, sendo isso irrelevante para a ocorrência do crime. Outro aspecto importante é que apenas a autoridade judicial pode conceder a fiança, fazendo-se necessária a realização da audiência de custódia para, posteriormente, ser autorizada a liberdade provisória, sendo uma exceção à regra da Lei nº 9.099/95 (Brasil, 1995). Por fim, o artigo

24-A não impede a aplicação de outras sanções, como as de natureza administrativa e cível.

Conforme a justificação do Projeto de Lei (PL) n° 173/2015 (Brasil, 2015), a necessidade de tipificação do descumprimento da medida protetiva de urgência se deu ao observar que a ausência da criminalização do referido descumprimento estava acarretando prejuízo ao sistema de proteção, considerando as estatísticas alarmantes sobre a violência sofrida pela mulher, especialmente no lar. A redação do supracitado PL traz expressamente que:

Sabe-se que a cada dez minutos uma mulher é vítima de feminicídio ou lesões corporais em nosso país. Reduzir o descumprimento das medidas protetivas a simples ilícito civil é uma total irresponsabilidade e falta de compreensão desse terrível fenômeno social (Brasil, 2015).

Diante disso, notou-se a importância e a necessidade de uma tutela penal que seja rigorosa o suficiente para desencorajar a violação ao sistema de proteção, bem como contribuir para haja uma maior confiança no sistema de justiça. Contudo, para além dessa justificativa, o supramencionado PL traz, em seu bojo, uma confissão indireta sobre a incapacidade do Estado de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, ao afirmar expressamente que: “É inconcebível esperar que a mulher deva, no calor dos fatos, submeter-se a mais um episódio de violência para obter a proteção estatal” (Brasil, 2015), ou seja, nesse trecho admite-se que o Estado não consegue supervisionar o cumprimento da medida protetiva, deixando a vítima desprotegida, não conseguindo evitar a aproximação do agente à ofendida, ficando esta suscetível a uma possível violência.

Diante desse cenário, o Estado criminalizou uma conduta como um desdobramento de uma outra que já era tutelada por ele, confessando a sua falta de recursos para fiscalizar as medidas protetivas de urgências. Além disso, a tipificação reforça o caráter punitivista do

sistema penal, uma vez que o direito penal deveria atuar sempre em *ultima ratio*, além de intensificar o simbolismo da supramencionada lei, na medida em que esta não cumpre com sua função declarada.

Sendo assim, o disposto no artigo 24-A é o primeiro tipo incriminador constante na Lei Maria da Penha, tornando-se uma *novatio legis* incriminadora. Se o agressor descumprir qualquer uma das medidas protetivas, ele será responsabilizado penalmente. Porém, o fato de o descumprimento da medida protetiva ter se tornado um crime não impediu que as agressões contra a mulher continuassem, visto que “No ano passado 245.713 mulheres registraram boletim de ocorrência para agressões ocorridas no ambiente doméstico ou dele decorrente” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 137).

Os dados supracitados, embora não tratem diretamente do descumprimento de medida protetiva de urgência, refletem que a *novatio legis* incriminadora não evitou que novas agressões ocorressem, como também não impediu um elevado índice de feminicídio, visto que tal pesquisa demonstrou que mesmo após anos de vigência da Lei nº 11.340/06 (Brasil, 2006) e da criminalização da conduta, o número de feminicídio tem crescido de modo significativo a cada ano. Diante dessa realidade, é perceptível que a Lei Maria da Penha e a tipificação do descumprimento de medida protetiva não conseguiram alcançar os efeitos esperados em relação à proteção da mulher.

Posto isto, tanto a criminalização da violência institucional quanto do descumprimento de medida protetiva de urgência faz parte da dinâmica da lógica da confissão do próprio Estado, na qual ele assume, por meio da violência institucional, que seus agentes são capazes de produzir violência, assim como assume, por meio da criminalização do descumprimento da medida protetiva, que há uma dificuldade em proteger as mulheres para além do campo normativo. Assim, é possível perceber que o sistema de justiça criminal produz a ampliação das malhas de punição, uma vez que usa a criminalização de condutas como a *prima ratio*. “Essa estratégia de ampliar o poder punitivo

na esfera doméstica e reforçar os estereótipos entre agressor e vítima é extremamente perigosa” (Mello, 2018, p. 171).

Destarte, as referidas normas podem ser consideradas como direito penal simbólico, o qual pode ser conceituado como uma nova lei ou uma lei já existente que tem sua punição intensificada com a finalidade de atender um clamor popular, passando uma sensação de segurança à população, mas, na verdade, tais leis têm uma mera função psicológica, pois não cumprem a sua função declarada. Assim, a função simbólica predomina em relação às funções instrumentais. Diante disso, Baratta (1994, p. 12) confirma essa relação entre as funções:

As funções simbólicas tendem a prevalecer sobre as funções instrumentais. O déficit da tutela real dos bens jurídicos é compensado pela criação, junto ao público, de uma ilusão de segurança e de um sentimento de confiança no ordenamento e nas instituições que tem uma base real cada vez mais fragilizada. De fato, as normas continuam sendo violadas; e a cifra obscura das infrações permanece altíssima, enquanto que as agências de controle penal continuam a medir-se com tarefas instrumentais de realização impossível: pense-se somente na defesa da ecologia, na luta contra a criminalidade organizada, no controle da toxicomania e no índice de mortalidade no trânsito.

As normas simbólicas têm a função de atender as expectativas da sociedade e de estabilização social, criando a ilusão de que o sistema de justiça funciona, confirmando e legitimando a estrutura normativa. Contudo, na verdade, tais leis, por serem ineficazes e imediatistas, servem para inflacionar o ordenamento jurídico, tomando como pretexto a publicação de mais um crime, quando, inexoravelmente, revelam as carências do Estado no cumprimento de suas funções de política criminal e proteção de bens jurídicos.

Desse modo, as criminalizações do descumprimento de medida protetiva e da violência institucional são exemplos de direito

simbólico, pois a criminalização de tais condutas é a forma do Estado atender ao clamor popular e demonstrar que ele está preocupado com as demandas sociais. Nesses casos, a pretensão das mulheres em busca de proteção parece atendida, mas, no lugar disso, simula-se uma sensação de segurança e contribui-se para a inocuidade do sistema penal, e não das mais variadas violências que ele pretende evitar. Logo, é possível compreender que a criminalização das referidas condutas não significa, necessariamente, a proteção às mulheres vítimas dos referidos delitos.

EXPANSÃO DO DIREITO PENAL E GÊNERO

O princípio da intervenção mínima orienta e informa o direito penal, tanto no campo científico quanto na atividade estatal legiferante. Ele traduz a ideia de que a esfera penal tem a função de proteger os bens jurídicos mais importantes, ou seja, o direito penal atua como *ultima ratio*, sendo a última opção de controle, agindo apenas perante o fracasso das outras áreas do direito. Assim, Paulo Queiroz (2008, p. 47) confirma essa dinâmica ao afirmar que

a intervenção penal, como *ultima ratio* da política social deve ter caráter subsidiário e fragmentário, conforme o princípio da mínima intervenção, devendo ser utilizada apenas quando fracassem outras instâncias de prevenção e controle social, menos onerosas e mais eficazes.

Diante disso, a partir dos contributos teóricos, é possível perceber que o direito penal deveria atuar apenas nas situações em que as outras instâncias não conseguem resolver as suas demandas de maneira efetiva, sendo, de fato, a última alternativa. Contudo, a realidade se mostra diferente, visto que é notável a existência de uma tendência expansionista do direito penal, uma vez que é possível observar a

antecipação da tutela penal mediante a tipificação de determinadas condutas, como também o agravamento das normas já existentes, as quais se caracterizam por serem leis penais simbólicas.

Posto isto, o autor Jesús María Silva Sánchez (2013, p. 29) afirma que:

Não é infrequente que a expansão do Direito Penal se apresenta como produto de uma espécie de perversidade de aparelho estatal, que buscaria no permanente recurso à legislação penal uma (aparente) solução fácil aos problemas sociais, deslocando ao plano simbólico (isto é, ao da declaração de princípios, que tranquiliza a opinião pública) o que deveria resolver-se no nível da instrumentalidade (da produção efetiva).

A expansão do direito penal é o movimento que a esfera penal está vivenciando ao alcançar situações de modo antecipado, por meio da criminalização de novas condutas sem antes passar pela solução das outras instâncias. Essa dinâmica faz com que o direito penal trate de questões além da sua incumbência originária, possibilitando um sistema inflacionado de normas penais. Assim, a criminalização das condutas é uma solução imediata e gera uma sensação de segurança para a população. Sobre o movimento de expansão, L. Gracia Martín (2005, p. 46) aduz que:

[...] essa ampliação assume o aspecto de uma tendência que parece não ter limites. Por isso, são muitos os autores que, ao avaliar a transcendência do Direito Penal moderno para o conjunto do sistema consideram que, no momento histórico atual, seria possível detectar a existência de um movimento de expansão do Direito penal.

Outrossim, também faz parte da dinâmica de expansão do direito penal as leis penais em branco, os crimes de perigo abstrato e a tipificação de alguns atos preparatórios. Tais exemplos representam a tendência à antecipação da tutela penal, a expansão da atuação do direito

penal, como também a relativização de princípios essenciais para o direito penal, como o princípio da legalidade e da lesividade.

A primeira figura é a lei penal em branco, que é definida por necessitar de complementação no preceito primário. Tem-se como principal exemplo o caput do artigo 33 da Lei de Drogas (Brasil, 2006), que não traz o conceito de “drogas ilícitas” para fins da aplicação da lei. Assim, essa necessidade de complementação representa a relativização do princípio da legalidade ao admitir que outros dispositivos, que não seja a lei, como, por exemplo, portaria do Poder Executivo, possam dispor sobre matéria penal de modo a complementar as leis penais, abrindo margem para ampliação do alcance dessas normas.

Além disso, há os crimes de perigo abstrato, tal delito não exige que ocorra a lesão efetiva a um bem jurídico, pois, em muitos casos, o perigo é presumido. Exemplo emblemático de crime de perigo abstrato é o artigo 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) (Brasil, 1997), que disciplina a conduta de dirigir embriagado. Nesse sentido, a lei não exige a lesão ao bem jurídico, nem que esse bem esteja em perigo real ou concreto, descrevendo apenas um comportamento e determinando a aplicação da pena, independente do resultado. Assim, pune-se pela mera possibilidade abstrata de causar lesão, ferindo e relativizando o princípio da lesividade, o qual estabelece que para que haja crime é imprescindível haver lesão ao bem jurídico. Posto isto, os crimes de perigo abstrato são uma forma de potencializar a atuação do direito penal por meio da repressão do risco.

Por fim, tem-se a criminalização de alguns atos preparatórios, que são, em regra, impuníveis, uma vez que o crime só pode ser punido se o agente ingressar no núcleo do tipo, se o agente deflagrar a conduta prevista em lei como criminosa. Porém, por antecipação da tutela penal, o legislador criminalizou alguns atos preparatórios, como, por exemplo, a associação criminosa, prevista no artigo 288 do CP (Brasil, 1940). A tipificação dos atos preparatórios representa a relativização do princípio da lesividade, uma vez que a criminalização de tais atos

autoriza a punição sem que haja uma efetiva lesão ao bem jurídico, expandindo a área de atuação do sistema penal ao atingir situações de modo prévio, antes mesmo da execução da ação, fragilizando também o *iter criminis*.

Nesse sentido, as normas penais simbólicas e a expansão do direito penal caminham lado a lado, uma vez que ambas servem para atender ao clamor social, dando uma resposta rápida aos anseios da sociedade ao passar a ideia de que o sistema penal funciona com eficiência, proporcionando segurança às pessoas.

Em função disso, Silva Sánchez (2013, p. 155-156) desenvolveu a ideia de “administrativização do direito penal” no contexto da expansão do direito penal, ao afirmar que:

É possível afirmar que uma das características do Direito penal das sociedades pós-industriais é a assunção, em ampla medida, de tal forma de racionalizar, a da lesividade global derivada de acumulação ou repetição, tradicionalmente do administrativo. É isso que se quer indicar quando se alude ao processo de ‘administrativização’ em que, a nosso juízo, se acha imerso o direito penal. E tal poderia nos levar ainda mais longe: assim, não somente afirmar que o Direito Penal assume o modo de racionalizar próprio do direito administrativo sancionador, senão que inclusive, a partir daí, se converte em um Direito de gestão ordinária de grandes problemas sociais.

Ao empregar o mesmo tipo de raciocínio usado no direito administrativo sancionador, o direito penal passou a gerir os problemas sociais de modo quase imediato, ou seja, para cada problema que nasce, cria-se uma lei penal, mesmo tendo ciência de que a tipificação não protegerá o bem jurídico. Desse modo, tem-se como exemplo os dois objetos do trabalho que originou este capítulo: a criminalização da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva. São duas hipóteses que refletem a supressão de instância, já que os outros ramos do direito não foram convocados para inter-

vir nessas situações. O direito penal se transforma, assim, em uma primeira via de tutela.

Perante a dinâmica de expansão do direito penal, é possível destacar as questões de gênero como uma área que sofreu bastante interferência, uma vez que a tendência expansionista do direito penal alcançou as demandas específicas voltadas para a proteção à mulher, tornando-as problemas tutelados pela supramencionada instância de controle.

Dessa maneira, a expansão do direito penal conseguiu alcançar os delitos em que grande parte das vítimas são mulheres, dentre os quais, exemplificativamente, estão a violência doméstica, a violência institucional, o feminicídio e os crimes contra a dignidade sexual. Nesse sentido, houve a antecipação da tutela e, consequentemente, a tipificação de modo imediato das referidas condutas. Levando em consideração o que foi exposto nas seções anteriores, é possível observar que a criminalização dessas condutas possui enorme valor simbólico diante da sociedade.

Assim, a sociedade acredita que quanto mais áreas e demandas o direito penal alcançar, será melhor. Em razão dessa falsa sensação de segurança que tais leis penais transmitem, reforça-se ainda mais o seu caráter simbólico. A expansão das leis incriminadoras voltadas à proteção da mulher tem papel fundamental para que a sociedade acredite fielmente que terceiros não irão cometer crimes somente pela existência das referidas leis. Contudo, como já fora analisado, essa expansão não significa mais eficácia, nem menos delitos. Essa tendência expansionista do sistema penal faz com que ele atue para além da sua esfera, alcançando demandas que originalmente não lhe pertencem.

REDISCUTINDO OS CAMINHOS DE PROTEÇÃO À MULHER

Esta última seção traduz a necessidade de rediscutir as possibilidades de proteção à mulher, no cenário brasileiro de expansão do

direito penal na tutela das violências de gênero. Para tanto, algumas etapas serão abordadas, quais sejam: a questão da ambiguidade fundamental; a ampliação das discussões sobre a problemática de gênero; e a utopia orientadora abolicionista.

Durante o desenvolvimento teórico do artigo que originou este capítulo, deduziu-se o conceito de ambiguidade fundamental para designar o paradoxo flagrante do discurso de proteção penal à mulher no Brasil. Isso porque, de um lado, nas últimas décadas, existe um esforço político-criminal, dos Poderes Executivo e Legislativo, no sentido de reunir medidas para intervir na questão da violência de gênero. Por outro lado, tem-se o encarceramento feminino no Brasil, realizado com múltiplas violações aos direitos fundamentais, introduzindo a mulher no ambiente prisional de uma maneira muito mais precarizada do que os homens.

No caso das mulheres, enquanto que visibilizamos a violência doméstica no debate público, não trazemos para o centro do debate a invisibilidade e situação de extrema violência no cárcere. As prisões dependem da violência para funcionarem. E este contexto de intensa violência, aderindo contornos de violência psicológica contra as mulheres de forma muito mais intensa, que a relação com o ambiente perverso de relacionamentos abusivos pode ser facilmente remetida (Borges, 2018, p. 98).

A autora ainda aborda a questão da “revista vexatória”, a fim de sinalizar para a predominância do sexismo na estrutura do sistema penal. Esses aspectos poderiam ser somados a outros, como, por exemplo, as violações concernentes à assistência material e à saúde dessas mulheres em situação de encarceramento (Akotirene, 2020). Em regra, a atuação estatal no sentido de promover políticas criminais de proteção à mulher não é contrastada com as características da intervenção penal na custódia de mulheres infratoras.

A ilusão de segurança gerada pelo discurso normativo e formal de enfrentamento das violências de gênero faz com que essa proteção aparente seja *superestimada*, ao passo que as violações institucionais realizadas no encarceramento feminino sejam *subestimadas*, porque atreladas ao privado, não contando com o suporte midiático e o “entusiasmo pelo rigor penal” que marcam a esfera pública.

Além disso, a lógica da violência individual se reflete na criminalização desses comportamentos, subsumindo-se ao fato segundo o qual o autor viola bem jurídico da vítima, ou seja, “A” ofende o bem jurídico de “B”. Em contrapartida, o encarceramento feminino obedece ao regime institucional, estrutural e histórico de produção da violência, onde os seus vetores são mais difusos e horizontalmente difundidos. Em razão disso, entende-se que as mulheres negras e pobres são as mais atingidas pelo poder punitivo colonial.

Desde o patriarcalismo europeu condicionante do colonialismo, as mulheres são disciplinadas por homens, digamos por *delegação*. O poder hierarquizante as disciplina através do patriarcado e, portanto, não é necessário controlá-las pelo poder punitivo na mesma medida em que se controlam os homens, que são quem se encarrega de controlá-las (Zaffaroni, 2021, p. 86).

As consequências do poder punitivo colonial geram então um dilema que precisa ser enfrentado quando se discute as violências de gênero, qual seja: como o sistema penal androcêntrico, criado por homens e para homens, fundado em um direito masculino (Olsen, 1990), pode intervir diante das múltiplas violências de gênero de modo a proteger a mulher? A partir dessa questão, compreende-se que o enfrentamento do sexismo no Brasil depende da resolução do dilema que perpassa a intervenção penal nessas situações, porque a violência praticada nas prisões contra mulheres é também uma violência de gênero.

Essa discussão perpassa também o fato de que, em regra, quando se discute o encarceramento feminino, não se trata de qualquer mulher. O alvo do sistema penal no exercício do encarceramento feminino é a mulher negra, e esse dado precisa também ser auscultado como sério elemento do discurso de proteção à mulher, porque

O recorte em termos de raça/cor das mulheres vítimas de violência letal no país reafirma os elementos de racismo que perpassam todas as modalidades criminosas no país, de um jeito ou de outro. Entre as vítimas de feminicídio, têm-se que 61,1% eram negras e 38,4% brancas. Nos demais assassinatos de mulheres, o percentual de vítimas negras é ainda maior, com 68,9% dos casos, para 30,4% de brancas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 142).

O entrelaçamento entre gênero, raça e classe (Davis, 2018) permite inferir que a vulnerabilização à violência de gênero é a mesma, tanto em uma perspectiva individual quanto em uma concepção estrutural, institucional e histórica, o que gera a inevitabilidade de lidar com a violência contra a mulher nos dois espectros, inclusive quando ela é perpetrada pelo próprio Estado nas suas mais variadas esferas. Além de ser o agente que busca, por intermédio das estratégias de política criminal, prevenir esse tipo de violência, não se pode, simultaneamente, negligenciar a postura desse mesmo sujeito no encarceramento feminino.

Sendo assim, a política criminal adotada em território nacional, a fim de intervir na problemática de violência contra a mulher, não cumpre o seu intento, mas incrementa nas possibilidades de atuação de um sistema penal sexista, expandindo-o cada vez mais. No lugar da expansão do direito penal, essa questão deveria se configurar a partir da necessidade de ampliar as discussões sobre a problemática de gênero, fazendo com que os cidadãos tenham uma educação satisfatória e plural sobre o exercício da sexualidade.

A política criminal de base preventiva e dialógica, com a difusão de medidas antes das condutas desviadas, pode introduzir uma estratégia de enfrentamento mais democrática para a violência de gênero. O déficit temporal que marca a intervenção penal nesses casos é também um sintoma do seu fracasso, porque a atuação, em regra, acontece quando o bem jurídico já foi ofendido. Então, uma pista importante nesse contexto pode ser a reestruturação da política criminal, objetivando a substituição da abordagem repressiva-individual pelo enfoque preventivo-coletivo.

A conciliação poderia ter sido o primeiro passo, de muitos que precisariam ser dados, para o afastamento do Direito Penal dos conflitos domésticos e familiares. Ao invés disso, foi afastada, nessas hipóteses, e terminou-se por enrijecer o Direito Penal e trazer para essa modalidade de crime a possibilidade de prisão provisória, que aqui é a verdadeira pena, já que os crimes não apresentam penas altas em abstrato, e essa pena atinge toda a família. Nessas situações; venceu, mais uma vez, o discurso de punição simbólica. Em muitos pontos, perdem tanto as mulheres como os homens, por que se propagam, de todas as formas, as desigualdades (Mello, 2018, p. 179).

Essa compreensão passa por “recuperar a politização característica do espaço feminino, nomeando-o e reconhecendo-o como ‘político’, e apoiando homens em seus projetos com o intuito de desconstruir a masculinidade bélica” (Segato, 2022, p. 34). A renomeação da política criminal envolve também uma priorização das demandas feministas, para reunir esforços em uma perspectiva de rediscussão dos papéis de gênero, reduzindo hierarquias e ampliando liberdades.

Trata-se de observar as demandas feministas de proteção em uma perspectiva que está aquém do direito penal e dos riscos de legitimação que essas novas leis podem trazer. Inexoravelmente, isso não significa desprezar os interesses do movimento feminista, ainda que este seja plural e difuso, mas permitir uma compreensão que dê

conta dos próprios limites, sobretudo quando o discurso de proteção à mulher é apropriado pelo sistema penal, servindo de base para a expansão do poder punitivo androcêntrico e colonizador.

Com isso, entende-se que o feminismo não está em rota de colisão com o abolicionismo, não obstante parte significativa do enfrentamento à violência de gênero se desenvolver por demandas que são intrassistêmicas, como, por exemplo, dá-se com os casos de criminalização primária. O abolicionismo decolonial pode viabilizar uma zona de interesse onde, no cotidiano, seja possível perceber as desigualdades aprofundadas pelo sistema penal.

Ao mesmo tempo, o abolicionismo tem um papel fundamental na compreensão de outras possibilidades de intervenção diante da violência contra a mulher, pois, ao questionar os efeitos produzidos pelo encarceramento, pode viabilizar o enfraquecimento do poder punitivo e do patriarcalismo. Para tanto, uma perspectiva abolicionista não pode, a pretexto de cumprir o seu desiderato, silenciar as pretensões oriundas do movimento feminista, sob pena de reproduzir a lógica sexista.

Assim, existem versões compatíveis entre abolicionismo(s) e feminismo(s), ainda que dissonâncias entre versões mais radicais fiquem bem evidentes. Disso resulta que os pontos de encontro entre os dois blocos teórico-políticos podem se valer de uma mutualidade, já que a abolição pode representar uma diminuição da violência de gênero e, simultaneamente, as demandas feministas podem somar nas perspectivas que não relegitimam a prisão para lidar com os seus conflitos.

Em que pese tenham dinâmicas próprias, apostamos na convivência entre feminismos e abolicionistas, para o enfrentamento à violência contra mulheres. Para que dessa convivência possa brotar arranjos de proteção para mulheres em situação de violência, é preciso que não seja o pacto narcísico a dar o tom da conversa. É somente a partir de um horizonte abolicionista, feminista, antirracista, anticolonial

e anticapitalista que poderemos desestabilizar as estruturas inter-relacionadas de privilégios de nossa sociedade (Souza; Pires, 2020, p. 152-153).

No horizonte da expansão do direito penal e diante da necessidade de encontrar formas satisfatórias de fazer cessar a violência de gênero, não parece que a continuidade da política criminal legislativa, que cria mais tipos penais e encarcera mais pessoas, consiga atender às expectativas criadas pelo movimento feminista, nem imediatamente nem a longo prazo. Por isso, a abordagem abolicionista tem um papel crucial: entender, a partir da aproximação, da pergunta e do diálogo, a maneira mais adequada de gestão dos conflitos que envolvem gênero.

Nesse caminho, algumas medidas podem ser maturadas como vias de enfraquecimento do controle penal, tais como: a criação de esferas informais com redes de apoio para mulheres; a redistribuição gradual de papéis daqueles que detêm o poder de atribuição (juízes, representantes políticos, policiais e atores criminais); desmasculinização do cárcere e do direito; e, por fim, o enfraquecimento gradual da linguagem punitiva e androcêntrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente capítulo é possível concluir que existe uma tendência expansionista das leis penais incriminadoras atrelada à função simbólica destas, em especial, as leis que tratam acerca da violência de gênero no Brasil, as quais foram o principal objeto de estudo do artigo que originou este capítulo. Ademais, pôde-se observar que dentro do sistema penal existem lugares bem definidos para homens e para mulheres, demonstrando que as leis possuem caráter androcêntrico, que em determinados casos acentuam essa definição de papéis e produzem violências.

Em relação às leis que foram objeto de estudo do artigo, tem-se a Lei Maria da Penha, do descumprimento de medida protetiva e a lei de violência institucional, que foram analisadas a partir do marco teórico criminológico, possuindo suporte teórico. No tocante à Lei Maria da Penha, não se pode negar que ela conseguiu proteger algumas mulheres por meio das suas medidas protetivas de urgência, porém, o seu índice de descumprimento é alarmante, demonstrando que os efeitos esperados não foram alcançados.

Já a criminalização do descumprimento de medida protetiva representa uma forma do Estado de punir o descumprimento das medidas protetivas, pois este não é capaz de controlar o cumprimento, logo, ele parte para a solução mais rápida, mas não a mais eficaz, o sistema penal, reforçando, assim, a dinâmica do punitivismo. No que tange à lei que trata da violência institucional, é perceptível que esta aborda o reconhecimento do Estado de que para além de não conseguir alcançar os efeitos desejados, este, por meio da atuação de seus agentes, é capaz de produzir mais violência, sendo caracterizada por sua eficácia invertida.

O objetivo geral do artigo que deu origem a este capítulo foi cumprido, uma vez que se analisou as *novatio legis* incriminadoras da violência institucional e do descumprimento de medida protetiva de urgência, tendo como base as principais contribuições oferecidas pelo marco teórico criminológico no tocante ao processo de criminalização primária.

Dessa análise foi possível inferir que as referidas leis fazem parte de uma tendência expansionista do direito penal e são caracterizadas como normas simbólicas, visto que tais leis não conseguiram alcançar os efeitos esperados pelo legislador, tendo em vista que não houve a diminuição da violência que buscava-se reduzir. Outrossim, os objetivos específicos do artigo foram cumpridos no transcorrer das seções.

Ao fim deste capítulo é possível concluir que as referidas *novatio legis* incriminadoras possuem funções declaradas e funções latentes, porém, estas são cumpridas com muito mais frequência e em uma proporção bem maior comparada com aquelas, uma vez que tais normas não alcançaram os efeitos esperados. Assim, a criminalização dos delitos de descumprimento de medida protetiva de urgência e de violência institucional representa, no contexto brasileiro, uma confissão do Estado, no qual ele assume não possuir recursos suficientes para fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, assim como assume que seus próprios agentes produzem mais violência ao invés de combatê-la.

Obter esse significado não quer dizer que tais leis são inúteis ou desnecessárias, tendo em vista que tais normas conseguem proteger uma parcela de mulheres em situação de violência, ou seja, em alguns casos a função declarada dessas leis é cumprida, porém, significa dizer que as supramencionadas leis só foram criadas por que o Estado não conseguiu fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas, e nem conseguiu supervisionar a atuação de seus agentes para lidar com as vítimas, principalmente as vítimas mulheres.

Durante o desenvolvimento do artigo que originou este capítulo, outros temas se destacaram como bastante interessantes e necessários, como, por exemplo, pesquisar sobre os efeitos e funções de outras estratégias do sistema penal para proteção da mulher, como a tipificação do feminicídio, assim como a possibilidade de discutir acerca da função da mulher no sistema penal relacionando seu papel de eterna vítima com a invisibilização e esquecimento da mulher encarcerada. Mostra-se necessário também refletir sobre os limites abolicionistas nas demandas de gênero.

Por fim, este capítulo tem como função provocar uma reflexão em relação à criminalização do descumprimento de medida protetiva de urgência e da violência institucional, como também demonstrar a presença de uma tendência expansionista do direito penal, fazendo

com que este haja como *prima ratio*, proporcionando a dinâmica de normas simbólicas. Assim, possivelmente, a principal contribuição deste capítulo seja nos fazer refletir sobre os efeitos da tipificação de condutas, analisando se ela, realmente, é capaz de produzir os resultados desejados ou se seria mais eficaz começar a pensar em soluções das demandas de gênero para além do sistema penal.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Ó pai, prezada: racismo e sexismo institucionais tomando bonde nas penitenciárias femininas*. São Paulo: Pólen, 2020.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BARATTA, Alessandro. Funções instrumentais e simbólicas do direito penal. lineamentos de uma teoria do bem jurídico. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5-24, 1994. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7666460/modfolder/content/o/BARATTA%2C%20Alessandro.%20Fun%C3%A7%C3%B5es%20instrumentais%20e%20simb%C3%B3licas%20do%20direito%20penal..pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BORGES, Juliana. *O que é: encarceramento em massa?*. Belo Horizonte: Justificando, 2018.

BRASIL. Decreto- lei n° 2848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Lei n° 13641, de 3 de abril 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tipificar o crime de

descumprimento de medidas protetivas de urgência. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 4 abr. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13869, de 5 de setembro de 2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 6 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13869.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 32 mar. 2022. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/login/fed/lei/2022/lei-14321-31-marco-2022-792442-publicacaooriginal-164859-pl.html#:~:text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2013.869,o%20crime%20de%20viol%C3%Aancia%20institucional>. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 27 set. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, é o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O CTB regulamenta o trânsito em vias terrestres do Brasil, estabelecendo normas de conduta, infrações e penalidades. Código de Trânsito Brasileiro. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 24 set. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503compilado.htm. Acesso em: 7 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Câmara de Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos

Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 1 set. 2023.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 173, de 4 de fevereiro de 2015. Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 4 fev. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1297696&filename=Tramitacao-PL%20173/2015. Acesso em: 24 fev. 2024.

CASTRO, Lola Aniyar de; CODINO, Rodrigo. *Manual de Criminologia Sociopolítica*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?*. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ESTUPRO no Rio: TJ adia decisão sobre mudança de delegado. *A Tarde*, Salvador, 29 maio 2016. Disponível em: <https://atarde.com.br/brasil/estupro-no-rio-tj-adia-decisao-sobre-mudanca-de-delegado-782702>. Acesso em: 25 fev. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

GOFFMAN, Erving. *Manicômio, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HULSMAN, Louck; CELIS, Jacqueline. *Penas perdidas: o sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Editora Luam, 1993.

KARAM, Maria Lúcia. O paradoxal entusiasmo pelo rigor penal. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 168, n. 14, p. 6-7, 2006.

LEI que pune violência institucional contra vítima de crime entra em vigor. *Senado notícias*, Brasília, DF, 1 abr. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/01/lei-que-pune-violencia-institucional-contravitima-de-crime-entra-em-vigor>. Acesso em: 12 set. 2023.

MARIA da Penha: entenda o caso que originou a lei de proteção a mulheres vítimas de violência. *Estadão*, São Paulo, 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/entenda-o-caso-de-maria-da-penha-que-originou-lei-de-protecao-a-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 10 set. 2023.

MARTÍN, Luis Gracia. *Prolegômenos para a luta pela modernização e expansão do Direito Penal e para a crítica do discurso de resistência*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2005.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Quantas histórias cabem na Lei Maria da Penha? O lugar da violência doméstica no sistema punitivo brasileiro. In: MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. *Construindo as criminologias críticas: a contribuição de Vera Andrade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 171-179.

MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Femiísta: novos paradigmas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

OLSEN, Frances. *El sexo del derecho*. [S. l.: s. n.], 1990. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/el-sexo-del-derecho.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

QUEIROZ, Paulo. *Direito Penal: parte geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Lunem Juris, 2008.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. *A expansão do Direito Penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SEGATO, Rita. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SOUZA, Luanna Tomaz; PIRES, Thula Oliveira. É possível compatibilizar abolicionismos e feminismos no enfrentamento às violências cometidas contra as mulheres?. *Revista Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v. 15, n. 35, p. 129-157, 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Colonização punitiva e totalitarismo financeiro: a criminologia do ser-aqui*. Rio de Janeiro: Da Vinci livros, 2021.

A MÁQUINA BUROCRÁTICA DE ARQUIVAMENTO: autos de resistência da comarca de Salvador (2020)

Ianine Vitória dos Anjos

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado

INTRODUÇÃO

As mortes em decorrência de intervenção policial compõem um índice monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – uma organização sem fins lucrativos – desde 2013, o qual abarca as mortes por policiais militares e civis, na ativa ou na reserva, dentro ou fora do serviço.

O ano de 2020 apresentou o maior número de mortes por intervenção policial desde que o índice passou a ser monitorado, com 6.416 mortes no Brasil e taxa de 7,6 por 100 mil habitantes no estado da Bahia (Bueno; Marques; Pacheco, 2020). Também houve o aumento de 21,08% de mortes de civis em ações policiais, em comparação com o ano de 2019, com a morte de 787 pessoas no estado (Gonçalves *et al.*, 2021). E a cidade de Salvador esteve entre os 50 municípios com maiores números absolutos de mortes decorrentes de intervenção policial, com 381 pessoas mortas e uma taxa de 13,2 por 100 mil habitantes (Bueno; Marques; Pacheco, 2020).

Observa-se que a nomenclatura “mortes em decorrência de intervenções policiais” unificou as diferentes formas de se referirem

às mortes oriundas de “autos de resistência” nos estados brasileiros (Ferreira, 2019, p. 25), ou seja, homicídio decorrente de auto de resistência, auto de resistência com resultado morte, auto de justificativa de emprego de força e morte decorrente de oposição à intervenção policial, entre outros. Neste capítulo será usada a expressão “mortes em decorrência de intervenções policiais”.

Os autos de resistência têm previsão legal no artigo 292 do Código de Processo Penal (CPP), o qual determina que seja lavrado um auto, subscrito por duas testemunhas, quando houver resistência à prisão, e os executores usarem dos meios necessários para se defenderem ou vencerem a resistência. Após lavrado o auto de resistência, há o início de um inquérito policial para apuração dos fatos ocorridos, com prazo de 30 dias.

Com a conclusão das investigações, o inquérito pode ser utilizado para o oferecimento da denúncia ou pode ser arquivado, motivado pela constatação de existência de excludentes de ilicitude – artigos 23 a 25, do Código Penal (CP) – ou ausência dos requisitos previstos no artigo 41 do CPP. O arquivamento, até a entrada em vigor da Lei nº 13.964/2019, era realizado a partir de pedido do Ministério Público (MP) e determinado pelo juiz, na forma do artigo 28 do CPP.

Os encaminhamentos jurídicos referentes às mortes em decorrência das intervenções policiais também chamaram a atenção de uma das autoras deste capítulo durante a realização do estágio no 2º Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Salvador, com constatação dos arquivamentos “em massa”. Surge, nesse contexto, o interesse por estudar os casos em que as intervenções policiais com resultado morte, especificamente policiais na ativa no exercício da função, são consideradas legítimas pelo sistema jurídico, que ao promover pelo arquivamento e decretá-lo atestam a narrativa dos agentes de segurança.

Dessa forma, a pesquisa que originou este capítulo partiu do seguinte questionamento: os pedidos e as decisões de arquivamento em razão da caracterização de uma excludente de ilicitude são devidamente fundamentados? Foi traçado, então, o objetivo de compreender se, ao final das investigações, é possível verificar a caracterização das excludentes de ilicitude.

Para tanto, foram analisados os arquivamentos dos inquéritos policiais advindos de autos de resistência, da comarca de Salvador-BA, no ano de 2020, a fim de compreender como são produzidas as narrativas que resultam nesses arquivamentos por legítima defesa ou outra excludente de ilicitude, ou seja, como são construídos os processos administrativos em que o MP pugna pelo arquivamento e a Justiça o determina.

Ainda, buscou-se compreender, por meio da análise documental dos procedimentos administrativos arquivados, como a narrativa dos policiais era relatada e considerada por meio dos autos até o momento de tornar-se a “versão oficial”; quem eram as pessoas vitimadas pelas intervenções policiais e como características das vítimas influenciavam o procedimento, tendo por referência metodológica o trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (2011), coordenado por Michel Misse.

Também foram identificadas quais as variáveis em comum permeando os inquéritos policiais arquivados referentes às mortes em decorrência de intervenções policiais em 2020. Mais especificamente, foram analisados os depoimentos dos policiais, das testemunhas outras – atentando-se para quem essas são; foram identificadas as perícias técnicas normalmente realizadas, como laudo de confronto balístico, laudo de local (e se houve preservação do local), perícia nas armas, exame residuográfico, reprodução simulada e laudo necroscópico, refletindo sobre cada uma dessas peças e sobre a ausência

destas, até o desfecho do documento administrativo. Por fim, foram analisados os pedidos de arquivamento pelo MP e as decisões de arquivamento pelos juízes.

Fez-se então necessário ter acesso aos inquéritos policiais arquivados em 2020 referentes às mortes em decorrência de intervenções policiais, com enfoque nos policiais na ativa e dentro do serviço, sendo militares ou civis, como executores. Esse recorte foi escolhido por interesse em demarcar as intervenções policiais dos agentes de segurança em atividades rotineiras do trabalho, além disso, refletir sobre os arquivamentos desses casos no ano de maior número de mortes decorrentes de intervenções policiais desde 2013. Optou-se por não analisar os inquéritos policiais decorrentes de autos de resistência lavrados no ano de 2020, porque esses inquéritos policiais não seriam ainda objeto de arquivamento, em que pese o prazo de 30 dias para conclusão, conforme notado na realização da pesquisa que deu origem a este capítulo.

O acesso aos dados se deu por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), a partir da opção de “Consulta”, depois “Processos Avançado”, a qual possibilita selecionar a comarca em que se quer buscar os processos e a respectiva vara, bem como a “Classe”, no caso, “Processo Criminal → Procedimentos Investigatórios → Inquérito Policial Militar”. Diante das limitações dadas ao objeto de pesquisa, buscou-se pelos inquéritos policiais arquivados, no sistema, nomeados de “baixados”, distribuídos entre o período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, da comarca de Salvador, nas Varas do Tribunal do Júri, que são: 1º Juízo da 1ª Vara, 2º Juízo da 1ª Vara, 1º Juízo da 2ª Vara e 2º Juízo da 2ª Vara.

Nessa pesquisa, foi encontrada a quantidade total de 317 inquéritos policiais arquivados em 2020: 75 inquéritos do 1º Juízo da 1ª Vara, 79 inquéritos do 2º Juízo da 1ª Vara, 76 inquéritos do 1º Juízo

da 2ª Vara e 87 inquéritos do 2º Juízo da 2ª Vara. No entanto, nem todos se referiam expressamente aos autos de resistência, que é uma terminologia administrativa restrita aos procedimentos internos da Polícia Civil ou Polícia Militar (PM). Portanto, foi necessária a leitura de todos para saber do que se tratava cada inquérito, que recebe um número de processo ao ser inserido no SAJ. Excluiu-se da pesquisa os inquéritos policiais em segredo de justiça dado o acesso limitado aos autos, estes totalizaram seis.

Dentre os inquéritos arquivados analisados, 52 estavam dentro dos parâmetros de mortes resultantes de intervenção policial, com policiais em atividade dentro do serviço, sendo militares ou civis, como executores. Nestes, os dados buscados foram os seguintes: ano do fato ocorrido; local do fato ocorrido; perfil das vítimas, existência de antecedentes criminais e quantidade das vítimas; quantidade de policiais envolvidos e de policiais feridos ou mortos; laudo de confronto balístico, laudo de local e se houve preservação do local da resistência, perícia nas armas, exame residuográfico, reprodução simulada e laudo necroscópico; quem foram as testemunhas do fato; conclusão do relatório final; fundamentação do pedido de arquivamento; e fundamentação da decisão de arquivamento. Além disso, anotou-se qual ente prosseguiu com as investigações, se a Polícia Civil ou a PM.

Os dados foram compilados em uma planilha, para, em seguida, serem descritos os resultados e, então, ser realizada a análise da caracterização das excludentes de ilicitude nos procedimentos administrativos investigatórios dos autos de resistência até a promoção de arquivamento e a decisão de arquivamento. Foi aplicado o método jurídico-compreensivo, que utiliza o “procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis” (Gustin; Dias, 2005, p. 28-29).

INQUÉRITOS POLICIAIS ARQUIVADOS EM 2020 RESULTANTES DE AUTOS DE RESISTÊNCIA NA COMARCA DE SALVADOR

Dos inquéritos arquivados na comarca de Salvador-BA em 2020 foram extraídos os dados mais relevantes para subsidiar a análise da fundamentação dos pedidos e das decisões de arquivamento. Esses dados comportam o ano e o local do fato, quem são as vítimas dessas intervenções policiais, quem são os policiais envolvidos e quais instituições estatais que prosseguiram com as investigações. Também são destacadas as perícias realizadas nos casos, como são os relatórios finais das investigações, as promoções de arquivamento e, por fim, as decisões de arquivamento.

Dos 52 inquéritos policiais arquivados no ano de 2020, tem-se: um caso ocorrido no ano de 2008, dois casos do ano de 2009, um caso do ano de 2010, um caso do ano de 2011, dois casos do ano de 2015, quatro casos do ano de 2016, 16 casos do ano 2017, 21 casos do ano de 2018 e quatro casos do ano de 2019. Destaca-se a existência de inquéritos policiais com até dez anos de intervalo entre a ocorrência do fato e o arquivamento da peça administrativa; sendo a maioria dos casos (mais de 76%) analisada entre os anos de 2017 e 2019, o que também é um período demasiado longo (um a três anos), considerando que o inquérito policial deve ser concluído em 30 dias, quando o indiciado está solto (artigo 10, do CPP).

Há que se considerar que, nos autos de resistência, como a polícia está diretamente envolvida no fato, o conhecimento do delito por esta é imediato. Da análise dos inquéritos mais antigos, constata-se que por alguns períodos as investigações ficaram paradas por períodos de até dois anos.

As vítimas

Em todos os inquéritos policiais arquivados analisados, as vítimas, chamadas de resistentes ou opositores, são do sexo masculino. Das idades na data do fato que resultou na morte da vítima, tem-se: 20 pessoas com 15 a 19 anos, 24 pessoas com 20 a 24 anos, nove pessoas com 25 a 29 anos, quatro pessoas com 30 a 34 anos, além de uma pessoa cuja idade não foi identificada. Dentre as idades sabidas, a média é de 21 anos de idade das vítimas.

Utilizando-se de informação contida no exame necroscópico para identificação do perfil racial das vítimas, por ser um documento presente em todos os inquéritos policiais analisados, registra-se 51 pessoas pardas, 7 pretas e 2 brancas, de acordo com os médicos-legistas. Notando-se a grande quantidade de pessoas pardas, passou-se a uma investigação do perfil racial destas por meio das imagens juntadas nos respectivos laudos para realizar a heteroidentificação. Observa-se que não foram encontradas fotografias no caso de 28 pessoas identificadas como pardas; e que cinco fotografias, de baixa qualidade, não possibilitaram a heteroidentificação. Foi constatado que as pessoas pretas seriam pelo menos 21; quatro foram consideradas pardas e duas brancas, coincidindo nesse caso com o constatado pelo médico-perito.

Em 52 inquéritos, a Folha de Antecedentes Criminais (FAC) foi juntada 18 vezes, dentre essas, em apenas sete FAC constavam registros de antecedentes. Na maioria dos casos, os registros eram relacionados a inquéritos policiais, havendo menção de processo em curso, mas nenhuma condenação. Em que pese a folha de antecedentes só ter sido juntada em 34% dos inquéritos analisados, em todos os autos houve investigação sobre a existência de antecedentes criminais, seja nas colheitas de depoimentos dos familiares da vítima da intervenção policial ou por meio do sistema Delegacia Digital, da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA).

A quantidade total de opositores é uma informação fornecida pelos policiais nos depoimentos e, em regra, há uma vagueza ou incerteza quanto a isso, sendo dita a quantidade com expressões como “diversos elementos”, “vários indivíduos”, “cerca de uma quantidade de meliantes”. Nesse cenário, tem-se no total 24 inquéritos com quantidade indeterminada de opositores à intervenção policial, 2 casos com 1 opositor, 10 casos com 2 opositores, 5 com 5 opositores, 5 com 3 opositores, 4 com 4 opositores, 1 caso com 6 opositores, por fim, 1 com 13 opositores. Em 44 inquéritos constatou-se que uma pessoa foi morta e em outros oito que duas pessoas foram mortas em decorrência da ação policial.

Os policiais envolvidos e as instituições responsáveis pela investigação

A quantidade de policiais envolvidos investigados foi calculada por caso de resistência ocorrido, assim, tem-se: em 26 inquéritos, são investigados grupos de três policiais; em 15 inquéritos, grupos de quatro policiais; em cinco inquéritos, grupos de dois policiais; em dois inquéritos, grupos de cinco policiais; em dois inquéritos, grupos de seis policiais; e em um inquérito, um policial. Em nenhum dos inquéritos há registro de policiais feridos ou mortos nas intervenções policiais. Quase todos os policiais envolvidos são policiais militares, apenas um dos casos tem envolvimento de policiais civis.

Os policiais militares foram as únicas testemunhas do fato em 36 casos investigados, restando-se 16 casos em que outras pessoas testemunharam a resistência – em alguns casos essas pessoas eram as vítimas de delitos anteriores à resistência (há dois casos de roubo de automóveis, por exemplo, em que os proprietários acompanharam os policiais na perseguição), em outros eram pessoas que estariam também resistindo e foram então presas.

Dos casos analisados, os testemunhos dos policiais, no momento dos depoimentos iniciais, são estruturalmente iguais, até mesmo com expressões repetidas na mesma ordem.

Que na data de hoje, por volta das 15:00h, o depoente comandava a [...], que fazia ronda integrada com a guarnição do coordenador de área, Sub Tenente [...], no bairro de [...], na rua 1 e na rua 2, mais precisamente no [...], quando houve troca de tiros entre a guarnição do coordenador e cinco elementos armados na Rua 1, tendo esses elementos rumado em fuga para a Rua 2, onde se juntaram a mais oito elementos e trocaram tiros com a guarnição, comandada pelo depoente, vindo os infratores a fugirem rumo a um matagal e deixado para trás um pacote grande de erva já debulhada para embalar, três pacotes grandes de maconha prensada, onze trouxas de maconha embaladas para venda, cinco pinos de cocaína, um saco com pipetas para acondicionamento de cocaína, um celular [marca] de cor preta com chip [operadora], dez pedras de crack, um carregador de fuzil de calibre 556, 144 munições de fuzil 556, um cartucho intacto de 9mm, uma balança de precisão, uma *polchete* preta e uma mochila lilás, além de diversos piscotrópicos comumente usados para serem misturados à cocaína. 1º depoente

Que na data de hoje, por volta das 15:00h, o depoente estava a bordo da [...], comandada pelo SD PM [...] e faziam ronda integrada com a guarnição do coordenador de área, Sub Tenente [...], no bairro [...] na rua 1 e rua 2, mais precisamente no [...], quando houve troca de tiros entre a guarnição do coordenador e cinco elementos armados na Rua 1, tendo esses elementos rumado em fuga para a Rua 2, onde se juntaram a mais oito elementos e trocaram tiros com a guarnição do depoente, vindo os infratores a fugirem rumo a um matagal e deixado para trás um pacote grande de erva já debulhada para embalar, três pacotes grandes de maconha prensada, onze trouxas de maconha embaladas para venda, cinco pinos de cocaína, um saco com pipetas para acondicionamento de cocaína, um celular [marca] de cor preta com chip [operadora], dez pedras de crack, um carregador de

fuzil de calibre 556, 144 munições de fuzil 556, um cartucho intacto de 9mm, uma balança de precisão, uma *polchete* preta e uma mochila lilás, além de diversos piscotrópicos comumente usados para serem misturados à cocaína. 2º *depoente*

Sobre a instituição responsável pelo prosseguimento da investigação, em alguns casos, a investigação foi realizada pela Polícia Civil e pela PM, juntando-se os inquéritos para análise do promotor, a pedido deste. Em alguns casos, diante de inquéritos policiais militares, o promotor mencionava a Recomendação nº 01/2011 do Núcleo do Júri do MP, a qual dispõe que as investigações sejam realizadas pela Polícia Civil. No entanto, 24 casos foram investigados somente pela Corregedoria da PM.

As perícias realizadas

As perícias são solicitadas pelos responsáveis pela investigação, quando a autoridade policial entende que são necessárias. Nos casos de morte por intervenção policial, algumas perícias são comumente solicitadas: a perícia do local, a perícia das armas e o confronto balístico, a perícia necroscópica e o exame residuográfico, bem como a reprodução simulada.

Cumprе lembrar que as perícias técnicas devem ser realizadas observando-se a cadeia de custódia das provas, para que se assegure que as provas obtidas no decorrer da investigação policial ou mesmo do processo sejam preservadas de influências indevidas que possam comprometer a validade do resultado da atividade probatória. Assim, deve ser preservado o local do crime onde estão os vestígios, isto é, “todo objeto ou material bruto, visível ou latente, constatado ou recolhido, que se relaciona à infração penal” (artigo 158, parágrafo 3º, do CPP), e o rastreamento dos vestígios deve compreender as seguintes etapas: reconhecimento, isolamento, fixação, coleta, acondicionamento,

transporte, recebimento, processamento, armazenamento e descarte (artigo 158-B, do CPP).

A perícia nas armas dos policiais envolvidos e das armas encontradas em posse das vítimas, que resulta no Laudo do Exame Balístico, foi realizada em 48 inquéritos policiais. O objetivo dessa perícia é evidenciado no laudo como: determinar as características físico-descriptivas, a identificação e a verificação do estado de funcionamento da arma, realizar o exame de microcomparação balística e cadastrar o padrão obtido com a arma e realizar pesquisa no banco de dado do Sistema Integrado de Identificação Balística (IBIS).

A principal informação desses laudos é a capacidade da arma realizar disparos ou não no estado em que foi apresentada para perícia, além de se perguntar: “Qual a natureza e o tipo das armas submetidas ao exame?”, “Quais os calibres?” e “Acham-se as mesmas carregadas? Caso afirmativo, qual a espécie de sua munição?”. Em um dos casos houve apenas a perícia das armas dos policiais, pois a arma em posse da vítima não foi encontrada.

O confronto balístico – ou a microcomparação balística – foi realizado em 14 inquéritos policiais. A finalidade do exame é saber de qual arma foi disparado o projétil encontrado no corpo da pessoa vitimada ou do projétil encontrado no local do fato; em outras palavras, se os projéteis comparados foram disparados e percorreram o interior do mesmo cano de arma. O confronto balístico foi realizado em três casos com projéteis encontrados no local do fato; e em 11 casos com projéteis encontrados no corpo da vítima.

O exame residuográfico para analisar resíduos de disparo de arma de fogo, amostras de chumbo na mão ou em roupas das vítimas foi realizado em 21 dos casos analisados, sendo detectados vestígios nas mãos de três vítimas e uma vez em uma roupa apreendida e apresentada pelos policiais envolvidos. Em ambos os casos há ressalvas quanto ao resultado apresentado, conforme observações feitas pelo perito:

Este resultado, por si só, não é suficiente para os Peritos negarem contaminação com disparo de arma de fogo por parte do periciando, pois, os resíduos quando produzidos por ação do disparo se depositam em superfícies próximas a região da arma de fogo e, a partir de então, se inicia uma perda contínua e ininterrupta destes vestígios por mecanismos de transferência para outras superfícies seja, por contato, por ação do tempo (chuva e vento), por lavagem e/ou higienização. Outros fatores como presença de sujidade e/ou secreções orgânicas, pelos, umidade; proteção e/ou posição das mãos quando da realização do disparo; tipo de arma, calibre e munição; tempo decorrido entre o evento e a coleta, também interferem no achado dos resíduos.

Este resultado é consistente com a pessoa ter atirado, ter estado próxima de alguém que efetuou disparo, ter tocado em objetos próximos a um disparo por arma de fogo (na cena do crime).

A perícia do local tem como propósito descobrir se na área da ocorrência houve ação de natureza violenta ou não, e coletar objetos que interessem para realização de exames. Essa perícia foi realizada 35 vezes. Por outro lado, a preservação do local do fato é confirmada nos autos do inquérito policial tão somente uma vez, no restante, tem-se 23 locais não preservados e nos outros 28 inquéritos, não há informação sobre a preservação ou não do local do fato. A justificativa presente para a não preservação do local foi a vítima estar viva e necessitar ser encaminhada ao hospital.

Quando realizadas as perícias nos locais, em regra, houve a confirmação de ocorrência de ação de natureza violenta, e o exame mais realizado em consequência da perícia foi o de constatação de sangue humano, quando encontrado algo para submeter ao teste. Em nenhum dos casos houve reprodução simulada do ocorrido.

A respeito dos exames necroscópicos, estes estão presentes em todos os 52 inquéritos policiais. O objetivo do exame não é expresso no laudo, mas pela descrição é possível inferir que pretende, ao reali-

zar exames externo e interno no corpo e descrever as lesões externas, responder aos quesitos apresentados, que são:

1. Qual a causa da morte?
2. Qual o instrumento ou meio empregado na produção da lesão ou lesões mortais?
3. Houve emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura, ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que tenha resultado perigo comum?
4. Houve emprego, pelo agente, de algum recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima?

Ainda, em alguns laudos necroscópicos, há um tópico que trata sobre o trajeto dos disparos, apontando os orifícios de entrada e de saída.

No caso das perguntas, é comum que nos dois últimos quesitos as respostas sejam “prejudicados” ou “o perito não tem elementos para afirmar ou negar”. Em alguns laudos é possível notar a inclusão do denominado “comentário médico forense”, a exemplo de: “A numeração dos projéteis não corresponde necessariamente à sequência dos disparos. Os trajetos dos projéteis foram elaborados com o cadáver em posição anatômica estática”. No entanto, não há comentários acerca da morte e da dinâmica dos fatos. Percebe-se também que os termos técnicos dificultam a compreensão dos laudos por pessoas que não tenham conhecimento da medicina legal.

Os relatórios finais

Os relatórios finais são peças dos inquéritos policiais escritas pelo “encarregado da Polícia Militar”, no caso de inquérito policial militar, e por delegado de polícia, no caso de inquérito policial civil. Por vezes, não há o relatório final no inquérito policial militar, mas um documento denominado de “Solução do IPM”, onde consta

os procedimentos realizados no inquérito policial e o encaminhamento para a apreciação do MP.

Não há uma forma rígida, prevista em lei, de como devem ser os relatórios finais. Em que pese essa ausência, o Manual de Procedimentos da Polícia Judiciária do Estado da Bahia dispõe como devem ser confeccionados:

[...]deverá conter o histórico da investigação, em ordem cronológica, pontuando os elementos levantados que motivaram o indiciamento do investigado, assim como determinaram pela materialidade, da seguinte forma: exposição do fato delituoso, com todas as suas circunstâncias (local, data, hora, meios de execução, motivos, consequências); a qualificação do autor da infração, acompanhada da informação constante no Portal SSP/BA; a qualificação da vítima da infração; a indicação de apreensões, se houver; relação das oitivas das testemunhas; identificação da norma penal infringida, com as suas circunstâncias (Bahia, 2022, p. 103).

Da leitura dos relatórios dos inquéritos selecionados, percebe-se que seguem um formato similar, apresentando resumo dos fatos – aqueles relatados pelos policiais –, quais perícias foram solicitadas, realizadas e estão juntadas aos autos, o teor dos depoimentos dos policiais e de outras pessoas intimadas a depor (pessoas que presenciaram os fatos ou familiares da pessoa vítima da intervenção policial), e por fim, a opinião do encarregado ou do delegado quanto à existência de crime na ação dos policiais, apontando se é caso de indiciamento ou arquivamento por excludente de ilicitude. Por vezes, apontando a impossibilidade de concluir pela existência ou não de crime por ausência de peças importantes nos autos ou apenas encaminhando os autos para o MP.

Na maioria dos casos analisados a conclusão do delegado/encarregado sobre o ocorrido não foi pelo indiciamento, seja pela existência de excludente de ilicitude, em regra a legítima defesa, quando não

só, acompanhada do estrito cumprimento do dever legal, ou em razão da insuficiência de provas. Nesse último caso, é comum apontar a inexistência de elementos no inquérito policial que contrariem a versão dos policiais.

Diante do que fora apurado, observa-se que não há testemunhas que tenham presenciado a ação policial, pois, é notório que diante de um quadro de violência em níveis alarmantes, a sociedade, em regra, mantém-se temerosa em testemunhar qualquer ação violenta. Ademais, nos autos não consta nada que contrarie a versão dos policiais. Por isso, com base nas provas apensadas aos autos concluo pelo não indiciamento dos investigados. *Assinatura*

É perceptível que a inexistência de antecedentes, seja na FAC, seja pelo teor do depoimento de familiares, não é capaz de deslegitimar a ação dos policiais, enquanto a existência de antecedentes criminais é um fator considerado como uma indicação de que a ação dos policiais ocorreu dentro dos limites legais:

Em face do acima exposto e que dos autos consta até o presente momento, verifica-se que a ação policial, até o presente momento, encontra-se legítima, dada a coesão dos depoimentos dos policiais militares envolvidos, bem como a extensa ficha de denúncias e ocorrências criminosas que pesam em desfavor dos indivíduos vitimados na ação policial. Em contraponto, este encarregado ressalta que ainda não foram acostadas aos autos do presente Inquérito Policial Militar todas as perícias cabíveis, pois estas ainda não foram encaminhadas pelos órgãos e seções pertinentes. *Assinatura*

Em um único caso o delegado de polícia responsável pelo inquérito concluiu que existiam indícios de crime militar praticado pelos policiais envolvidos, no entanto, indicou também a impossibilidade de individualizar a conduta dos policiais envolvidos, principalmente

daquele responsável pela morte da vítima, por ausência de identificação da arma no Laudo do Exame Balístico.

De tudo quanto apurado e acima explicitado, inclusive utilizando-se das próprias declarações dos indiciados e demais provas juntadas a este Feito, concluo que há indícios de crime militar praticado por prepostos que faziam parte da guarnição [...], entretanto, devido a ausência de identificação da arma no Laudo do Exame Balístico, torna-se inviável neste momento identificar os autores dos disparos que efetivamente vitimaram os dois meliantes, [...], de 16 anos e outro de identidade ignorada, [...], restando apenas indicar que tal Laudo Forense juntado aos autos, não traz informações conclusiva(s) de qual arma foi disparada o projétil que vitimou [...]. *Assinatura*

Por fim, observou-se que diversos relatórios finais foram feitos antes do recebimento de algumas peças investigativas, em regra, os laudos de local e de perícias das armas apresentadas e apreendidas. O que demonstra que os delegados ou encarregados, por vezes, concluíram pelo arquivamento sem análise de todos os elementos informativos disponíveis.

A MÁQUINA BUROCRÁTICA DE ARQUIVAMENTOS

A partir da análise dos dados coletados nos 52 inquéritos, foi possível perceber a repetição de certos elementos no que diz respeito ao conteúdo e à estrutura do pedido e da decisão de arquivamento.

Dessa forma, no tocante à polícia, destacam-se o tratamento dado ao uso da força nas ações policiais, bem como as implicações sobre os depoimentos desses agentes. Quanto à vítima da ação policial, verifica-se a construção moral das vítimas, as implicações dessa construção e as localidades de maiores ocorrências das mortes dos casos analisados.

A polícia que mata

As intervenções policiais, de acordo com a narrativa que percorre os inquéritos policiais analisados, iniciam-se com uma injusta agressão dos opositores, que por vezes “recebem” os policiais “a tiros”. Trata-se, então, de uma situação em que os policiais estão vulneráveis e são surpreendidos por uma tentativa de homicídio contra si, de modo que agem de forma moderada para repelir a ação dos resistentes.

Considerando essa constatação, um dos critérios utilizados para averiguar os meios moderados empregados pelos policiais em suas ações é a relação entre o total de civis mortos em intervenções policiais e o total de policiais assassinados no mesmo ano. Bueno, Marques e Pacheco (2020) descrevem que há duas possibilidades para averiguar a moderação das ações policiais. A primeira descrita por estes é a proporção de 12 civis mortos em intervenções para cada policial morto, que é usada pelo Federal Bureau of Investigation (FBI) nos Estados Unidos. A segunda é a proporção do número de 15 civis mortos para 1 policial, que é considerado indicativo de abuso de poder policial, de acordo com Pier-Philippe Chevigny. Além disso, Cano (1997 *apud* Bueno; Cerqueira; Lima, 2013) utiliza a proporção de quatro civis mortos para cada policial.

Além de mencionar essa proporção, outros parâmetros para analisar a existência de uso excessivo de força policial são ainda apresentados por Cano (1997 *apud* Soares e Souza, 2010, p. 182): “a proporção de homicídios dolosos cometidos pela polícia atingia uma percentagem próxima a 10% de todos os homicídios” e “a razão entre mortos e feridos nas vítimas as ações policiais”. Essa razão é denominada de índice de letalidade e funciona de modo a demonstrar se a intenção da polícia era prender ou matar as pessoas envolvidas.

- a) a proporção entre policiais mortos em confronto e civis mortos pelos policiais excedia 1 a 10, razão que indica, de acordo com o professor Chevigny, um uso abusivo da força;

- b) a proporção de homicídios dolosos cometidos pela polícia atingia uma percentagem próxima a 10% de todos os homicídios [...]. Se a polícia tem como objetivo superior à proteção da vida dos cidadãos, o fato de que pelo menos um em cada 10 homicídios seja fruto da ação policial é extremamente preocupante [...];
- c) a razão entre mortos e feridos nas vítimas das ações policiais mostra que há vários mortos para cada ferido provocado pela polícia. Esta razão, denominada índice de letalidade, evidencia que em muitos casos há uma intenção de matar e não de prender o opo-
nente. (Cano, 1997 *apud* Soares e Souza, 2010, p. 182)

A respeito do uso excessivo de força pelos policiais, Farias (2015, p. 81) explica que há um processo de institucionalização da vingança, que pode ser percebido, por exemplo, na fala de Rodrigo Pimentel, capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), do Rio de Janeiro, em 1997, ao se referir ao “sentimento de ódio que um policial pode ter de um traficante”, bem como ao fato de que “matar é cumprir um dever”; e no caso do Morro do Russo, em que, para supostamente vingar a morte de um policial, os agentes estatais, segundo o MP, mataram seis moradores sob o argumento falacioso de serem traficantes.

Se a guerra à qual se refere o capitão é particular, é de polícia com traficante, se o policial sente ódio do traficante, se essa guerra é gerida por uma política de combate na qual matar é cumprir seu dever, estamos diante de um quadro no qual essa mesma vingança, que pode habitar cada policial que sentiu ódio, é uma vingança que está institucionalizada (Farias, 2015, p. 82).

Lester (1996 *apud* Bueno; Lima; Teixeira, 2019, p. 790), por sua vez, compreende que o uso excessivo da força estaria relacionado à ausência de consequências para a carreira dos policiais, expondo que “o ambiente no qual o indivíduo atua e a percepção de poder cometer ilegalidades sem qualquer consequência para sua carreira são fatores

que influenciam a tomada de decisão do policial antes de fazer uso da força, em especial a letal”.

Nesse cenário, os autos de resistência seriam uma ferramenta na engrenagem de gestão das mortes em decorrência de intervenção policial, uma forma de realização da segurança pública, fornecendo aos policiais sua utilização, e não inscrição dessas mortes nas folhas de antecedentes criminais, sem afetar a progressão de carreira desses policiais.

Bueno (2018, p. 21) explica que o uso da força letal pelos policiais ocorre pela institucionalização de mitos na PM, isto é, de “prescrições racionalizadas que identificam como técnicos vários propósitos que, em realidade, são sociais, determinando os meios mais adequados para implementá-los”. No caso da PM, esses mitos teriam sido construídos antes e durante a Ditadura Militar e continuam a guiar o trabalho dessa instituição e das pessoas que a formam, criando-se um *ethos* profissional (Bueno, 2018, p. 150) de violência contra “bandidos”. Nesse sentido, Silva e demais autores (2017, p. 133) refletem que a segurança pública realizada pelas polícias no Brasil pauta-se na repressão, “no uso desproporcional da força”, herdados da Ditadura Militar.

Nos inquéritos policiais analisados, referentes a mortes decorrentes de intervenções policiais em Salvador, não há informações de policiais feridos ou mortos nos embates decorrentes da resistência dos opositores. Desse modo, no ano de 2020 foram arquivados 52 inquéritos em que policiais da ativa em serviço mataram civis, computando-se 60 civis mortos para o policial morto ou ferido. Em relação à quantidade de pessoas feridas, não há informações disponíveis. É possível afirmar apenas que, no total, dez pessoas foram presas em flagrante nas intervenções policiais analisadas, enquanto 60 pessoas foram mortas, e que o máximo de pessoas presas por intervenção foram duas, a mesma quantidade que se registra em relação ao máximo de mortes ocorridas por intervenção.

Em que pese os dados não sigam os mesmos critérios para comparação, porque a pesquisa está restrita aos casos arquivados no ano de 2020 na comarca de Salvador, não precisamente aos casos de resistência que ocorreram em 2020, para saber o total de civis mortos nesse contexto, é notável que a inexistência de sequer um policial ferido confronta a construção da legalidade e da legitimidade dessas intervenções policiais.

Esse mesmo estranhamento é demonstrado por Misse (2011), ao comparar a quantidade de civis mortos em intervenções policiais e de policiais mortos em serviço do ano de 2008 na cidade do Rio de Janeiro. Nos inquéritos analisados, relata-se a morte de cinco menores de idade, com idades de 15 a 17 anos, os quais teriam cometido ato infracional análogo a tráfico de drogas e roubo, em situações que se entregar à polícia seria mais compreensível.

Além da estranheza que esses dados provocam em especialistas, há ainda a questão: por que suspeitos de crime preferem o risco da morte a entregar-se à polícia, especialmente no caso dos ‘menores’, sobre os quais sempre há uma representação de que ficam impunes? Como explicar uma escolha pelo confronto, nesses casos? (Misse, 2011, p. 22).

Em quase todos os 52 casos analisados, os policiais envolvidos eram policiais militares, apenas um caso envolvia policiais civis. O que não é um dado surpreendente, visto que a PM tem como principal atuação a ostensiva, visando prevenir a ocorrência de delitos e preservar a ordem pública, de modo que desempenha atividades nas ruas, diferente da Polícia Civil, que realiza, em regra, trabalho investigativo.

Ainda sobre os policiais, estes são, em regra, as únicas testemunhas do fato no decorrer dos inquéritos. Dos 52 casos analisados, em 36, os policiais foram as únicas testemunhas do fato. Dessa forma,

tratando-se de casos de mortes em decorrência de intervenção policial arquivados, os depoimentos policiais evidentemente foram acolhidos como verdadeiros.

A respeito da presunção de veracidade dos depoimentos policiais nos processos de tráfico de drogas, Caldas e Prado (2020) sugerem que o acolhimento da prova testemunhal deveria ser limitado no modo de valoração pelo juiz, devendo ser considerada de forma relativa, necessitando de outros elementos probatórios para uma possível condenação. Não é possível atribuir valor absoluto a essa prova, seja em razão da incidência de falsas memórias, seja pela atuação policial que se submete a políticas institucionais que exigem o cumprimento de metas e oferecem bonificações quando estas são cumpridas, ou por uma perspectiva que não é neutra ou descontextualizada, “mas reproduz e reforça as desigualdades presentes na sociedade, de forma que suas narrativas não podem ser recepcionadas pelo processo penal com status de verdade” (Caldas; Prado, 2020, p. 11-12).

Embora as peças produzidas no inquérito sejam elementos informativos que não constituem provas, é questionável como os depoimentos dos policiais são acolhidos como verdade, desconsiderando a existência de comunicabilidade entre os agentes de segurança e os limites desses testemunhos, como pessoas interessadas no acolhimento da excludente de ilicitude.

*“Crioulo parado é suspeito: correndo é culpado”:
a construção de perfis de indivíduos perigosos*

A análise da motivação do arquivamento dos inquéritos deve passar também pela identificação sobre quem são as vítimas e a construção da pessoa moral do morto nos autos do inquérito (Misse, 2011; Nascimento; Grillo; Neri, 2009; Zaccone, 2013), por ser questão que permeia e guia as investigações dos autos analisados, bem como os pedidos de arquivamento.

Dentre os 52 casos analisados, as FAC estão presentes em apenas 18, e nestas, somente sete constam com registros de antecedentes, sendo que a maioria contém inquéritos policiais em desfavor dos civis mortos, e em um dos casos consta uma ação penal em curso. Em contrapartida, não constam FAC dos policiais envolvidos nos inquéritos nem requisição de juntada aos autos.

Em que pese a inexistência de antecedentes, as pessoas vítimas de intervenção policial são construídas como “meliantes”, “elementos” e “criminosos” desde o primeiro depoimento presente nos autos, dando-se tais declarações por confirmadas pela existência de Registros de Ocorrência (RO) em documento resultante de pesquisa em que apresenta possíveis homônimos e registros da pessoa como autora, vítima ou denunciada, ou de depoimentos dos familiares que retratam o envolvimento dessas pessoas em atividades criminosas. Segundo Nascimento, Grillo e Neri (2009), as FAC são utilizadas para legitimar a ação dos policiais, confirmando a caracterização de criminoso da vítima.

[...] um fator que corrobora a versão da legítima defesa dos policiais é uma Folha de Antecedentes Criminais com anotações anteriores, a chamada FAC ‘suja’ (ou ‘ficha suja’), da vítima. A constatação de antecedentes criminais na vida pregressa da vítima confirma, na opinião dos operadores, a hipótese de que se tratava de um ‘criminoso’ ou, como nas palavras de um delegado, ao referir-se a duas pessoas mortas: ‘notada e sabidamente marginais da lei’ (Nascimento; Grillo; Neri, 2009, p. 27).

Zaccone (2013, p. 101) expõe que a juntada da folha de antecedentes criminais da vítima resulta em “uma transmutação em que autores viram vítimas de resistência e vítimas viram opositores da polícia”.

Além disso, o que é encontrado em posse das vítimas, em regra, armas e drogas, também é considerado como comprovação de participação em atividades criminosas, mesmo que tais objetos sejam

apresentados pelos policiais e inexistia a possibilidade de a vítima contestar essa apreensão ou que por vezes seja utilizado o “*kit bandido*” – objetos “plantados” pelos policiais para incriminação das vítimas –, situações reconhecidas pelos policiais e promotores (Misse, 2011, p. 53).

Destaca-se que os depoimentos dos familiares são considerados de maneira a reforçar a credibilidade do relato dos policiais, por meio da confirmação de que a pessoa vitimada estaria envolvida em crimes. Em um dos inquéritos analisados, as primeiras perguntas feitas à mãe da vítima da intervenção foram: se a vítima exercia alguma atividade laboral, qual era o grau de instrução da vítima, se a vítima era casada e tinha filhos e se a vítima já havia sido presa alguma vez. Essa situação repete-se nos outros inquéritos, embora nem sempre sejam descritas as perguntas, as respostas são indicativas de que indagações sobre a vida pregressa das vítimas são constantemente feitas aos familiares. Por exemplo, no caso da vítima J.A.S., um jovem preto de 20 anos de idade, sua mãe respondeu da seguinte forma às perguntas que não estão transcritas nos autos:

Que J.A.S. sempre residiu com a declarante e não tinha o costume de dormir fora de casa; Quem J.A.S. não estava trabalhando atualmente; Que J.A.S. tinha uma passagem pela polícia pelo crime de roubo no final de 2016, mas na ocasião os policiais não apresentaram nenhuma arma de fogo, alegando apenas que o mesmo estava cometendo roubos a uma topique; Que a declarante nunca presenciou o filho portando arma de fogo; Que J.A.S. não era usuário de drogas [...].

A caracterização moral da vítima por meio dos depoimentos dos familiares também ocorre nos inquéritos policiais de autos de resistência do Rio de Janeiro dos anos de 2009 a 2011:

Nos casos em que outras testemunhas, além dos policiais, prestam depoimentos na delegacia, as perguntas que lhes são dirigidas costumam centrar-se na caracterização moral da vítima, com o objetivo de

saber se ele usava ou não drogas, se trabalhava ou estudava e, principalmente, se era ou não ‘bandido’ (Misse, 2011, p. 48-49).

Esse é um fenômeno também percebido por Zaccone (2013, p. 106), que diz se tratar de um padrão do método investigativo aplicado aos casos de mortes em decorrência de intervenção policial buscar indícios da caracterização moral da vítima.

A vida do morto é observada através das declarações de seus familiares, com a narrativa de inúmeros detalhes, que vão da árvore genealógica à condição social. O pertencimento ao ‘mundo do crime’ ou ao ‘mundo das drogas’ evidencia a sua periculosidade, a ensejar o fundamento da legítima defesa não do policial, mas da própria sociedade, contida nas palavras dos promotores de justiça ao requererem o arquivamento dos Inquéritos.

Assim, é possível perceber que a existência de antecedentes criminais independe de comprovação devida para apreciação, bastando-se um indício indireto para sua imputação. Essa construção suprime a possibilidade de que pessoas com antecedentes criminais estejam agindo em defesa da própria vida ou mesmo que tenham sido executadas, demarcando-as sempre como os autores da agressão em um determinismo pautado na ideia de periculosidade.

Destaca-se que nos dados coletados, tem-se cinco adolescentes – um deles com 15 anos de idade – sem que conste qualquer comprovação sobre a prática de atos infracionais, que cabe dizer, sequer podem ser considerados como antecedentes criminais, e ainda assim também foram enquadrados como criminosos. Esse fenômeno é nomeado e explicado por Misse (1999) como “sujeição criminal”, processo “da incriminação preventiva dos tipos sociais vistos como potencialmente criminosos” (Nascimento; Grillo; Neri, 2009, p. 28), o que determina que os homicídios dessas pessoas sejam investigados sem a devida cautela (Nascimento; Grillo; Neri, 2009).

Nesse sentido, na construção da “narrativa-padrão” das mortes em decorrência de intervenções policiais, as vítimas “são descritas como ‘elementos’ ou ‘meliantes’, categorias que cooperam para a sua classificação enquanto criminosas, mesmo antes de se buscar seus antecedentes ou de se apurar as circunstâncias de sua morte” (Misse, 2011, p. 36). Não é por acaso que as pessoas atingidas pelas intervenções policiais são, em maioria, negras (pardas ou pretas), como detalhado na segunda seção, “As vítimas”, sendo a média de idade das vítimas de 21 anos de idade, e que a maior parte das intervenções policiais ocorreram em bairros periféricos de Salvador.

A prevalência de pessoas negras mortas em intervenções policiais é percebida também no Rio de Janeiro, assim relatam Nascimento, Grillo e Neri (2009) e Zaccone (2013): as vítimas são homens pretos ou pardos, de até 30 anos de idade e moradores de favelas; e nos casos analisados entre os anos de 2003 e 2009 em que, das 368 vítimas, 60,8% eram pardas e 17,2% eram negras.

No Brasil, em 2020, a composição da população negra correspondia a 56,3%, enquanto 79% das mortes em decorrência de intervenções policiais foram de pessoas negras (Bueno; Marques; Pacheco, 2020, p. 67). De acordo com pesquisa da Rede de Observatório de Segurança (2021), as mortes em decorrência de intervenção policial de pessoas negras representam 98% do total no estado da Bahia no ano de 2020, enquanto a população negra na Bahia era de 76,5%. Essa prevalência se repete em todos os estados da pesquisa, Ceará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, publicado pelo Fórum de Segurança Pública, relata que as vítimas das intervenções policiais foram 79,1% negros, 74,3% jovens de até 29 anos e 99,2% homens. Nesse caminho seguem os casos analisados, que comportam fatos ocorridos em Salvador, entre 2010 até 2019, e arquivados no ano de 2020, nos quais as pessoas negras representam 96,7% das vítimas das intervenções policiais.

Constrói-se nos autos de resistência a figura do indivíduo perigoso atrelada a pessoas negras e pobres, sob as quais incide, portanto, a seletividade do sistema penal, legitimando-se sua sujeição ao controle estatal pela violência. Conforme Sinhoretto e Lima (2015, p. 124), “a morte violenta tem cor, idade e endereço no Brasil, e está longe de ser um tabu. Uma parte das mortes violentas, ao que tudo indica, está fortemente correlacionada à interação entre polícia e juventude”.

Ana Luiza Flauzina (2006, p. 116) aponta que “não há flagrante mais incontestável de uma política de extermínio em massa: deve-se matar os negros em quantidade, atingindo preferencialmente os jovens enquanto cerne vital da continuidade de existência do grupo”.

A menção ao envolvimento em tráfico de drogas é uma presença recorrente nos inquéritos policiais analisados como forma de construção da figura do “criminoso”, que em alguns casos ocorre também pela apreensão de drogas ou armas, pelos depoimentos dos familiares ou mesmo pela existência de tráfico de drogas no local:

[...] O genitor da vítima, ao ser ouvido, fls. 129/130, declarou que teve conhecimento através de terceiros acerca da vida pregressa de seu filho, bem como do seu envolvimento com o tráfico de drogas e más companhias, acrescentando que, em que pese não tenha presenciado e tenha tido conhecimento do fato apenas pela internet, acredita que realmente tenha ocorrido troca de tiros entre seu filho e a guarnição da polícia. [...] *Assinatura*

[...] Ouvido o genitor do falecido não trouxe informação que pudesse afastar a versão apresentada pelos investigados, tendo dito que o filho já tinha sido preso por tráfico de drogas. Afirmando nada saber sobre a sua morte. [...] *Assinatura*

[...] Realmente, os Policiais envolvidos na diligência apresentaram versão compatível com os demais elementos informativos, devendo-se destacar que foi encontrada arma de fogo com o *de cujus*, o qual, segundo depoimento de parentes, fls. 13/14 e fls. 16/17, possuía envolvimento com tráfico de drogas. [...] *Assinatura*

[...] Ademais, conforme os depoimentos prestados pelos genitores das vítimas (fls. 32), estes confirmaram que [nome da vítima] era afeito a atividades criminosas, que inclusive já havia sido preso por roubo e tráfico, mas nada souberam informar a respeito do fato que ceifou a vida da vítima. [...] *Assinatura*

[...] Infere-se dos autos que a guarnição se dirigiu ao local para levantar informações acerca de tráfico de drogas, quando perceberam a presença da vítima e outros dois indivíduos sob atitude suspeita de tráfico, aparentemente contabilizando substâncias ilícitas, além de quantia em dinheiro. [...] *Assinatura*

No contexto da sociedade brasileira, o indivíduo considerado perigoso tem cor conhecida; a cor/raça criminalizada é a negra, em uma filtragem racial feita pelos agentes de segurança. Essa filtragem racial (*racial profiling*) é definida como uma prática policial que associa fundadas suspeitas de atos delitivos a pessoas negras (Barros, 2008). Essas fundadas suspeitas são utilizadas para construção de perfis com “fatores de risco”, uma forma de neutralizar a ação policial e distanciá-la da filtragem racial e, por consequência, do racismo.

[...] nos Estados Unidos, as normas profissionais modernizadoras tendem a incentivar os policiais a criarem perfis de suspeitos de determinados crimes ou de tipos que se acredita que cometam crimes específicos. Tais perfis incluem marcadores visuais e comportamentais que designam um indivíduo como tendo uma probabilidade de ser ligado a um grupo cultural ou social criminogênico (produtor de crime). Essa ligação criminogênica é encarada como uma espécie etnicidade visível, não explicitamente raça, mas como constructo cultural que opera como um mix de estereótipos subnacionais, de classe, sexuais, de gênero e de cultura jovem. Essas tipificações estão identificadas com cultura de pobreza, normas étnicas e, cada vez mais, no sentido mais técnico, com ‘fatores de risco’. Através da filtragem, a racialização é reproduzida, mesmo se negada e deslocada, reenquadrada como ‘mera’ forma-ção subcultural de comportamen-

to, como uma perigosa etnicidade, como um registro científico de traços criminogênicos, tudo quantificado e catalogado como ‘fatores de risco’ (Amar, 2005, p. 242 *apud* Barros, 2008, p. 137).

Moraes (2013, p. 47) descreve diversas pesquisas sobre a atividade policial e o racismo, apontando que a abordagem de uma pessoa suspeita é “quase totalmente” pautada na subjetividade dos agentes de segurança, que levam em consideração “idade, gênero, cor, classe social, geografia (lugar onde os suspeitos vivem) e variáveis como vestuário, comportamento e situação na qual o(a) abordado(a) se encontra [...]”, mesmo o olhar da pessoa, o semblante, como dito por um policial em entrevista.

Assim, a seleção das agências policiais é realizada de modo a intervir mais de forma seletiva, destacando-se os critérios racial, geográfico e socioeconômicos, que estão interligados na concepção de que pessoas negras pertencerem a locais desprivilegiados, como periferias, e são associadas à pobreza. Nesse cenário, as mortes por intervenções policiais reputam-se legítimas pela figura do “bandido”, de forma que,

[...] o(a) jovem negro(a) torna-se alvo preferencial na construção da fundada suspeita policial. As regras do jogo precisam ser atendidas e a juventude negra é vislumbrada como aquela que compõe o grupo dos desviantes [...] (Anúnciação; Trad; Ferreira, 2020, p. 8).

Importante destacar que as intervenções policiais ocorrem predominantemente em bairros periféricos da cidade de Salvador. Entre esses, aqueles com maior número de mortes resultantes de intervenção policial foram Águas Claras, Alto do Coqueirinho, Boca do Rio, Liberdade e Nordeste de Amaralina, com três ocorrências, e Fazenda Grande do Retiro, Periperi São Cristóvão, com duas ocorrências, com um total de 25 pessoas mortas.

Os outros bairros periféricos encontrados nos casos analisados, assim como os locais com as maiores ocorrências de mortes, têm a maior parte da população formada por pessoas pretas e pardas e pobres. Esses são, em regra, os locais onde os policiais são “informados da existência de traficantes” ou da existência de “vários indivíduos portando arma de fogo”, ou mesmo deparam-se com “elementos que consideraram suspeitos”, legitimando da vigilância à violência exercida sobre corpos jovens negros.

PEDIDOS DE ARQUIVAMENTOS: A DEFESA DE UMA ORDEM JURÍDICA DE UM REGIME DE EXCEÇÃO

Para que os inquéritos policiais sejam arquivados é necessário que o MP, na figura do promotor de justiça, faça um pedido de arquivamento ao magistrado, conforme previsão do artigo 28 do CPP, anterior à modificação da Lei nº 13.964/2019.

Considerando os procedimentos consultados, verificou-se que, na maioria das vezes, os pedidos de arquivamento eram concisos e não faziam referência às peças dos autos do inquérito, enquanto a motivação da promoção do arquivamento – atuação dos policiais em legítima defesa – se repetiu em 46 dos 52 autos analisados.

Entre linhas e omissões

Na maior parte dos casos, foram encontrados modelos repetidos, em que eram modificados os dados de identificação – nome da vítima, data do fato, local do fato e motivo do arquivamento. Normalmente esse pedido foi apresentado em dois curtos parágrafos:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por seu membro subscritor, no exercício de suas atribuições perante este Juízo, com referência aos autos de Inquérito Policial [número], oriundo

da [local da investigação], amparado no que preceitua a Constituição da República, art. 129, inciso I, c/c o art. 28, do Código de Processo Penal, VEM PROMOVER O ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO porque, não obstante seja certa a autoria dos disparos de armas de fogo que feriram e mataram [nome da vítima], em [data], no [local], nesta cidade, restou evidenciada a ação legítima dos Policiais Militares autores dos disparos, porque [nome da vítima] estava ali com outros indivíduos e no momento em que visualizaram a guarnição, atiraram contra os Policiais, que revidaram, em legítima defesa, no nosso modo de ver.

DIANTE DO EXPOSTO, pede a Promotoria de Justiça, seja homologada por Vossa Excelência a promoção do Ministério Público e determinado o arquivamento do inquérito policial. *Assinatura*

O exemplo citado compõe, na íntegra, um pedido de arquivamento do promotor em um caso ocorrido em 1º de janeiro de 2019, no bairro de Plataforma, às 21 horas, cuja vítima, A.W.C.S., era parda e tinha 19 anos. Nas investigações da morte de A.W.C.S., realizadas pela PM, apenas os policiais foram testemunhas do fato, posto que não encontraram membros da família para prestar depoimentos ou testemunhas oculares. Em relação às perícias, a perícia de local foi realizada sem a devida preservação e constatou que “[...] no local examinado e citado como sede do evento não foram reunidos elementos de convicção criminalística que permitisse estabelecer de forma inequívoca a natureza do fato em análise”, ou seja, não soube apontar se houve ação violenta no local ou não. A perícia na arma constatou que o revólver tinha capacidade para efetuar disparos, além disso, houve a realização do exame residuográfico, o qual determinou a inexistência de vestígios de chumbo nas mãos da vítima. A vítima foi apresentada sem roupas quando da realização do exame necroscópico, bem como este determinou que a entrada do disparo ocorreu pelas costas.

Em que pese todos esses elementos, a promoção de arquivamento não faz referência a estes. Em realidade, inicia-se com o relato de que é certa a autoria da morte, no entanto não menciona se de fato foi possível determinar qual policial militar realizou o disparo que resultou na morte da vítima. Logo atesta pela legitimidade da ação dos policiais, justificando-a pelo relato de que A.W.C.S. estava com outros indivíduos que, quando se depararam com a guarnição, atiraram contra os policiais. O argumento para o pedido de arquivamento então está na “narrativa-padrão” de todos os inquéritos policiais de mortes por intervenções policiais.

Em outro caso em que o mesmo modelo de pedido de arquivamento é utilizado, ocorrido em 17 de abril de 2010, no Bairro da Paz, às 15 horas, cujas vítimas, F.B.R. e D.S.N., tinham 21 e 15 anos de idade, o encarregado da PM que realizou as investigações afirmou que havia indícios de crime militar pelos membros da guarnição, mas a ausência da identificação da arma no Laudo do Exame Balístico inviabilizou a identificação dos autores dos disparos que resultaram na morte das vítimas. Esse relatório final é do ano de 2011.

Os autos foram enviados ao Grupo Especializado de Controle Externo da Atividade Policial que, por sua vez, em 2012, pediu para que os autos fossem encaminhados para o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). No DHPP, os autos passaram por diversos delegados, até que, em 2018, foi emitida uma Ordem de Missão para encontrar familiares das vítimas e testemunhas do fato. Não sendo localizadas essas pessoas, os autos retornaram ao MP e foram arquivados na forma demonstrada, sem qualquer menção às singularidades do caso.

Nessa conjunção, Zaccone (2013), que utiliza a expressão “máquina burocrática de descaso e esquecimento”, ao analisar as promoções de arquivamento de 308 processos referentes a autos de resistência da cidade do Rio de Janeiro, constatou que se inverte o juízo de adequação

nesses pedidos, realizando-se o enquadramento legal da legítima defesa para os fatos, e não analisando os fatos para compreender qual seria o enquadramento legal, e os arquivamentos são “requeridos com fundamento no princípio da autoridade da lei”.

Alguns modelos de pedido de arquivamento, seguindo esta linha, são utilizados pelos promotores de justiça aproximando estas peças jurídicas a uma receita na qual os arquivamentos são requeridos com fundamento no princípio da autoridade da lei, invertendo o juízo de adequação, que passa não da análise dos fatos para o enquadramento legal, mas sim do enquadramento legal para os fatos. Cria-se assim uma zona de indeterminação entre o direito e o fato, aproximando-nos de um estado de exceção em que o direito vira fato e o fato vira direito na construção presumida da legítima defesa (Zaccone, 2013, p. 90).

Há então uma “padronização da produção de subjetividades na legitimação das mortes produzidas pelo sistema penal” (Zaccone, 2013, p. 95), posto que os pedidos de arquivamento se repetem como uma receita para construção da legítima defesa. Além disso, expõe que um dos fundamentos para o pedido de arquivamento é apenas a “narrativa-padrão” dos fatos apresentada pelos policiais transportada para a peça dos promotores, questão também percebida nos casos analisados.

As evidências do ataque nos depoimentos de policiais e de familiares: armas, drogas e periculosidade

Poucos são os casos que demonstram quais elementos informativos, além dos próprios depoimentos dos policiais, levaram os promotores à conclusão pela promoção de arquivamento. Quando são expostos, os elementos se repetem: a existência de antecedentes criminais e a apreensão de armas ou drogas em posse da vítima.

Em regra, os pedidos de arquivamento concentram-se em narrar a existência de excludente de ilicitude, concluindo pela ocorrência de legítima defesa ou desta junto ao estrito cumprimento do dever legal ou, como em três ocasiões, apenas essa última excludente. Explicita-se nos pedidos o motivo que levou os policiais à localidade do fato – como denúncia de tráfico de drogas ou pessoas portando armas, ou mesmo as rondas realizadas pelos policiais nesses locais – ou os depoimentos dos policiais no sentido de que são “recebidos a tiros” ou se deparam com pessoas “agindo de forma suspeita”:

As informações trazidas pelos indiciados, policiais militares, dão conta que estavam em ronda de rotina pelo bairro quando foram informados da existência de traficantes armados nas proximidades, progredindo então para o local quando se deparam com cerca de seis homens armados que começaram a atirar contra a guarnição, obrigando-os ao revide, tendo os elementos debandado, evoluindo a guarnição no terreno, avistando um rastro de sangue que levou a uma arma e o corpo de [nome da vítima] caído, tendo sido prestado socorro, tendo [nome da vítima] ido a óbito. *Assinatura*

Consta dos autos que no dia dos fatos, os investigados, policiais militares, foram informados sobre a existência de vários indivíduos portando arma de fogo e traficando na localidade mencionada. [...]. *Assinatura*

As informações trazidas pelos indiciados, policiais militares, dão conta que estavam em ronda de rotina pelo bairro quando se deparam com dois elementos que consideraram suspeito, tendo tentado abordá-los, quando os elementos reagiram à abordagem atirando contra a guarnição, o que os obrigou a responder ao fogo inimigo, tendo sido atingido um dos elementos e outro logrou fugir. [...]. *Assinatura*

Chama a atenção um caso em que nenhuma arma foi encontrada com a vítima, e o promotor destaca a narrativa-padrão apresentada

pelos policiais ao justificar a reação, sem indicação de outras testemunhas da perícia do carro – perfurado por alguns projéteis de arma de fogo – não ter sido realizada no local, mas no pátio do Departamento de Polícia Técnica (DPT). Aponta também que o laudo necroscópico nada demonstrou além de uma troca de tiros, mas conclui que “à mínima de outros elementos, não temos como, não levar em consideração a versão dos policiais”. Esse é outro fator que se repete nos pedidos, a ausência de versão para contrariar a narrativa apresentada pelos policiais.

Os depoimentos de familiares também são elementos mencionados nos pedidos de arquivamento, geralmente no sentido de que não trazem informações relevantes para afastar a versão dos policiais. Ao contrário, como exposto anteriormente, o depoimento dos familiares é utilizado pelo MP, de forma recortada, apenas para legitimar a narrativa dos policiais ou construir o perfil moral da vítima como perigosa.

No caso da vítima A.S.G., um jovem preto com 18 anos de idade, o MP, na promoção de arquivamento, primeiro utiliza-se da narrativa dos policiais como fundamento, e em seguida, embora mencione o depoimento do pai de A.S.G. como incapaz de afastar a versão dos policiais, considera a afirmação de que o filho já havia sido preso por tráfico de drogas.

As informações trazidas pelos indiciados, policiais militares, dão conta de que foram informados pela CICOM que dois indivíduos armados haviam assaltado um ônibus da empresa Integra, que faz a linha Estação Pirajá X Valéria, tendo sido passado as características dos indivíduos, tendo esta guarnição e outras das [lotação] saído no encalço dos elementos, se deparando com um dos elementos em um matagal, tendo este elementos atirado contra a guarnição, obrigando os policiais ao revide, cessado os tiros os policiais encontraram o indivíduo ferido, sendo prestado socorro, sem êxito, porque ele evoluiu a óbito.

Ouvindo o genitor do falecido não trouxe informação que pudesse afastar a versão apresentada pelos investigados, tendo dito que o filho já tinha sido preso por tráfico de drogas. Afirmando nada saber sobre a sua morte.

Assim, restando nos autos como versão única aquela apresentada pelos policiais, que aponta para uma ação amparada pela excludente de criminalidade da legítima defesa, somos pelo arquivamento do presente inquérito com as baixas e anotações de estilo.

Nos autos não foi juntada a FAC da vítima, bastando o depoimento dos policiais e do pai para atestar que a vítima em verdade seria um criminoso e, então, determinar como ocorreram os fatos.

Entretanto, quando o(s) familiar(es) atesta(m) por outra versão da construção moral da vítima, como trabalhadora ou pelo menos não envolvida com crimes ou drogas, tais depoimentos são desconsiderados no pedido de arquivamento. Como no caso da vítima L.O.C.J., em que na promoção do arquivamento do inquérito policial há menção às oitivas da mãe e da avó da vítima e o comentário sobre o teor dos depoimentos limita-se a estas não estarem presentes no momento do fato, de modo que, conclui o promotor, inexistia versão que confronte a versão dos policiais. Mas nos autos consta que a mãe relatou em seu depoimento que o filho não era envolvido com tráfico, sequer fazia uso de drogas, além disso, o relato dá a entender que o filho teria morrido na casa em que estes moravam.

[...] que neste dia a declarante não estava em casa, pois trabalha na casa de família, como doméstica, e apenas soube da morte do filho através de um telefonema da filha, que pedia que a mãe fosse para casa, que a filha estava chorando e pedia para mãe ir para casa, que quando chegou em casa o corpo do filho não estava mais em casa e que não sabe dizer nada a respeito do fato e que se recusa a prestar qualquer tipo de informação, *que o filho era criado pela genitora*

que ajudava na educação, que L.O.C.J. trabalha desde os 15 (quinze) anos de idade, não fazia uso de droga e nem era envolvido no tráfico [...] (grifo nosso).

Outro caso em que a oitiva do familiar é posta como incapaz de afastar a narrativa dos policiais é o caso de E.G.J.P., jovem pardo de 22 anos de idade, sem antecedentes inscritos na FAC, ocorrido em 20 de julho de 2018, às 22 horas, no bairro Fazenda Grande do Retiro, no qual somente os policiais testemunharam o ocorrido e foi realizada perícia nas armas – a da vítima era um revólver –; e a perícia no local, que não se sabe acerca da preservação.

Nos autos do inquérito policial não há a folha da oitiva da mãe da vítima. Apenas no relatório final há o que não se sabe se é o inteiro teor ou parte do depoimento, mas neste, a mãe afirma que o filho não tinha envolvimento com atividades criminosas e trabalhava, e no momento do fato, tinha saído de casa para tomar um copo de cerveja.

É mãe de E.G.J.P.; que no dia da ocorrência policial que culminou na morte de seu filho, encontrava-se na cidade de Santo Amaro, onde reside; que não sabe informar quem tenha presenciado a ação policial que culminou na morte de seu filho; que não sabe informar testemunha; que seu filho nunca se envolveu com a criminalidade; que apenas quando menor usou maconha; que seu filho trabalhava como ajudante de metalúrgico; que tomou conhecimento que seu filho saiu de casa informando que iria tomar um copo de cerveja, quando ocorreu a situação em apuração; que nunca presenciou seu filho portando arma de fogo; que não possui a menor ideia do que se passou com a ocorrência que culminou a morte de seu filho. (grifo nosso).

O promotor então conclui pelo arquivamento, considerando que

ouvida a genitora do falecido não trouxe informação relevante que pudesse afastar a versão apresentada pelos investigados. Assim, restando nos autos como versão única aquela apresentada pelos poli-

ciais, que aponta para uma ação amparada pela excludente de criminalidade da legítima defesa.

Em um outro caso, a irmã de uma vítima relatou que o irmão estava predestinado a morrer pelos policiais, sendo anteriormente vítima de flagrante forjado, em suas palavras:

[...] Que ninguém estava sabendo que tinham dois policiais militares da [lotação] dentro de uma casa, mesma rua, torturando um menino para ele não abrir a boca, pois eles estavam predestinados a matar [Nome da vítima], pois eles já tinham jurado ele de morte. Que seu irmão já tinha sido conduzido para a DAI, pelos mesmos policiais por ter sido apreendido com drogas, mas a droga não era dele, sendo que os policiais queriam atribuir a droga como sendo de seu irmão. Que depois disso seu irmão começou a ser ameaçado de morte pelos policiais da [lotação]; [...] Que seu irmão não andava armado, não tinha envolvimento com atividades ilícitas, nem mesmo com o tráfico de drogas. [...].

Em que pese o relato, este não causou nenhum impacto ao pedido de arquivamento pelo promotor, que tão somente comentou: “Vale registrar, outrossim, que as versões apresentadas por parentes do *de cujus* foram exaustivamente averiguadas, não se comprovando”. No entanto, só uma familiar foi ouvida – a irmã –, e não foi demonstrado no pedido de que forma a versão apresentada foi averiguada e quais elementos afastaram-na.

Nesse cenário, o MP demonstra desinteresse por qualquer informação que destoe da “narrativa-padrão” dos policiais, exceto quando contribui para reforçar o perfil perigoso da vítima.

“As passagens pela polícia” e as “fichas criminais”, segundo Ana Flauzina (2006, p. 115-116), representam o passaporte livre para o extermínio da juventude negra brasileira, que passa por “processos de desumanização engendrados pelo racismo”.

Como visto anteriormente, um outro elemento também valorado nos pedidos de arquivamento são os antecedentes criminais da vítima, como uma forma de validar a ação dos policiais:

Realmente, os Policiais envolvidos na diligência apresentaram versão compatível com os demais elementos informativos, devendo-se destacar que foi encontrada arma de fogo com o de cujus, o qual possuía antecedentes desabonadores (fls. 79/83), revelando participação intensa na atividade criminosa, situação que confirma a excludente de ilicitude. [...]. *Assinatura*

Apesar dos antecedentes somente afirmarem acerca da imputação da prática do art.12 da Lei 10.826, mas o apontado Resistente, também possui ação penal em tramitação perante o [...] Juízo da [...] Vara do Júri, desta Capital. [...]. *Assinatura*

Em um outro caso, o promotor afirma que “[...] da análise dos Laudos Periciais e das declarações inclusas ao bojo do conjunto probatório, resta demonstrada a moderação da qual se reveste a ação dos policiais [...]”. No entanto, os elementos informativos utilizados para a formação do convencimento deste pelo arquivamento foram o laudo das armas encontradas com as vítimas, que determinou que estariam aptas para o disparo, e o depoimento dos genitores afirmando que as vítimas “já tiveram passagens anteriores pela Polícia, ligadas a prática de assaltos e tráfico de drogas, possuindo um longo período de envolvimento com a criminalidade inclusive conflitos com traficantes”.

Zaccone (2013, p. 103) acredita que “O poder de definição da legítima defesa pelo modo de vida da vítima acaba por engendrar uma verdade que dispensa a produção de provas quanto à legitimidade da ação policial”. Aponta também a existência de um jogo com os depoimentos dos familiares, pelo que é dito e usado como uns dos principais fundamentos para o pedido de arquivamento e pelo não dito, que

seria o não interesse em depor dos familiares, tudo como uma forma de “definir a ausência de valor das vidas indignas de viver” (Zaccone, 2013, p. 103).

Laudos necroscópicos: para que servem?

As promoções de arquivamento mencionam também o laudo de exame necroscópico como uma forma de atestar a materialidade do delito, por vezes, para determinar que não houve excesso ou execução na ação dos policiais. Porém, não se encontra nos pedidos a citação dos laudos demonstrando a ocorrência de uma justificante ou a comparação entre as descrições dos trajetos dos disparos e dos depoimentos dos policiais ou com a perícia de local.

A ausência da perícia de local impede o recolhimento de projéteis que possibilitem Exames de Confronto de Balística – praticamente inexistentes em casos de ‘auto de resistência’ – e limita a compreensão das informações contidas no Auto de Exame Cadavérico (AEC), devido à falta de elementos para contraste (Misse, 2011, p. 56).

O pedido de arquivamento do caso da vítima A.A.O.P. menciona que: “O fato é que, tudo o quanto apurado, se mostra incapaz de contrariar a versão apresentada pelos policiais. A necropsia também, não traz nada que o faça”. Neste, o laudo necroscópico relata que a vítima chegou ao hospital sem sinais vitais. Foi encaminhada para a perícia sem roupas, envolta em um plástico – destaca-se que as roupas são instrumentos importantes para averiguar a existência de disparos à queima-roupa (Soares e Souza, 2011), – e identificou-se três orifícios relativos a disparos, sendo o trajeto destes descrito da seguinte forma:

- 1- De projétil de arma de fogo, com entrada entre a região esternal e a região torácica esquerda, com direção ventral para dorsal, transfixando o 4º espaço intercostal anterior esquerdo a um centímetro

do esterno, o coração, a aorta descendente e a 9ª vértebra torácica, com saída em região vertebral, na altura da 9ª vértebra torácica. 2 - De projétil de arma de fogo, com entrada em hipocôndrio esquerdo, com direção ventral para dorsal, transfixando o 7º espaço intercostal anterior esquerdo, o diafragma, o lobo esquerdo do fígado e o rim esquerdo, com saída em região lombar esquerda. 3 - De projétil de arma de fogo, com entrada na região inguinal direita, com direção ventral para dorsal, transfixando subcutâneo, com saída em região do quadril direito.

No caso, houve a realização do laudo de local, sem a devida preservação, porém, diante da ausência de vestígios, não foi possível constatar que o local tenha sido “palco de uma ação de natureza violenta”. A correlação do laudo necroscópico com os outros elementos investigados não é realizada na promoção e o fundamento para o arquivamento recai na questão da construção moral da vítima:

Apesar dos antecedentes somente afirmarem acerca da imputação da prática do art. 12 da Lei 10.826, mas o apontado Resistente, também possuía ação penal em tramitação perante o 1. Juízo da 1ª vara do Júri, desta Capital. A mingua de outros elementos, neste momento, não possuímos indícios que contrariem a versão dos Investigados.

A promoção de arquivamento do caso da vítima R.S.O.F. relata que “A necropsia da vítima, [...], não traz nenhuma lesão que possa estar divorciada da versão apresentada pelos policiais, não havendo também nenhum indício de excesso culposo ou doloso”. No laudo necroscópico, tem-se que a vítima chegou ao hospital sem sinais vitais, encaminhada para o exame com bermuda *jeans* e cueca, e identificou-se quatro orifícios de disparos. O trajeto dos disparos é descrito tão somente como “de diante para trás”. Nesse caso, não está juntada nos autos a perícia do local.

A respeito da quantidade de disparos, Cano aponta para a quantidade de disparos como indício de execução sumária, indicando que

para imobilizar uma pessoa seriam necessários poucos disparos, concluindo por um ou dois disparos (Cano, 1996 *apud* Soares e Souza, 2011). Nas promoções de arquivamento analisadas, não há menção à quantidade de disparos desferidos pelos policiais ou à quantidade que atingiu as vítimas.

No caso da vítima F.O.P., o pedido de arquivamento expressa que “O fato é que, tudo o quanto apurado, se mostra incapaz de contrariar a versão apresentada pelos policiais. A necropsia também, não traz nada que o faça”. A vítima adentrou a unidade hospitalar sem sinais vitais, e foi encaminhada ao exame necroscópico de camisa, bermuda e cueca. O trajeto dos três disparos é descrito da seguinte forma:

P1 - de frente para trás, de cima para baixo e da esquerda para a direita, transfixando o esterno, a musculatura do 5º espaço intercostal direito, o pulmão direito, o coração, o diafragma e a musculatura do 11º espaço intercostal direito. P2 - de frente para trás, de cima para baixo e da direita para esquerda, transfixando o apêndice xifóide, o mesentério e a musculatura subescapular esquerda. P3 - de frente para trás, de cima para baixo e da esquerda para a direita, transfixando a musculatura do 10º espaço intercostal direito, o fígado, o rim direito, o mesocólon e a musculatura lombar direita.

Os três casos apresentam laudos necroscópicos distintos. É evidente que são diferentes por se tratar de ocorrências diferentes e, claramente, diferentes vítimas, o que se quer destacar aqui é a existência de parâmetros diferentes para a mesma conclusão, quando esses parâmetros não são explicitados pelos promotores, diante um documento que é considerado pelos próprios como uma das principais peças do inquérito policial para fundamentar uma possível denúncia (Misse, 2011).

Os AECs que indicam disparos de arma de fogo em excesso, a curta distância ou pelas costas ou, ainda, indícios de tortura, podem ser usados para construir uma argumentação que contrarie o *account*

policial sobre os fatos e alegue ter ocorrido uma execução ou o uso exacerbado da força. Isso depende do entendimento particular dos promotores – que elaboram ou não as denúncias – e dos juízes – que as aceitam ou não, discordam ou não dos pedidos de arquivamento e pronunciam ou não os casos no Tribunal do Júri. Conforme exposto, a ação isolada de um único promotor da Central de inquéritos produziu a chegada ao Tribunal do Júri, de uma quantidade incomum de casos inicialmente registrados como ‘auto de resistência’, baseando-se fundamentalmente em AECs para o embasamento de suas denúncias (Misse, 2011, p. 108).

Ainda a respeito dos laudos cadavéricos, Farias (2015) critica a elaboração do laudo pericial, um documento importante para determinar o entendimento sobre a morte e, assim, encaminhar as investigações e a possível acusação. Nesse sentido, a resposta dos requisitos e forma de escrita desses documentos podem prejudicar as investigações quando os médicos-peritos não se esforçam para tornar os laudos legíveis. Nesse sentido, descreve o depoimento de um legista contratado por familiares de uma vítima de intervenção policial para contestar o laudo oficial:

Quando o perito legista não encontra sinais cadavéricos que expressem o emprego de ‘veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou outro meio insidioso ou cruel’, resta absolutamente errôneo prejudicar o QUARTO QUESITO, sob a alegação de ‘PREJUDICADO’, ou ‘SEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO PARA RESPONDER’, ou ‘SEM ELEMENTOS POR DESCONHECER A DINÂMICA DO EVENTO’, ou mesmo, como se pode ler no Laudo de Exame Cadavérico em comento, ‘SEM ELEMENTOS PARA RESPONDER POR DESCONHECER A DINÂMICA DO FATO’. Ora, se o perito quer ter informações sobre a dinâmica do evento, ele poderá solicitar ao delegado de polícia que preside o inquérito policial, ou mesmo ao INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA CARLOS ÉBOLI, informações sobre a Perícia de Local de Crime. E, ainda, quando o cadáver

provém de unidade hospitalar, solicitar informações hospitalares, sobre o atendimento prestado, ou, no caso de morte no ingresso da unidade hospitalar, o que foi evidenciado pelos médicos. E, como vimos, o perito legista independe de informações adicionais, de Local de Crime, para afirmar ou negar se houve emprego de ‘VENENO, FOGO, EXPLOSIVO, ASFIXIA OU TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL’. [...] Em suma, ‘PREJUDICAR’ a resposta ao QUARTO QUESITO é pura tergiversação capaz de deixar pairarem dúvidas inaceitáveis sobre os fatos, que obrigatoriamente têm de ser determinados por meio de um Exame Cadavérico corretamente realizado, o que trará prejuízos para o processo penal. Respondê-lo corretamente é dever de ofício do perito legista (Farias, 2015, p. 86-87).

Nos três casos comentados, o terceiro ou o quarto quesitos foram respondidos de maneira inadequada. Os quesitos médico-legais eram os mesmos, em ordem: “Houve emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura, ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que tenha resultado em perigo comum?” e “Houve emprego, pelo agente, de algum recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima?”. No caso da vítima A.A.O.P., só havia a primeira pergunta, e como resposta que “o perito não tem elementos para afirmar ou negar”. No caso da vítima R.S.O.F., o perito respondeu “sem elementos” para as duas perguntas. No caso da vítima F.O.P., a resposta dada para as duas perguntas foi: “o perito não dispõe de elementos para afirmar ou negar”.

O mesmo perito do caso anteriormente mencionado expressa indignação a respeito da atitude de peritos que não respondem a todos os quesitos perguntados, alegando não possuir elementos para responder por desconhecer a dinâmica dos fatos, quando estas poderiam ser esclarecidas para estes, e estes são também responsáveis por esclarecê-las.

A Ciência Forense prescinde de peritos legistas que, propositalmente escudados da evasiva resposta ao QUARTO QUESITO – ‘SEM ELEMENTOS PARA RESPONDER POR DESCONHECER A DINÂMICA DO FATO’ –, lavam suas mãos (mãos claramente irresponsáveis), como se PILATOS pós-modernos fossem, diante de fatos científicos, de suma importância para a Justiça; e mais que para esta, para a própria sociedade, ao final de tudo. [...] O povo, pelo geral, atribui a impunidade à Justiça; mas nesse caso, em particular, a impunidade fora referendada por exame cadavérico mal feito, desidioso, incompleto, falho, omisso e incompetente (Farias, 2015, p. 88).

As promoções de arquivamento constroem-se com repetições e omissões. Repete-se a narrativa prestada pelos policiais e omitem-se informações indesejadas, como o teor do depoimento de um familiar que contraria a construção da vítima como criminosa.

Decisões de arquivamento: a repetição da repetição

O arquivamento dos inquéritos policiais é determinado por decisão judicial. Essas decisões devem ser fundamentadas (artigo 93, IX, da Constituição Federal), demonstrando as questões de fato e de direito que foram utilizadas para a formação de seu convencimento (artigo 381, III, do CPP).

Todos os casos foram arquivados em conformidade com o pedido do MP. Nesse conjunto, tem-se como fundamentação legal: a) em 46 casos, a legítima defesa; b) em três casos, o estrito cumprimento do dever legal; c) em um caso, as duas excludentes de ilicitude anteriores; d) em um caso, a ausência de indícios de autoria; e e) em um caso, a ausência dos requisitos para oferecimento da ação penal (artigo 41, do CPP).

Nos casos analisados é notória a repetição na produção de decisões genéricas. Estas evidenciam também o descaso com as investigações das mortes decorrentes de intervenção policial. Em muitos

casos, a única mudança está nos relatórios, que repetem a descrição dos fatos feita pelo MP, que nada mais é do que uma repetição da “narrativa-padrão” dos policiais. O trecho a seguir se repete na íntegra em 16 das decisões de arquivamento, comportando todas as decisões analisadas de uma das Varas do Júri:

Compulsando os autos, denota-se que as provas colhidas evidenciam que os investigados não dispunham de meios diversos para desincumbir-se do ônus de sua função pública além dos disparos de arma de fogo. Outrossim, não se pode negar que agiram em legítima defesa ao praticarem a conduta descrita, porquanto restou demonstrado através do conjunto probatório amealhado que a ação ocorrera para repelir injusta agressão das vítimas.

De mais a mais, denota-se que os agentes utilizaram dos meios necessários e de forma moderada para repelir injusta agressão promovida pelas vítimas, restando estreme de dúvidas que agiram amparados pela excludente de ilicitude da legítima defesa, não se vislumbra indícios mínimos de dolo homicida na conduta praticada.

Na justificante da legítima defesa, a repulsa do ofendido deverá ser necessária e será se for a menos danosa possível para rechaçar a agressão sofrida. É exatamente este o caso dos autos.

Assim, havendo os agentes usado dos meios necessários e de forma moderada, em defesa de direito próprio, para repelir injusta e atual agressão perpetrada pelas vítimas, impõe-se o reconhecimento da excludente de ilicitude da legítima defesa elencada no art. 23, II, do CP. *Assinatura*

Em um dos casos, é acrescentada na fundamentação uma expressão genérica do que ocorre em toda situação que é apresentada como auto de resistência, isto é, “Os policiais teriam sido surpreendidos pela vítima que passara a efetuar disparos de arma de fogo contra a guarnição. Os milicianos então reagiram, revidando os disparos, atingindo fatalmente a vítima”.

As decisões de arquivamento levam a crer que as peças informativas dos inquéritos policiais não são consideradas pelos juízes, mas apenas o posicionamento expresso pelo MP nas promoções de arquivamento. Em todas as decisões de uma das varas, na curta fundamentação, a única diferença é a motivação legal – excludente de ilicitude: legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal, exercício regular do direito ou duas excludentes de ilicitude no mesmo caso ou, como em uma única situação, a inexistência de indícios suficientes de autoria, conforme trecho transcrito:

É o relatório. Decido.

O arquivamento do inquérito cabe ao juiz, a requerimento do Ministério Público. No caso em análise, o *parquet* fundamentou o arquivamento face a existência da exclusão da ilicitude do estrito cumprimento do dever legal.

Ante o exposto, conforme o art. 28 do Código Processo Penal, considero procedentes as razões invocadas do Ministério Público, e determino ARQUIVAMENTO destes autos. *Assinatura*

Os 16 casos anteriormente mencionados são submetidos ao mesmo modelo de decisão de arquivamento como se se tratasse de um único caso, em que se muda apenas os nomes de quem morre e de quem mata, porém, todo resto se repete. Quais seriam “as provas colhidas” que “evidenciam que os investigados não dispunham de meios diversos para desincumbir-se do ônus de sua função pública além dos disparos de arma de fogo”, isso não é explicado. Segue-se então para a afirmação do que constitui a legítima defesa em qualquer caso, descrevendo o uso dos meios necessários de forma moderada a fim de repelir injusta agressão.

Em um dos casos arquivados nos termos anteriores, já referido, ocorrido no Nordeste de Amaralina, que teve por vítima C.S.S., em-

bora o fato tenha sido noticiado à autoridade policial para investigação, durante a realização do inquérito policial não houve a busca dos policiais para depor, em que pese emitida uma Ordem de Missão com o objetivo de empreender diligências para intimar as testemunhas. Os depoimentos colhidos no inquérito policial foram dos genitores da vítima, que afirmaram que C.S.S. era usuário de maconha, mas não traficante; e o pai que afirmou a inexistência de troca de tiros e que a arma possivelmente utilizada por C.S.S. não teria aparecido.

Nos autos, incorporou-se o auto de prisão em flagrante lavrado em desfavor da vítima pelo crime de tráfico de drogas, no qual houve a oitiva dos policiais. Nesse cenário, entretanto, os policiais não são ouvidos como investigados, mas como condutores e testemunhas de uma prisão, prestando esclarecimentos sobre esta, não sobre a morte da vítima. Ainda, no auto de prisão em flagrante, há o auto de apreensão, relatando a apreensão de 38 gramas e 64 centigramas de cocaína que foram submetidas ao exame de constatação, e um revólver, a única arma submetida à perícia.

Esse caso foi arquivado sem a realização de perícia do local ou perícia na arma dos policiais envolvidos, nem mesmo a colheita do depoimento dos policiais a respeito da morte da vítima. Interessante destacar que no laudo necroscópico o médico-legista afirma que os trajetos são compatíveis com a caracterização de resistência, mas essa questão, que seria um possível fundamento para o arquivamento, não é utilizada pelo promotor, e assim, não é mencionada pelo magistrado. O pedido de arquivamento fundamenta-se na apreensão de drogas e de uma arma:

[...], compulsando-se os autos, percebe-se que os Policiais Militares agiram sob o manto da legítima defesa, haja vista que repeliram agressão atual e injusta, utilizando, para tanto, dos meios à disposição no momento, sem exageros, tendo, infelizmente, como resultado, o falecimento do agressor.

Realmente, os Policiais envolvidos na diligência apresentaram versão compatível com os demais elementos informativos, devendo-se destacar que foram encontradas arma de fogo e drogas com o *de cujus*.

Vale registrar, outrossim, que as versões apresentadas por parentes do *de cujus* foram averiguadas, inclusive com tentativa do próprio Ministério Público, diretamente, não se comprovando.

Destarte, o conjunto informativo desta investigação não serve de base razoável para a deflagração de um processo criminal, pois os Militares investigados agiram em evidente legítima defesa, revelando-se extremamente temerário e inadequado interferir no status pessoal de alguém sem a conhecida **justa causa** para a ação penal.

Sobre o assunto, Eugênio Pacelli de Oliveira, [...] destaca a possibilidade de se **requerer o arquivamento do inquérito, seja por entender inexistente o crime [...], seja por acreditar insuficiente o material probatório disponível (ou ao alcance de novas diligências), no que e refere à comprovação da autoria e materialidade.**

Relevante citar, outrossim, a futura redação do art. 28, caput, do CPP, contido no projeto de lei que institui o novo Código de Processo Penal, hoje no Congresso Nacional:

Art. 28. [...]

Portanto, inexistindo base razoável leia-se justa causa para seja ajuizada ação penal, cabe o Ministério Público promover o arquivamento deste inquérito, com base em interpretação a contrario sensu do art. 395, inc. III, do CPP.

Acerca do tema, colaciona-se doutrina do culto Afrânio Silva Jardim, [...], que, escrevendo acerca do revogado art. 43 do CPP, similar ao art. 395 do CPP, demonstrava a relação entre as causas de rejeição da denúncia e de arquivamento de procedimentos policiais: [...]

Ante o exposto, estando a ação policial acobertada por excludente de ilicitude, promove-se o **arquivamento** destes autos, por ausência de justa causa, aplicando-se, a contrario sensu, o art. 395, inc. III, do CPP e submetendo-se este pronunciamento a V. Exa. para efeito do art. 28 do CP.

Verifica-se que as decisões de arquivamentos seguem o entendimento do MP sobre o ocorrido e, como os pedidos de arquivamento, pouco há de conteúdo sobre a dinâmica dos fatos e das investigações, além da “narrativa-padrão”, que é o centro do fundamento decisivo. Em que pese as decisões de juízes serem pautadas no livre convencimento, é necessário que seja explicitado quais instrumentos informativos dos autos serviram para esse convencimento.

Nos casos analisados, as decisões mostram-se genéricas, em desacordo com o que dispõe o CPP, que, inclusive, estabelece em quais casos as decisões judiciais não serão consideradas fundamentadas. Estas pautam-se em motivos que se prestam a justificar qualquer outra decisão de arquivamento de morte em decorrência de intervenção policial, utilizando-se de paráfrases do texto legal que descreve a excludente de ilicitude de legítima defesa, como “De mais a mais, denota-se que os agentes utilizaram dos meios necessários e de forma moderada para repelir injusta agressão promovida pelas vítimas [...]”, sem demonstrar quais elementos informativos sustentam a conclusão pelo arquivamento e como esses elementos demonstravam a existência da dita excludente de ilicitude na dinâmica dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados neste capítulo revelam que um ponto central nos inquéritos policiais referentes a mortes por intervenção policial é a construção moral da vítima. Desde o primeiro depoimento dos policiais, que relatam a ocorrência como comunicantes e testemunhas,

a vítima é tratada como uma figura “criminosa” que agiu com intenção de matar os agentes de segurança envolvidos. A periculosidade também é afirmada pela juntada da FAC apenas das vítimas ou com base nos depoimentos dos familiares.

Essas vítimas são na maior parte pessoas negras que estão sujeitas a diversas formas de violências veladas nas instituições estatais, como a filtragem racial realizada pelos policiais nas abordagens e a “sujeição criminal” em que são incriminadas preventivamente por serem vistas como um grupo criminoso em potencial. Nesse cenário, o MP reforça a seletividade, reproduzindo o que consta de negativo no procedimento administrativo sobre a vítima, ao invés da dinâmica dos fatos.

Esses fundamentos reafirmam a ideia de que “crioulo parado é suspeito: correndo é culpado”, adicionando uma nova camada de violência institucional sob as vítimas das intervenções policiais, tratando a vida destas como ferramenta de legitimação da ação policial, sem qualquer questionamento sobre a versão dos agentes públicos envolvidos no fato. Ainda, descredibilizando a possibilidade de que uma pessoa com antecedentes criminais possa ser vítima do uso de força excessiva pela polícia ou mesmo de uma execução.

O MP, no exercício das atribuições de órgão responsável pelo controle externo da polícia, pode solicitar a realização de diligências na forma do artigo 16 do CPP e da Resolução nº 279/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público. Tal passo seria fundamental para que as investigações não caminhassem apenas para a identificação da vítima como criminosa, sendo necessário para uma devida fundamentação dos pedidos de arquivamento.

As promoções de arquivamento pelo MP nos casos em que familiares são ouvidos e atestam que a vítima não era envolvida em atividades criminosas ou usuária de drogas, que era uma pessoa trabalhadora, que estava trabalhando na época do ocorrido ou em busca de trabalho, evidenciam que os promotores não enxergam essas ale-

gações como “informações relevantes”. Ao contrário, a relevância se destaca somente quando esses depoimentos reafirmam a construção moral da vítima como criminosa.

Quando familiares não são localizados para prestar depoimento essa informação também é considerada relevante para ser utilizada como fundamentação: “Não obstante as tentativas do Encarregado da Polícia Militar da Bahia para apurar os fatos em sede do Inquérito Policial Militar, não foi possível a oitiva dos familiares dos resistentes, tendo em vista não ter sido localizado nenhum parente para prestar declarações acerca dos fatos”. Essa informação segue o relato de que uma arma e drogas foram encontradas em posse da vítima, para concluir que

Diante de tudo o quanto exposto, levando em consideração o acervo constante nestes autos, sobretudo os relatos dos agentes envolvidos e os resultados das perícias solicitadas, forçoso concluir que os agentes praticaram o fato ora narrado amparados pela excludente de ilicitude da legítima defesa.

Quanto às perícias realizadas durante os procedimentos investigatórios, pouco é exposto acerca dos resultados, utilizando-se de expressões genéricas como “os resultados das perícias solicitadas” e “da análise dos Laudos Periciais”, sem demonstrar como e quais laudos foram analisados. Das perícias comumente realizadas, os promotores utilizam majoritariamente para fundamentar os pedidos os laudos necroscópicos e, por vezes, os laudos das armas apreendidas em posse da vítima.

Os laudos necroscópicos são mencionados para atestar a materialidade do delito, bem como em comentários pouco elucidativos sobre o teor desses documentos, afirmando não conterem informações capazes de afastar a versão dos policiais, como: “A necropsia, nada denuncia, além do que relataram os policiais”. Por outro lado, os laudos necroscópicos são falhos nas respostas dos quesitos de

“Houve emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura, ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que tenha resultado em perigo comum?” e “Houve emprego, pelo agente, de algum recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima? – aos quais os peritos sempre respondiam como “prejudicados”.

Até mesmo a promoção que contém certas críticas ao procedimento investigatório não comenta a respeito desse ponto do laudo necroscópico, resumindo-se a apontar que “Da mesma forma a necropsia não denuncia outros fatos senão uma efetiva troca de tiros, certo como identificados dois orifícios de entrada de projéteis, portanto sem indícios de execução”.

Quando realizados exames residuográficos e estes demonstram a existência de resíduos de chumbo nas mãos da vítima, em todos os casos, foram utilizados como fundamento da promoção de arquivamento. Quando não encontrados, por vezes o promotor recorria à observação do perito quanto à perda de vestígios, considerando que “Este resultado, por si só, não é suficiente para os Peritos negarem contaminação com disparo de arma de fogo por parte do periciando”.

As perícias das armas quando utilizadas nos pedidos são relacionadas ao funcionamento destas: “Os referidos exames periciais foram elucidativos, uma vez que demonstraram, entre outras coisas, que a arma de fogo encontrada em poder do resistente estava em perfeitas condições de funcionamento”. E a apreensão de drogas está em regra em seguida, mais uma vez, com foco na construção moral da vítima.

As perícias de local têm como objetivo relatar a existência de ação violenta na localidade apontada pelos policiais e realizar coletas de materiais importantes para as investigações, como projéteis e sangue, além de fotografar o local. No entanto, nos casos analisados, a preservação da área da ação policial somente ocorreu em uma ocasião. Nota-se também que essa perícia, em regra, não é referenciada nas promoções de arquivamento, aparentando ser de diminuta

importância para o MP quanto à possibilidade de definir a existência de excludente de ilicitude.

Quanto às decisões de arquivamento proferidas pela Justiça, estas são evidentemente genéricas. Para fundamentar tais decisões, os juízes utilizam-se de termos genéricos, sem fazer referência ao fato concreto. Em regra, afirmam

que os agentes utilizaram dos meios necessários e de forma moderada para repelir injusta agressão promovida pelas vítimas, restando estreme de dúvidas que agiram amparados pela excludente de ilicitude da legítima defesa.

Ou utilizam paráfrases do texto legal que descreve uma excludente de ilicitude descrita pelo órgão ministerial.

Ainda, da mesma forma das promoções de arquivamento do MP, as decisões acolhem a “narrativa-padrão” dos policiais, sem esclarecer quais os elementos de convencimento. Quais as provas colhidas nunca é uma informação evidenciada.

Nesse cenário, é notório que os fundamentos utilizados nos pedidos de arquivamento demonstram um desinteresse do órgão ministerial quanto a revelar a dinâmica dos fatos nos casos de mortes em decorrência de intervenção policial. Esses fundamentos indicam que a vida pregressa da vítima é suficiente para determinar como a ação ocorreu. Ainda, dada a ausência de comentários sobre as peças do procedimento investigatório, como o laudo necroscópico e o laudo de local, é possível presumir que em certos casos as peças do procedimento investigatório não são devidamente analisadas para atestar pelo arquivamento.

As promoções do MP, desse modo, não carecem de fundamentação, porém não se pode afirmar que há uma fundamentação devida, quando estas têm raízes discriminatórias, visto que as pessoas têm a vida associada à criminalidade e a morte (de pessoas negras) justificada.

Nesse mesmo caminho, as decisões de arquivamento acentuam a violência sofrida pelas pessoas vitimadas por intervenções policiais e revelam a Justiça criminal como um outro espaço em que a premissa de “bandido bom é bandido morto” é institucionalizada.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ctHxJZn497TXLJBhpSB8GRn/?lang=pt#>. Acesso em: 9 nov. 2022.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. *Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro/ Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador)*. 5. ed. Salvador: CONDER: INFORMS, 2016.

BAHIA. Polícia Civil do Estado da Bahia. *Manual de procedimentos de Polícia Judiciária do Estado da Bahia*. Salvador: P55 Edição, 2022. E-book.

BARROS, Geová da Silva. Filtragem racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 134-155, 2008.

BUENO, Samira. *Trabalho sujo ou missão de vida?: persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP*. 2018. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas, São Paulo, 2018.

BUENO, Samira; CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, v. 7, p. 1-135, 2013.

BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 783-799, 2019.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, São Paulo, v. 15, 1-69, 2021.

CALDAS, Fernanda Furtado; PRADO, Alessandra Rapacci Mascarenhas. A presunção de veracidade dos testemunhos prestados por policiais: inversão do ônus da prova e violação ao princípio da presunção da inocência. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 28, n. 166, p. 85-127, 2020.

CHAUI, Marilena. *Sobre a violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

FARIAS, Juliana. Fuzil, Caneta e Carimbo: notas sobre burocracia e tecnologias de governo. *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 75-91, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34502>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FERREIRA, Poliana da Silva. Como abrir a caixa de Pandora?: estratégias metodológicas para o estudo da polícia que mata. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 21-43, 2019.

FLAUZINA, Ana Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-331, 2020.

GONÇALVES, Juliana F. *et al. Pele-alvo: a cor da violência policial*. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. E-book.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; DIAS, Maria Tereza Fonseca. *(Re)Pensando a Pesquisa Jurídica*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

MISSE, Michel (coord.). *“Auto de resistência”: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: NECVU: UFRJ, 2011.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*; Coordenação Assessoria Ministerial de Comunicação Social do MPPE, Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial do MPPE - GT Racismo. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

NASCIMENTO, Andréa Ana do; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. Autos com ou sem resistência: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 33., 2009, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2009.

RAMOS, Silvia *et al.* *Pele alvo: a cor que a polícia apaga*. Rio de Janeiro: Rede de Observatórios da Segurança/CESec, 2022.

SILVA, Allan Jones Andreza *et al.* O Brasil da Polícia Militar do Brasil: reflexões sobre a construção da (in)segurança pública no século 21. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, [s. l.], v. 5, n. 10, p. 117-149, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6552>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 119-141, 2015. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12100/sergio_lima_-_narrativa_autoritaria_-_299-%20696-1-sm.pdf?jsessionid=5A1BE55BEB097275DF9FB3EF60B439D4?sequence=1. Acesso em: 17 nov. 2022.

SOARES E SOUZA, Taiguara Libano. *Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção permanente: a biopolítica dos autos de resistência*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ZACCONE D'ELIA FILHO, Orlando. *Indignos de vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos no Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado em Teoria política) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

SISTEMA DE GARANTIAS E NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO: o direito penal e a coleta coercitiva de material genético

Tercília Júlia Oliveira Rodrigues
Lucas Gabriel Santos Costa

INTRODUÇÃO

A secularização e a ilustração do sistema penal são referências que indicam a necessária limitação racional da intervenção punitiva. O que se pede é que, no âmbito de proibição, os espaços de liberdade sejam cerrados a partir da necessidade de proteção de bens compreendidos na humanidade de todas as pessoas. Nesse caso, a percepção da racionalidade e autonomia como atributos da humanidade orientam a capacidade e a necessidade de justificação e compreensão das razões/motivos da limitação penal abstrata dos espaços de realização social.

Para além da crítica aos espaços de proibição, a centralidade da humanidade como fundamento e limite às expressões de intervenção punitiva também é desenvolvida pela lente dos movimentos circunstanciais ao iluminismo. Daí se tem a crítica dos instrumentos de persecução penal por meio de um sistema que compreenda o conteúdo normativo de princípios que servem para orientar e limitar a

estrutura punitiva nos lugares em que se observem a proposta de Estado de direito e democrático.

O que se pretende (o objetivo) é abrir espaços de discussão sobre o contexto que caracteriza o estado de (sub)desenvolvimento atual da rede de garantias inerentes ao direito de não autoincriminação e a produção coercitiva de material genético para fins de persecução criminal.

Parte do objeto se tem na Lei n° 12.654/2012, responsável pelas alterações na Lei n° 12.037/2009 (a qual já disciplinava a exceção à regra do artigo 5°, inciso LVIII, da Constituição Federal (CF) de 1988, dispondo, assim, a respeito das hipóteses excepcionais de identificação criminal do civilmente identificado) e Lei n° 7.210/1984, a Lei de Execução Penal (LEP). A partir daí, abre-se espaços de discussão com maior frequência quanto à relativização do princípio da não autoincriminação. A questão é se as pessoas poderiam ser compelidas a fornecer material genético, sendo compreendidas como um instrumento/objeto da atividade persecutória penal do Estado.

A partir do olhar crítico o capítulo analisa a coleta de material genético sem o consentimento da pessoa e a relação com o princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*). Essa análise compreende a Lei n° 12.654/12, que é responsável pela previsão expressa da coleta de perfil genético para fins de identificação criminal, sendo utilizada para justificar a manutenção dos dados de pessoas investigadas/acusadas no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) para posterior serventia na formação de lastro probatório criminal.

Aqui se pretende analisar: a) o princípio do *nemo tenetur se detegere* e o seu âmbito de alcance; b) a Lei n° 12.654/12 e a jurisprudência a respeito da coleta coercitiva de material genético; e c) a Resolução n° 09/2018 do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) e a prática processual envolvendo os bancos de dados.

A pesquisa bibliográfica que originou este capítulo, com método dedutivo e natureza exploratória, foi conduzida por meio da aferição de casos de violação do princípio do *nemo tenetur se detegere*, bem como da doutrina e jurisprudência que tratam a respeito do tema.

Nesse contexto, o capítulo está dividido em seções que apresentam: a) o princípio da não autoincriminação, até o reconhecimento do princípio no cenário brasileiro; b) a Lei n.º 12.654/12; e c) a abordagem prática da técnica da coleta de material biológico de perfis genéticos, com a análise específica da extração compulsória de perfil genético, avaliada especialmente sob o prisma do princípio do *nemo tenetur se detegere*. Pretende, nesse contexto, abrir espaços de discussão sobre o alcance do princípio da não autoincriminação que seja capaz de orientar e limitar a intervenção estatal ao nível de não instrumentalização e objetificação da humanidade.

O SISTEMA DE GARANTIAS E A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

O princípio da não autoincriminação, inerente ao direito ao silêncio, é uma estrutura que possui conteúdo valorativo que se impõe como filtro à manifestação do poder punitivo estatal. Uma estrutura que se manifesta da seguinte forma: a) direito ao silêncio; b) direito de não colaborar com a investigação ou instrução criminal, apresentando provas que prejudiquem a situação jurídica pessoal, não participando ativamente de procedimentos probatórios incriminatórios; e c) direito de não ceder seu corpo (total ou parcialmente) para a produção de prova *incriminatória*.

O limite posto pelo princípio, nesse caso, é muito mais que uma proteção ao investigado e/ou acusado durante um interrogatório, ele orienta a permissividade da recusa ao fornecimento de padrões vocais, grafia para perícia grafotécnica, bem como do perfil genético para comparação/equivalência de DNA. Por essa razão,

entende-se que a máxima do *nemo tenetur se detegere* é o gênero do qual se materializam direitos de preservação à liberdade, dentre eles o direito ao silêncio.

É nesse contexto, por exemplo, que Giacomolli (2015) orienta que em virtude da força normativa do princípio, deve-se impedir qualquer tipo de intervenção no indivíduo, contra a sua vontade, para a produção de prova. Nesses casos, não importa se se exigiria comportamentos positivos ou negativos, alcançando todos os graus de intervenção. A garantia contra a autoincriminação, assim, seria inviolável, não comportando exceções.

Por seu turno, existem aqueles que se opõem à interpretação restritiva do direito ao silêncio e das demais dimensões do princípio da não autoincriminação, uma vez que:

Por força do princípio da máxima efetividade dos direitos fundamentais (que são vinculantes e de aplicação direta e imediata CF, art. 5º, I), onde existe a mesma razão (*ratio legis*), deve preponderar o mesmo direito. [...] É nesse raciocínio (lógico e dedutivo) que descansa a base constitucional e internacional não só do direito ao silêncio, senão também de todas as (nove) dimensões da não auto-incriminação (Gomes, 2010).

Por outro lado, a respeito da segunda corrente, trata-se de doutrina majoritária. Destaca-se, nesse ponto, o autor Tovil (2008, p. 270), o qual considera que “a tendência no Direito estrangeiro é a de não conferir aos investigados direitos absolutos em face do Estado e da Sociedade”. Do mesmo modo, Queijo (2013) defende que, apesar de se tratar de um direito fundamental, a garantia do *nemo tenetur se detegere* não é absoluta, como todos os demais direitos, permitindo restrições desde que preservado o núcleo essencial do princípio, bem como fundamentado em uma lei estrita e prévia, guiada pelo princípio da proporcionalidade.

Nesse ponto, esclarece-se que, com a devida vênia, ambas as hipóteses apontadas parecem não ser suficientes para justificar restrições

ao princípio do *nemo tenetur se detegere*. Isso porque, a respeito da primeira teoria que se utiliza da ponderação para legitimar a participação da pessoa investigada/acusada na persecução penal, é evidente que o princípio da proporcionalidade se caracteriza por uma generalidade que não garante proteção ao *nemo tenetur se detegere*, não sendo suficiente para esclarecer situações em que existe a intervenção corporal, conforme muito bem apontado por Araújo (2020).

Ainda nessa esteira, Lopes Junior (2003, p. 349-350, grifo nosso) esmiúça sua crítica:

[...] pois consideramos que o ponto nevrálgico da questão não está na proporcionalidade entre a prova obtida e o sofrimento ou constrangimento infligido ao sujeito passivo, mas sim na *impossibilidade de restringir-se a garantia de não fazer prova contra si mesmo, em nenhum caso. Em jogo está a eficácia do direito de defesa negativo, da garantia do nemo tenetur se detegere, da presunção de inocência, da máxima eficácia do in dubio pro reo e de toda uma série de garantias que protegem o sujeito passivo e que não podem ser limitadas em nome, apenas, de uma suposta 'proporcionalidade'.*

Do mesmo modo, em referência à segunda teoria, é certo que pode existir comportamentos em que a pessoa acusada/investigada esteja submetida a ações que são mais agressivas do que quando participa ativamente do ato.

Logo, é necessário um olhar cauteloso para as propostas de limitação do princípio debatido, já que se tem visualizado com enorme frequência a discussão de uma atuação estatal pautada pelo combate incessante da criminalidade, em que se tem reduzido consideravelmente o grau de proteção dos direitos e garantias individuais da pessoa investigada ou acusada como uma maneira de se alcançar a ordem social. Contudo, deixa-se de existir qualquer segurança jurídica

quando a pretensão acusatória estatal recrudescer a tal ponto que não garante o fundamental para um processo penal democrático.

À vista disso, diante da característica de direito fundamental da pessoa investigada/acusada decorrente da proteção de sua liberdade de autodeterminação, torna-se de substancial importância a discussão a respeito da abordagem do princípio da não autoincriminação no direito brasileiro, especialmente sobre a possibilidade de sua restrição.

O PRINCÍPIO DO NEMO TENETUR SE DETEGERE E O SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO

O artigo 5º, inciso LXIII, da CF de 1988 dispõe que “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o *de permanecer calado*, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”; disciplina, assim, o direito ao silêncio como garantia do acusado, traduzido na possibilidade de não responder perguntas que lhe forem feitas, por exemplo.

Uma proteção que deve ser interpretada extensivamente, de modo que toda pessoa no espaço de imputação de responsabilidade penal deve ser protegida pelo direito ao silêncio. Logo, tanto a pessoa investigada durante um inquérito policial quanto a pessoa acusada no decorrer do processo criminal, estando ou não presa, possui a opção de permanecer calada durante a persecução penal.

A aplicação da norma constitucional ao processo, se vedada, acarretaria a incongruente situação de se conceder direitos e prerrogativas àquele de quem se suspeita da autoria da infração penal e retirá-los, em seguida, quando houvesse acusação formalizada na denúncia ou na queixa. Se assim o fosse, não apenas o direito ao silêncio, mas também a assistência da família e de advogado se restringiriam à fase extrajudicial, o que se afigura ilógico. [...] Da interpretação extensiva, aliada à interpretação lógica, conclui-se que direitos e garantias con-

cedidos no primeiro momento da persecução penal, antes de serem retirados com o término da fase extrajudicial, são mantidos em juízo (Haddad, 2005, p. 130).

O Pacto de Direito Civil e Políticos, o qual foi ratificado pelo Brasil, estando reunido no Decreto n° 592/1992, fixa em seu artigo 14, item 3, alínea g, que toda pessoa acusada de um delito terá direito, em plena igualdade, à garantia de *não ser obrigada a depor contra si mesma, nem se confessar culpada*.

Nesse cenário, também merece destaque o Pacto de San José da Costa Rica de 1969 (ou Convenção Americana sobre Direitos Humanos), compilado presente no Decreto n° 678, de 1992. No referido tratado ratificado pelo Brasil é garantido a toda pessoa “o direito de não ser obrigado a depor contra si mesmo ou declarar-se culpada”, bem como que a “confissão do acusado só será válida sem coação de nenhuma natureza”, conforme artigo 8°.

Para ilustrar, temos o cenário em que a testemunha, à qual é atribuída a obrigação de dizer a verdade nos termos do artigo 342 do Código Penal (CP), tem o direito de permanecer em silêncio diante de inquirições que possam converter-se em autoacusação. Consoante tal contexto, expõe-se uma ordem concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Habeas Corpus (HC) n° 330.559/SC, que no dia 25 de setembro de 2018 reconheceu nulidade de sentença que violou o direito ao silêncio de testemunha em nosso país, considerando que a proteção deve ser dada para qualquer pessoa que se encontre perante a atividade instrutória do Estado, sob o risco de produção de prova que lhe seja desfavorável.

Assim, resta evidenciado que a interpretação restritiva do texto constitucional e da lei processual penal pode levar ao enorme engano de aplicação circunscrita do princípio somente para as pessoas privadas de liberdade ou que estão sendo interrogadas durante uma investigação.

Do mesmo modo, a previsão constitucional e infraconstitucional deve ser interpretada de maneira extensa no que se refere às demais espécies decorrentes do gênero da não autoincriminação, tendo em vista que a máxima do *nemo tenetur se detegere* é muito mais que o princípio do silêncio garantido expressamente pelo nosso ordenamento jurídico. Deve alcançar, nesse sentido, a proteção da pessoa contra as formas de intervenção corporal.

Neste ponto, é importante analisar o perfil seguido pelos tribunais superiores do país, notadamente o Supremo Tribunal Federal (STF) e o STJ, tendo em vista as diversificadas interpretações adotadas nas decisões que os envolvem, ante a ausência de dispositivos legais que delimitam de maneira contumaz o âmbito de incidência do princípio do *nemo tenetur se detegere*.

Nesse sentido vale ressaltar os casos contidos no HC n° 83.096-o/RJ, em que foi reconhecido o direito do acusado de não fornecer seus padrões vocais para perícia. Além disso, cita-se ainda o HC n° 77.135/SP, em que o STF considerou que, em virtude do direito de não autoincriminação, o indiciado não pode ser compelido a fornecer padrões gráficos do próprio punho para exames periciais, já que o suposto autor de um delito não pode ser obrigado a formar prova capaz de levar à caracterização de sua culpa.

A quinta turma do STJ, por exemplo, reconheceu em sede de Recurso Ordinário (RO) em HC de n° 82.748/PI a ilegalidade do exame pericial realizado a partir da gravação de voz do acusado sem sua anuência expressa.

A decisão supracitada traz outras ressalvas fundamentais para o princípio da não autoincriminação. Isso porque o reportado entendimento jurisprudencial introduz no âmbito de incidência do mencionado princípio o direito da pessoa acusada de negar o fornecimento de seus padrões vocais para perícia, bem como o direito de não participar da reprodução simulada dos fatos, instituto expressamente previsto no artigo 7° do Código de Processo Penal (CPP) brasileiro.

Podemos perceber também decisões com uma discussão indireta no que se refere à instrução probatória mediante mecanismos de intervenção corporal coercitiva. Nesse contexto, cita-se, inicialmente, o HC n° 134.027/MG, impetrado perante o STF, no qual o paciente insurgiu-se contra decisão monocrática do STJ no HC n° 354.068/MG, indeferindo o pedido liminar em que foi requerido o reconhecimento da invalidade da prova colhida, sob o fundamento de que, ao recolher copos e colheres fornecidos para alimentação do imputado no sistema prisional para exame pericial, sem autorização, havia sido violado o princípio da não autoincriminação.

Ainda nesse sentido o STF entendeu que a perícia realizada em objetos pessoais do acusado, não existindo uma participação ativa deste, não contraria o princípio da não autoincriminação, posicionamento no qual o princípio do *nemo tenetur se detegere* seria violado diante de condutas ativas do acusado, sendo que as provas obtidas mediante o mero tolerar passivo não ultrapassa, por si só, a garantia contra a autoincriminação.

Por sua vez, em julgamento do RO em HC n° 162.702/RS, no dia 13 de setembro de 2022, a sexta turma do STJ decidiu dar provimento ao RO para declarar a nulidade da coleta compulsória de material genético. Merece a devida transcrição o trecho da ementa do acórdão do STJ:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. COLETA COMPULSÓRIA DE MATERIAL ORGÂNICO DE INVESTIGADO. INCLUSÃO DOS DADOS BIOLÓGICOS EM BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS. DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO. RECURSO PROVIDO. [...] 2. Uma das limitações cognitivas, de feição ética, ao poder-dever de apurar a verdade dos fatos, na persecução penal, é a *impossibilidade de se obrigar ou induzir o investigado/acusado a colaborar com a averiguação das próprias condutas e cooperar com a sua incriminação, por meio de declarações ou com a provisão de elementos que contribuam ao in-*

teresse punitivo estatal. [...] 6. Os precedentes desta Corte Superior no sentido de que a extração de saliva não representa método invasivo da intimidade se referem a casos em que o material genético foi encontrado em objetos descartados – como cigarros jogados no lixo ou copos de plástico utilizados e eliminados – ou quando a arrecadação do elemento biológico é consentida. 7. Recurso provido, para declarar a nulidade da coleta compulsória de material genético do recorrente e da inserção dos respectivos dados em banco estatal, além de determinar o desentranhamento das informações biológicas dos autos de eventual investigação ou processo em andamento, em desfavor do insurgente, por força dos atos descritos pelo Juízo Federal (RO em HC n° 162.702/RS, de 13 de setembro de 2022, grifo nosso).

Apesar do referido tribunal considerar a legalidade da prova pericial obtida mediante material genético do acusado deixado em objetos descartados, observa-se que o posicionamento da sexta turma é de que o imputado não pode ser obrigado a fornecer elementos que possam contribuir com a atividade instrutória estatal.

Ao julgar o HC de n° 15.5364/MG, nesse contexto, que foi impetrado contra acórdão proferido pela quinta turma do STJ no julgamento do *writ* 354.068/MG, o STF pronunciou-se mediante decisão monocrática, em que entendeu pela legalidade na decisão do tribunal *a quo*, manifestando ainda que a obtenção de perfil genético se vislumbra possível quando empregadas técnicas de intervenções “absolutamente indolores”.

O tribunal, assim, considera a possibilidade de intervenção coercitiva, desde que fundamentada em legislação específica, afastando a hipótese do contexto nacional, mesmo com a Lei n° 12.654/2012 já estando em vigor a mais de cinco anos da data do julgamento do *writ*. A esse respeito, o reportado entendimento corrobora imensamente o que será exposto neste capítulo, já que se defende a inviabilidade de coleta de materiais genéticos de maneira coercitiva, ante a própria ausência legislativa regulamentando a matéria.

Depreende-se desse cenário jurisprudencial que os tribunais superiores do país assumem uma posição garantista no sentido de que o âmbito de incidência do princípio do *nemo tenetur se detegere* vai além do direito ao silêncio, assegurando à pessoa investigada/acusada o direito de não participar de provas que possam resultar em sua autoincriminação.

As restrições ao *nemo tenetur se detegere* no Brasil exigem consciência e voluntariedade por parte da pessoa a quem é imputada a suposta autoria de um delito. Logo, o que se pressupõe desse cenário jurisprudencial é que as hipóteses de submissão coercitiva do imputado aos mecanismos de instrução probatória são excepcionais e não recomendadas para toda e qualquer situação, já que as pessoas não devem ser utilizadas como instrumento da atividade persecutória do Estado para sua própria responsabilização.

A LEI Nº 12.654/2012 E A IMPLEMENTAÇÃO DA COLETA DE PERFIS GENÉTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O CPP trouxe em seu título VII como meios probatórios os seguintes institutos: exame de corpo de delito, interrogatório do acusado, a confissão, a oitiva do ofendido e das testemunhas, o reconhecimento de pessoas, a acareação, os documentos e a busca e apreensão. Para a doutrina se trata de um rol não taxativo.

Nesse ponto, a Lei nº 12.654/12 é vista como primeiro dispositivo legal em nosso ordenamento jurídico responsável pela implementação da previsão de intervenção corporal mediante a coleta de material genético. Isso porque tal legislação promoveu alterações nas Leis nº 12.037/2009 e nº 7.210/1984 (LEP), ao possibilitar expressamente a coleta de material biológico para a obtenção do perfil genético do acusado.

A respeito do primeiro dispositivo legal modificado, sabe-se que se trata de instrumento para regulamentar o artigo 5º, inciso LVIII, da CF, ao passo que trouxe disposição a respeito das hipóteses excepcionais em que haverá identificação criminal do civilmente identificado. Como decorrência do reconhecimento desse instituto, a Lei nº 12.654/2012 inseriu então a possibilidade de coleta de perfil genético na hipótese de identificação criminal durante a persecução penal, isto é, no decurso da investigação policial e da ação penal em andamento.

Na hipótese em que a identificação criminal for essencial às investigações policiais, foi inserido o parágrafo único no artigo 5º da Lei nº 12.037/09, o qual possibilita expressamente a coleta de material biológico de perfis genéticos.

Desse modo, fica evidenciado que a legislação extravagante não faz qualquer menção expressa ao que seja considerado essencial às investigações, deixando uma ampla margem de atuação da autoridade judiciária, a qual pode, inclusive, decidir *ex officio*, isto é, sem qualquer valoração crítica heterônoma da justificação. Logo, por não existir um rol taxativo, o juiz pode determinar a realização de tal procedimento para qualquer crime, independentemente do nível de gravidade do delito. Não obstante, permitir a intervenção corporal para coleta de material genético já é uma forma de violência, imagine-se diante da faculdade da autoridade judiciária de determinar o uso de tal medida em qualquer crime.

Além do mais, o legislador, na redação original da Lei nº 12.654/12, deixou de trazer previsão expressa a respeito do cenário em que a pessoa acusada/investigada/condenada se recusa a fornecer o perfil genético, não regulamentando quanto à coerção para extração do material genético. Após a reforma promovida pelo Pacote Anticrime ou Lei nº 13.964/2019 é que foi inserida, no parágrafo 8º do artigo 9º-A da LEP, a previsão de configuração da falta grave na hipótese de recusa à submissão ao procedimento, mas se trata de uma consequência

negativa que, apesar de causar coação indireta, não obriga uma coleta compulsória, mediante o uso da força propriamente dita.

Podemos perceber também que, após alterações promovidas pelo referido Pacote Anticrime, a legislação que dispõe sobre a identificação criminal passou a firmar-se no seguinte sentido a respeito da exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados:

Art. 7º-A da Lei 12.037/2009: A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - no caso de absolvição do acusado; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - no caso de condenação do acusado, mediante requerimento, após decorridos 20 (vinte) anos do cumprimento da pena (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Brasil, 2019).

A referida alteração inova ao destacar a possibilidade de exclusão dos perfis dos bancos de dados nos casos em que a pessoa seja absolvida. Apesar disso, a redação desse dispositivo legal dá margem a críticas quando considera que, na hipótese de condenação, o acusado apenas pode requerer a exclusão de seu perfil genético dos bancos de dados quando passados 20 anos do cumprimento da pena. Nesse contexto, caracteriza uma violação ao princípio da dignidade humana, uma vez que os efeitos da pena permanecem para além do esgotamento da execução penal.

Para além disso, é cediço que a LEP assegura ao condenado e ao internado a garantia de todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, conforme texto do artigo 3º da Lei nº 7.210/1984. Do mesmo, o artigo 185 da referida legislação é expresso no sentido de que haverá excesso ou desvio de execução sempre que algum ato for praticado além dos limites fixados na sentença. Por sua vez, o artigo 38 do CP prevê que o preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade.

Dessa forma, quando dispõe que a exclusão do perfil genético da pessoa condenada somente será feita após 20 anos do cumprimento de sua reprimenda, resta clarividente que tal dispositivo insere efeitos para a pessoa sentenciada para mais do que sua própria sanção penal fixada em sentença, além de ferir a própria reabilitação do sentenciado, que deve alcançar todas as penas decorrentes da sentença definitiva, e ainda garantir o sigilo dos registros sobre seu processo e condenação, conforme artigo 93 do CP.

Também, mediante alterações promovidas pela lei destacada nesta seção, foi inserida na LEP a redação do artigo 9º -A, que estabelece a obrigatoriedade da identificação criminal, mediante extração de DNA. Tal procedimento tem lugar nos casos de condenação por crime doloso praticado com violência grave contra pessoa, crimes contra vida e dignidade sexual, bem como crime sexual contra vulnerável, conforme parágrafo 8º do citado artigo 9º -A.

Apesar do referido dispositivo legal mencionar hipóteses mais objetivas quanto às situações em que será determinada a coleta de perfil genético, deixou-se de estabelecer com precisão o que seriam crimes com violência de natureza grave contra pessoa.

Além do mais, é criticável o fato de ser determinada a submissão obrigatória à extração de DNA por ocasião do ingresso na unidade prisional, tendo em vista a manifesta violação do princípio da presunção de inocência constitucionalmente assegurada no artigo 5º, inciso LVII, da CF, posto que o mero ingresso no estabelecimento prisional para cumprimento provisório da pena não torna o indivíduo condenado definitivo pela prática do crime, já que depende necessariamente do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Vale destacar também o Projeto de Lei (PL) que tramita atualmente na Câmara dos Deputados, cujo parecer da Comissão de Segurança Pública foi favorável no sentido de alterar a redação do artigo 9º -A da LEP, com vistas a inserir em seu texto a obrigatoriedade de coleta de material genético para todo e qualquer crime doloso

com regime inicial fechado, passando-se a vigorar com o seguinte comando em seu *caput*: “O condenado à pena de reclusão em regime inicial fechado será submetido obrigatoriamente à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA (ácido desoxirribonucleico), por técnica adequada e indolor, por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional.”

Percebe-se que o projeto busca tornar o instituto da coleta de DNA uma prática processual ampla e desmotivada, trazendo um cenário de total insegurança jurídica. Esse contexto é ainda mais esbarreador quando se observa a ausência de regulamentação quanto aos pontos anteriormente citados, a exemplo da normalização da situação em que a pessoa se recusa à extração. Assim, caso aprovado, o texto ampliará o campo de violação, permanecendo a ausência de regulamentação sobre pontos essenciais.

Dando contorno à realidade prática de aplicação dessa legislação, sabe-se que a Lei nº 12.654/2012 não foi promulgada com a simples finalidade de regulamentar o armazenamento dos dados de perfis genéticos de pessoas investigadas/acusadas/condenadas para fins de identificação criminal. Isso porque tais dados têm sido utilizados como verdadeiros meios de provas durante a investigação e instrução processual de outros crimes. Isso fica evidente na leitura de dispositivos da própria Lei nº 12.037/2009, em seu artigo 7º -C, parágrafo 11º, e artigo 9º -A, parágrafo 2º, da Lei nº 7.210/1984.

Artigo 7º - C, § 11º da Lei 12.037/2009: A autoridade policial e o Ministério Público poderão requerer ao juiz competente, no caso de inquérito ou ação penal instaurados, o acesso ao Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Brasil, 2009).

Artigo 9º - A, § 2º da Lei 7.210/1984: A autoridade policial, federal ou estadual, poderá requerer ao juiz competente, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético (Brasil, 1984).

Percebe-se, portanto, que ao afirmar a possibilidade de acesso por parte da autoridade policial e do órgão ministerial aos bancos de dados, a legislação deixa manifesto o seu propósito de subsidiar investigações e instrução processual de outras ações penais em andamento, e não meramente para fins de identificação criminal. Diante desses marcos conceituais e legais, a Lei nº 12.654/2012 insere a metodologia da coleta de perfis genéticos em nosso ordenamento jurídico, mas não regulamenta por completo a matéria.

Em conformidade com o exposto, a Lei nº 12.654/2012 apresenta lacunas e preceitos abertos, de modo que não regula a hipótese em que o indivíduo se recusa à submissão de coleta de material biológico de perfis genéticos. Desse modo, buscando regulamentar esse dispositivo infraconstitucional, o Comitê Gestor da RIBPG, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, editou, no dia 13 de abril de 2018, a Resolução nº 09, por meio da qual buscou-se estabelecer

a padronização de procedimentos relativos à coleta obrigatória de material biológico para fins de inclusão, armazenamento e manutenção dos perfis genéticos nos bancos de dados que compõem a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, consoante artigo 1º.

Essa resolução veio, portanto, para tratar da matéria da coleta coercitiva de material genético das pessoas investigadas/acusadas/condenadas. Para isso, vale fortificar que ficou sedimentada a técnica a ser empregada durante a coleta obrigatória, tendo em vista a necessidade de servir-se de método indolor, cuja metodologia esteja descrita no Procedimento Operacional Padrão e diga respeito à coleta de células da mucosa oral. Isto posto, o parágrafo 2º do artigo 2º da resolução expressamente assentou a impossibilidade de utilização de técnicas envolvendo a coleta de sangue.

Ademais, a resolução trouxe previsão expressa a respeito da necessidade de o indivíduo submetido ao procedimento ser informado

acerca da fundamentação legal da intervenção. Sem embargo, esse dispositivo deve ser duramente criticado, na medida em que deixa de dispor sobre a necessidade de informar à pessoa quanto a possibilidade de se recusar a se submeter ao ato, como na hipótese da prisão em que a pessoa custodiada deverá ser imediatamente informada de seu direito de permanecer calada, nos termos do artigo 5º, inciso LXIII, da CF. Acerca disso, provoca Araújo (2020):

Tal previsão, porém, somente exige que a pessoa seja informada sobre a fundamentação legal da medida, o que não assegura que o indivíduo será informado – nos termos do artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal – sobre seus direitos naquela situação, como, por exemplo, o direito de se recusar a se submeter ao exame em vista do direito de não produzir provas contra si mesmo.

Também buscou regulamentar as consequências da recusa da pessoa em submeter-se à coleta do material genético com a redação do art. 8º da mencionada resolução, ressaltando a necessidade de comunicação da recusa para autoridade judiciária competente, a fim de que seja decidido sobre a submissão compulsória. Não foram desenvolvidos, no entanto, os critérios objetivos da submissão compulsória a esse mecanismo de intervenção. Sobre isso, a resolução deixou a definição livre e sem a obrigatoriedade de motivação.

Importante ainda ressaltar que a resolução é uma norma infralegal, que não deve versar sobre matéria de direito penal no âmbito oneroso à liberdade, já que para tanto é indispensável a obediência ao princípio da legalidade em todos os seus desdobramentos, isto é, a reserva legal que obedeça ao processo formal de promulgação, lei estrita e escrita, com anterioridade e taxatividade.

Dentre as premissas necessárias ao entendimento da inviabilidade de coleta coercitiva de material genético para fins de persecução penal anteriormente expostas, devemos frisar que, tratando-se a Lei nº 12.654/2012 e a Resolução nº 09/2018 de instrumentos legislativos

com uma finalidade meramente instrutória, o ordenamento jurídico brasileiro não regulamenta, de forma plena e suficiente, a matéria de intervenção corporal coercitiva para coleta de material biológico de perfis genéticos. Logo, mesmo para aqueles que defendem a possibilidade de restrição do princípio nas hipóteses expressamente previstas em lei, no Brasil ainda se trata de assunto não pacificado, tendo em vista a própria lacuna legislativa a esse respeito.

O STJ expressou-se, no Recurso em HC n° 147.743/PE, pela legalidade da coleta de material genético mantida pelo Tribunal de Justiça (TJ) do estado, ora autoridade coatora. Nessa decisão, entendeu que, quanto à inconstitucionalidade do dispositivo legal, esta deveria ser suscitada em meio processual próprio, tendo em vista a própria repercussão geral atribuída a esse tema, reconhecida em Recurso Extraordinário (RE) n° 973.837.

No RE n° 973.837, cujo mérito encontra-se ainda em discussão no STF, houve a demarcação de conclusão para decisão por parte do ministro relator Gilmar Mendes. Em que pese a pendência mencionada, o recurso merece destaque pela importância em suas movimentações processuais.

Nesse sentido, o primeiro ponto importante diz respeito ao acórdão que entendeu pela atribuição de repercussão geral ao assunto envolvendo a constitucionalidade (ou não) da Lei n° 12.654/12. A partir disso, a discussão a respeito dessa matéria dependerá da decisão a ser proferida nos autos supracitados.

Outro ponto importante diz respeito à própria movimentação processual do recurso. Isso porque, em resposta ao ofício expedido pelo ministro relator, o Instituto Nacional de Criminalística (INC) listou três possibilidades distintas de obtenção de perfil genético do agente diante de sua recusa à extração. Assim, ficou destacado: serão utilizados materiais biológicos coletados em eventuais exames de saúde feitos durante o período em que o indivíduo esteve custodiado; pode ser feita a coleta de objetos pessoais coletados em ambientes em

que o indivíduo permaneceu sob custódia; e de maneira mais restrita, a coleta em objetos pessoais obtidos a partir da busca e apreensão previamente autorizada pela autoridade judiciária competente.

Como parecer opinativo, a Procuradoria-Geral da República (PGR), por sua vez, se manifestou favoravelmente à constitucionalidade do artigo 9º-A da LEP. Contudo, ressaltou que a legislação destacada não tratou do emprego dos meios coercitivos. Nesse cenário, a Lei nº 12.654/12 seria constitucional quanto à coleta de material biológico de perfil genético de maneira voluntária.

É preciso observar que a prática processual, analisada a partir da execução das políticas do BNPG, revela um cenário no qual investigações são auxiliadas, crescentemente, pela comparação dos dados genéticos armazenados, sob o fundamento da apontada Lei nº 12.654/12 e suas normas decorrentes.

A UTILIZAÇÃO DA TÉCNICA DA COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO DE PERFIS GENÉTICOS NA PRÁTICA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA

Importante expor que, apesar da insuficiência legislativa sobre o tema, a prática processual penal evidencia um cenário de investigações auxiliadas pela RIBPG. O Decreto nº 7.950/2013 instituiu com a finalidade de armazenar dados de perfis genéticos coletados para subsidiar ações destinadas à apuração de crimes, ao permitir o compartilhamento e a comparação de perfis genéticos constantes nos bancos da União, dos estados e do Distrito Federal.

Atualmente, a rede é composta pelos bancos de perfis genéticos de 20 estados brasileiros, a saber: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, bem como pelo Banco Distrital e pelo Banco Federal de Perfis Genéticos

(BFPG). Após o envio dos perfis por parte dessas redes de laboratórios, será analisada a observância dos critérios de admissibilidade previstos no Manual de Procedimentos Operacionais, momento em que poderão compor o BNPG e, assim, poderão ser confrontados a nível interestadual com os perfis das 22 redes de laboratórios do país, bem como com os perfis genéticos enviados por outros países mediante auxílio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O confronto permite relacionar suspeitos a locais de crime ou diferentes locais de crime entre si.

Por conseguinte, a RIBPG divulgou o XVIII relatório semestral, referente ao período de novembro de 2022 a maio de 2023, demonstrando a distribuição dos perfis genéticos no BNPG de acordo com as categorias. Neste, restou evidenciado que a maior proporção se refere aos perfis de condenados, referente à previsão legal do artigo 9º - A da Lei 7.210/1984, representando um percentual de 74,79%; enquanto os vestígios de crime ocupam o segundo lugar com uma porcentagem de 14,61%, seguido dos restos mortais não identificados (4,32%) e familiares de pessoas desaparecidas (4,07%). Finalmente, em menor dimensão, têm-se os perfis de indivíduos identificados criminalmente, aqueles da Lei nº 12.037/2009, indicando 1,39%.

Esse relatório traz outros destaques fundamentais para o reconhecimento da utilização frequente dos bancos de perfis genéticos na prática processual penal brasileira. Isso porque observou-se um aumento significativo no número de coincidências confirmadas, seja a coincidência de perfis genéticos entre vestígios ou entre vestígios e indivíduo cadastrado criminalmente; bem como no número de investigações auxiliadas, entendido pelo valor acrescido para o processo investigatório.

Posto isto, foi constatado um acréscimo de 13,06% no que se refere ao número de coincidências confirmadas entre vestígios, as quais ocorrem diante da ligação de vestígios pelo Combined DNA Index System (CODIS) ou da coincidência entre os vestígios e restos mor-

tais não identificados. A respeito das coincidências confirmadas entre vestígio e indivíduo cadastrado criminalmente, verificou-se um incremento de 13,05%. Por fim, certificou-se que 12% das investigações foram auxiliadas pela RIBPG.

Os dados seguintes do referido relatório também corroboram todo o exposto, quando destacam que 41,5% dos perfis genéticos existentes na RIBPG de indivíduos cadastrados criminalmente estão relacionados com crimes patrimoniais. Podemos perceber que a ausência de uma lei taxativa e estrita nesse sentido leva a uma atuação estatal em que são coletados, em sua maioria, materiais genéticos de pessoas condenadas por crimes patrimoniais, os quais sequer estão previstos no rol do artigo 9º-A da Lei nº 7.210/89. Ademais, ao buscar identificar particularidade dos perfis genéticos presentes nos bancos de dados, lembra-se do positivismo criminológico no qual procura-se aspectos da criminalização na figura da pessoa condenada, de modo que, como bem preceitua Anitua (2007, p. 312), “[...] todo o sistema deveria atuar no sentido de conseguir, de forma objetiva, a defesa social contra aquele que está determinado a delinquir.”

Em breves linhas podemos dizer então que a finalidade da Lei nº 12.654/2012, ao trazer a possibilidade de coleta de material biológico de perfis genéticos de indivíduos na persecução penal quando essencial para as investigações policiais, bem como a viabilidade dessa coleta diante de condenados do artigo 9º-A da LEP, é meramente instrutória, não há que falar em fins de identificação criminal. Isso porque essa última busca individualizar a pessoa do meio social, o que não é o caso, já que restou demonstrado pelos dados da RIBPG que o seu uso tem sido constantemente empregado para auxílio em investigações e detecção de coincidência entre os vestígios encontrados nos locais do crime com os perfis genéticos dos indivíduos cadastrados criminalmente.

Desse modo, diante dos dados revelados pelo relatório semestral da RIBPG, fica evidenciado que a prática processual penal tem se de-

envolvido pelo uso cada vez mais frequente da comparação de perfis genéticos do investigado/acusado/condenado, inclusive com a sua submissão compulsória, sem qualquer respaldo legal que expressamente defina as hipóteses taxativas da coleta coercitiva. Logo, o fundamento utilizado pela rede refere-se a um instrumento legislativo com inúmeras lacunas e insuficiência para sustentar a intervenção corporal arbitrária.

Podemos perceber que a discussão sobre a viabilidade da coleta de material genético para fins de persecução penal encontra atritos no envolvente discurso científico de que a prova obtida a partir da comparação de perfis de DNA pode trazer segurança jurídica para a sociedade, diminuindo a sensação de impunidade, uma vez que garante a condenação do verdadeiro culpado do delito, ao ser comprovada geneticamente a presença do indivíduo na cena do crime. Ocorre que, nesse ponto, devemos rememorar que quando a história colocou o interrogatório como a “rainha das provas”, chegou-se ao extremo de considerar o sujeito acusado da prática de um delito como mero objeto da prova.

Ademais, é válido ressaltar que nenhuma prova pode ser considerada como superior às demais, já que o livre convencimento motivado do magistrado pode encontrar fundamentação na junção dos diversificados meios probatórios. Nesses termos, a exposição de motivos do nosso CPP é precisa: “todas as provas são relativas; nenhuma delas terá, *ex vi legis*, valor decisivo ou necessariamente maior prestígio que as outras”.

À vista disso, Lopes Junior (2020, p. 704) provoca a respeito do valor probatório da identificação genética e expõe:

[...] o exame de DNA é muito importante, e com certeza terá uma grande influência na formação da convicção do julgador, mas é apenas mais uma prova, sem qualquer supremacia jurídica sobre a prova testemunhal, por exemplo.

Como meio probatório, é inegável que o emprego da técnica da coleta coercitiva de material genético, na qual não se concede ao acusado a possibilidade de se recusar à produção de provas em seu desfavor, pode trazer à baila a triste lembrança dos mecanismos de tortura empregados durante a vigência do Tribunal da Santa Inquisição e, com isso, afastar a figura do indivíduo como um sujeito de direito.

Obrigar a pessoa a participar de mecanismos de intervenção corporal, ainda que indolores, no qual se obterá provas contra sua liberdade, é uma clara violação ao princípio que lhe garante não se descobrir.

Além do mais, é ilógico exigir do sujeito passivo uma colaboração ativa na instrução processual penal, já que o ônus da prova incumbe a quem acusa. Desse modo, citando Badaró (2003, p. 233), “[...] princípio do *in dubio pro reo* impede que se imponha ao acusado qualquer ônus probatório na ação penal condenatória, mesmo em relação às excludentes de ilicitude de culpabilidade”. Logo, não é razoável que o ônus da formação da carga probatória seja atribuído ao indivíduo que está sendo acusado de um delito e só tende a se prejudicar com a instrução, uma vez que este não tem a obrigação de provar sua culpabilidade, a qual deve ser afastada no caso de dúvidas, uma vez que a inocência se presume e somente pode ser descaracterizada diante do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Também, como já demonstrado, existe no Brasil uma clara insuficiência legislativa a respeito da matéria examinada, já que a Lei nº 12.654/12, ainda que em consonância com a norma infralegal da Resolução nº 09/2018, não traz uma previsão legal que discrimine de maneira específica e pormenorizada quanto à obtenção compulsória de dados de perfis genéticos.

Assim, considerando que a ordem constitucional de 1988 estabeleceu que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (artigo 5º, inciso II), as pessoas não podem ter nenhuma obrigação em fornecer seu material biológico diante de critérios fixados arbitrariamente a partir de uma decisão

judicial avaliada de acordo com o caso concreto. Logo, apesar de o CPP trazer um rol exemplificativo dos meios de provas empregados no direito brasileiro, é cediço que esse fator não autoriza a extração compulsória de perfis genéticos de investigados/acusados/condenados para servir como mais uma espécie de prova. Dessa forma, deve ser criticada a posição que considera a figura do magistrado investido de poderes para determinar de ofício a produção de provas que envolve matéria de intervenção corporal, sobretudo porque se trata de disciplina de grande controvérsia justamente pela possibilidade de violação do princípio debatido e pela própria descaracterização do sistema acusatório, em que são distanciadas da figura do juiz as funções de acusação e defesa.

Vale ressaltar ainda que mecanismos de coerção indireta, a exemplo da configuração de falta grave do artigo 9º-A, parágrafo 8º, da LEP, figuram-se ilógicos e violam o direito de não se autoincriminar e da própria dignidade humana, uma vez que dizer que as técnicas empregadas são indolores não significa que está sendo preservado o direito de privacidade, autonomia e integridade física do indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se a importância de analisar criticamente a coleta coercitiva de material genético para fins de persecução penal como uma forma de violação do princípio que garante ao indivíduo a proteção contra arbitrariedade estatal, uma vez que o imputado não deve ser utilizado como um instrumento da atividade instrutória do Estado.

Nesse contexto, o artigo 5º, inciso LXIII, da CF de 1988, que estabelece o direito ao silêncio como direito fundamental, deve ser compreendido extensivamente no sentido de proteger o sujeito passivo da produção de provas em seu desfavor, sendo este, inclusive, o entendimento deduzido da leitura jurisprudencial garantista dos tribunais superiores destacada ao longo deste capítulo.

Nossa colaboração conclusiva se concretiza quando elucidado o cenário de violação ao princípio do *nemo tenetur se detegere*, decorrente da utilização da Lei nº 12.654/12 como dispositivo legal de fundamentação da prática envolvendo o uso de banco de dados de perfis genéticos na instrução processual penal.

Nota-se, nesse contexto, a necessidade de se buscar uma legislação que regulamente por completo a matéria envolvendo a coleta de material genético para fins de persecução penal propriamente dito, sem que seja decorrente de um desvio de finalidade, como no caso da Lei nº 12.654/2012. Por conseguinte, que seja regulamentada a possibilidade de recusa do indivíduo à extração de DNA e, inclusive, que este seja informado previamente a respeito da possibilidade de negar-se a participar do procedimento, em respeito à garantia da não autoincriminação, a fim de que a pessoa seja preservada como sujeito de direito, vedando o seu tratamento como um objeto da atividade instrutória do Estado.

REFERÊNCIAS

ANITUA, Gabriel Ignacio. *História dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

ARAÚJO, Maria Paes Barreto de. *Intervenções corporais coercitivas e direito de não produzir provas contra si mesmo: análise sob à luz dos julgados da Corte Europeia de Direitos Humanos*. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Ônus da Prova no Processo Penal*. São Paulo: Editora Revista de Tribunais, 2003.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. *Condenados por crimes dolosos podem ter coleta obrigatória de DNA*. Brasília, DF: Senado Federal, 2023a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/05/02/condenados-por-crimes-dolosos-podem-ter-coleta-obrigatoria-de-dna>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.037, de 1 de outubro de 2009. Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 2 out. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12037.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.654, de 28 de maio de 2012. Altera as Leis nºs 12.037, de 1º de outubro de 2009, e 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para prever a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 29 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12654.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Parecer nº 7/2017.RE 973837. *Procuradoria-Geral da República*, Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=313604115&ext=.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 147743. Relator Ministro Sebastião Reis Junior. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 26 jun. 2023b. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=DTXT&livre=%28%28+%28147743%29.PART.%29%29+E+%2216816+195928427%22.COD.&thesaurus=&p=true&operador=E>. Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 162703/RS (2022/00877656-1). Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 13 set. 2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/SearchBRS>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. RHC 82.748 PI 2017/73971-7. Rel. Min. Feliz Fischer. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 12 dez. 2017b. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549825079/recurso-ordinario-em-habeas-corpus-rhc-82748-pi-2017-0073951-7/inteiro-teor-549825101?ref=juris-tabs>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). HC 77.135-8. Rel. Min. Ilmar Galvão. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 8 set. 1998. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjuri10508/false>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). HC 83.096-0. Rel. Min. Ellen Gracie. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 18 nov. 2003. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br> Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79246>. Acesso em: 5 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 134.027. Rel. Min. Edson Fachin. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 13 abr. 2016a. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despacho625008/false>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 155364 / MG. Rel. Min. Alexandre de Moraes. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/despachog46511/false>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 973837. Relator Ministro Gilmar Mendes. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, 23 jun. 2016b. Disponível em: <https://jurisprudencia.Stf.jus.br/pages/Search/repercussao-geral8684/false>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. RE 973837. Relator Ministro Gilmar Mendes. *Supremo Tribunal Federal*, Brasília, DF, [6 jun. 2016c]. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultar_processoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4991018. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. XVIII Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (maio/2023). Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/relatorio/xviii-relatorio-da-rede-integrada-de-bancos-de-perfis-geneticos-maio-2023/view>. Acesso em: 9 set. 2023.

COUCEIRO, João Claudio. *A garantia constitucional do direito ao silêncio*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. v. 8.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

GIACOMOLLI, Nereu José. *O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Luiz Flávio. Princípio da não auto-incriminação: significado, conteúdo, base jurídica e âmbito de incidência. *JusBrasil*, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/principio-da-nao-auto-incriminacao-significado-conteudo-base-juridica-e-ambito-de-incidencia/2066298>. Acesso em: 11 ago. 2023.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. *A constitucionalidade do exame de DNA compulsório em processos criminais e propostas de sua regulamentação*. Rio de Janeiro: Revista da Emerj, 2007. v. 10. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista39/Revista39_216.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. *Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação*. Campinas: Bookseller, 2005.

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LOPES JUNIOR, Aury. *Sistemas de Investigação Preliminar no Processo Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

MARIANO JÚNIOR, Alberto Ribeiro. A (des)regularização da obtenção do material genético no processo penal brasileiro: arbitrariedade e autoritarismo. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Brasília, DF, v. 4, n. 14, p. 98-112, 2015.

QUEIJO, Maria Elizabeth. *O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

QUEIJO, Maria Elizabeth. *O princípio nemo tenetur se detegere e a coleta de material genético: identificação criminal ou colaboração na produção da prova?*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2013. Disponível em: <https://ibccrim.org.br/noticias/exibir/5857/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v. 3.

TOVIL, Joel. A proteção contra a auto-acusação compulsória aplicada à persecução penal. In: LIMA, Marcellus P. (coord.). *Estudos Criminais em Homenagem a Weber Martins Batista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TROIS NETO, Paulo Mário Canabarro. *Direito à não autoincriminação e direito ao silêncio*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

A MEDIAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: uma reflexão necessária diante da assunção do sistema multiportas

Thaize de Carvalho Correia

INTRODUÇÃO

Apesar do punho autoritário que ambienta o sistema de justiça criminal brasileiro e, nessa quadra, ser o processo penal, muitas vezes, um obstáculo à concretização de direitos fundamentais, é preciso pensar grande e defender ideais aparentemente utópicos.

Partindo da premissa igualitária e redutora de danos programada na Constituição Federal (CF) de 1988 e eleita por diversos diplomas convencionais sobre a temática, nota-se que as críticas edificadas sobre a situação do processo penal são insuficientes, pois não conseguem alterar o centro de gravitação do problema, apesar de exporem as vísceras apodrecidas do cadáver que teima em não morrer: o velho e inquisitório modo de fazer justiça criminal, que segue enjaulando pessoais nas mesmas masmorras fedidas e inúteis de sempre.

Propor soluções para que, enfim, a opção democrática seja instaurada é, portanto, urgente. Por isso a defesa da mediação penal como forma de abordar os conflitos penais, a partir de uma perspectiva crítica sobre o sistema criminal pátrio, acrescida de uma abordagem propositiva, diante da impermeabilidade do sistema às doutrinas que

denunciam a manutenção de um sistema inquisitivo que efetiva a imposição de dor e sofrimento, sem alcançar, entretanto, os objetivos que declara, como proteção de bem jurídico e contenção da barbárie.

Para tanto, é preciso percorrer os caminhos críticos sobre o atuar penal, conhecendo as correntes criminológicas que demonstram que as justificativas do punir pautam-se em argumentos duvidosos, especialmente do ponto de vista da real intenção do direito material e processual penal.

Ao se atentar que o problema dos rótulos criminais estatais se pauta em critérios de raça, por exemplo, distanciando-se, assim, dos fins declarados do sistema criminal, nota-se que os institutos, muitas vezes, são manipulados para atender a mesma racionalidade aflitiva, sem, entretanto, cumprir as promessas propagadas.

A força da empreitada é tamanha que até quando o Estado empunha as críticas das criminologias e adota institutos pretensamente menos aflitivos, os sinais se invertem para ampliar o punitivismo, maquiando a missão de manutenção de um *status quo* que continua invizibilizando, via persecução penal, os mesmos de sempre: negros, jovens e periféricos.

O processo penal é essencial nessa tarefa de moer esses corpos. Pensado e estruturado para ser instrumento de aplicação das consequências de sempre, as categorias simplesmente são aplicadas, imunes às constatações autoritárias; e segue o Estado, via processo penal, guiado pela lógica punitivista em expansão, apesar da nova nomenclatura adotada pós-1988.

Dar nome às coisas não as torna aquilo que se diz que elas são (Casara, 2018).

Também não tem adiantado a denúncia de que não se é acusatório. Por isso a estratégia deve ser propositiva, além de criticamente reflexiva. Com o cuidado necessário à não ampliação do direito de punir, novas técnicas devem ser propostas e, localizadas dentro de uma política criminal ajustada ao sistema constitucional brasileiro,

moldadas para serem úteis nessa tarefa de implementação do modelo acusatório.

A ideia de contenção da barbárie pela titularidade estatal do poder de punir já foi objeto de apuração pela criminologia, que, ao questionar a justificativa da sanção penal ser pública e, portanto, racional, demonstrou, ao contrário, que a expansão do direito penal ocasiona mais problemas e, portanto, desarmonia social.

Apesar disso, os mecanismos utilizados na defesa da tutela de bens jurídicos continuam em franca expansão. Isolando a vítima e seus desejos, o processo penal segue inalterado para, com a imposição da mesma pena e sem qualquer participação dos envolvidos no conflito, o Estado seguir lotando o sistema carcerário.

Por isso é preciso apresentar solução ampliada de tratamento penal aos casos dessa natureza, refundando o sistema por dentro, pois a adoção das propostas exige a imersão em uma política criminal totalmente reformada e, então, condizente com os ditames republicanos estabelecidos nos documentos primazes.

É preciso, portanto, mais do que defender a imediata implementação do sistema acusatório e a criação de uma nova legislação. Além de separar as funções de julgar e administrar, hoje exercidas de forma aglutinada pelos juízes, faz-se mister alterar a cultura que permeia as ações dos atores do sistema de justiça criminal, barreira mais difícil de ser suplantada, por certo, para que o modelo acusatório seja, enfim, adotado.

Assim, partindo do sistema processual essencialmente acusatório e do seu não preenchimento neste quadrante da América, pretende-se, neste capítulo, debater e defender a possibilidade de implementar a mediação como forma de resolução dos problemas penais, tendo como sul (e não como “norte”, pois a redação decolonial foge da naturalização de acreditar que “as coisas do norte” que são boas e paradigmáticas) o horizonte minimalista em que se ancora o sistema acusatório e seus princípios correlatos.

Na tarefa de contemplar a horizontalização da Justiça, com participação dos envolvidos, por meio de um procedimento guiado por um terceiro diferente dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público (apesar da atuação desse último nos encaminhamentos e fiscalizações), pretende-se avaliar outras formas de proteção de bens jurídicos.

É preciso, de início, considerar que a vocação da política criminal atual é aflitiva e desastrosa, além de ser pautada em marcadores não democráticos e que, apesar de algum esforço legislativo na tentativa de diversificar o sistema, diante da inquisitorialidade impregnada, essas propostas de recuo e contenção do poder punitivo são desvirtuadas e atendem ao punitivismo eficientista.

Assim, a partir de estudos como o de Ana Flauzina e Thula Pires se pretende demonstrar as bases desiguais que pautam o direito penal material e o seu projeto de assujeitamento de pessoas e, por conseguinte, defender um tratamento efetivo e ajustável aos interesses e necessidades dos envolvidos na situação problema para, efetivamente, evitar os processos secundários de vitimização e de criminalidade.

Como marco teórico do processo penal e manutenção do seu tom autoritário, são os ensinamentos de Ricardo Gloeckner que darão base à defesa deste capítulo, pois, ao expor os traços e marcadores inquisitivos do processo penal brasileiro em razão da herança italiana, o autor traz à tona as intenções autoritárias disfarçadas no argumento do instrumentalismo.

Ao alijar do processo, por meio de suas etiquetas próprias como vestes, linguagem e até arquitetura, as partes envolvidas no conflito, os atores do sistema de justiça, se atomizam para reproduzir, sem muita reflexão, uma intervenção estatal desmedida (logo, abusiva) e sem utilidade, já que apenas causando dor.

Intencionado a retirar o leitor da zona de conforto, este capítulo propõe uma abordagem inversa ao atual espetáculo de terror em que se localiza o processo penal, ao oferecer contributos mais gerais

na construção de uma sociedade mais fraterna e igualitária, capaz de refazer os elos perdidos pela modernidade líquida denunciada por Zygmunt Bauman (2001).

Assim, repesando o crime e com ele a própria ideia de gravidade, o capítulo segue as linhas dos abolicionistas, como Louk Hulsman, para, concordando com suas premissas sem necessariamente aderir às suas soluções, refletir sobre outras respostas para os mesmos problemas, com participação das partes e desfecho diferente da atual e uníssona imposição de pena.

Ao empreender contribuições para uma política criminal mais humana e, portanto, menos aflitiva, este breve capítulo encontra-se na complementação de estudos que visam alterar o atual tratamento penal brasileiro, questionando sua tendência punitivista, que se perpetua pela adoção de um processo penal inquisitório, com o objetivo de colapsar por dentro essas estruturas, possibilitando, assim, a edificação do sistema acusatório.

AINDA É PRECISO FALAR SOBRE A ADOÇÃO DO SISTEMA PROCESSUAL PENAL ACUSATÓRIO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Partindo do minimalismo¹ e de sua necessária repercussão no processo penal como imposição democrática de um direito penal realmente subsidiário, é necessário demarcar as bases e os desafios do sistema de justiça criminal brasileiro. Porém não sem antes desmascarar suas falsas promessas e incidência desigual por meio

¹ É Vera Regina Pereira de Andrade quem esclarece que os movimentos minimalistas (e também o abolicionismo) que se opõem ao eficientismo (Alessandro Baratta e Eugênio Zaffaroni são seus representantes). Há ainda, como esclarece a autora, o movimento minimalista encarado como relegitimador do sistema penal, dando-lhe, entretanto, novos contornos (Luigi Ferrajoli é seu representante). É o chamado minimalista fim em si mesmo – a autora deste capítulo adota como marco teórico o minimalismo fim em si mesmo.

de uma suposta técnica neutra e científica. Isso a fim de apresentar uma opção legislativa que integre a população, ainda que por meio do conflito rotulado como criminoso, possibilitando alternativas ao atual, frio e incompleto modelo de processo penal afilitivo.

A fim de discutir o cabimento da mediação entre vítima e agressor no processo penal brasileiro é imperioso tratar das premissas fixadas pela CF de 1988 e as necessárias adequações legislativa, administrativa e, também, na postura das agências de controle do sistema de justiça.

Para tanto, adota-se o minimalismo como marco teórico na tarefa de realização de um processo penal que atenda aos fins programados pela CF de 1988 e pelos documentos internacionais, que também ordenam o sistema de justiça brasileiro, pois nunca é demais frisar que não há fracasso na desigualdade imposta pelo direito penal que pretende conter determinadas pessoas, como bem alerta Thula Pires (2018) ao explicar a existência de categorias baseadas na raça, que instituem uma linha que separa duas zonas: a do humano (zona do ser) e a do não humano (zona do não ser).

Partido, assim, da ambiência minimalista, o processo penal deve seguir a lógica e parâmetros acusatórios, como delineado pela ordem constitucional e internacional vigente, que adota uma política criminal redutora de danos.

Ao analisar, de forma breve, a história da legislação brasileira, nota-se que o interesse dos destinatários da regulação pouco ou nada foi observado, já que desde a “descoberta”, uma minoria lusitana impôs suas ordenações (Manuelinas, Afonsinas e posteriormente Filipinas) a uma maioria composta de índios docilmente dominados e negros tratados como ferramentas de trabalho não passíveis de salvação (Flauzina, 2006). A legislação voltou-se mais a explorar as riquezas da colônia do que a harmonizar a vida em sociedade, pois não havia a intenção de instituir, nesse lado do globo, um novo Portugal (Passos, 2012).

A não incorporação do sistema acusatório pelo Brasil afirma o hábito de regular a sociedade prescindindo de sua participação e sem considerar seus reais interesses, mantendo-se a praxe de empurrar leis de alto para baixo, “goela adentro” (Passos, 2012).

Assim, a ordem jurídica brasileira jamais teve a cara do Brasil, pois conformada, segundo Calmon de Passos, via importação, para coibir o verdadeiro rosto com a máscara da civilização vinda de fora e atender interesses da classe dominante (Santos, 2018).

É preciso registrar as ausências. O silêncio brasileiro, ou melhor, latino-americano, em relação à construção de uma teoria criminológica é eloquente (Castro, 2005; Del Olmo, 2004) e se reflete no processo penal que, apesar da nova ordem e da imposição de uma ruptura, segue sendo ressignificado para se manter autoritário graças a uma concepção dita instrumental (Gloeckner, 2018).

Ao alertar que a premissa da instrumentalidade do processo mantém uma ideologia condizente com o pensamento autoritário, Gloeckner chama a atenção para a incompatibilidade dessa premissa com o sistema programado pela CF de 1988. Ao expor a necessidade não só de separar a função de julgar da tarefa de acusar, mas manter o juiz passivo, especialmente no que toca a produção probatória, o autor demonstra as frustrações legais e comportamentais do projeto constitucional, já que o Código de Processo Penal (CPP) vigente, mesmo alterado em 2008 e, mais recentemente, em 2019, mantém o protagonismo judicial.

É essencial romper com a subordinação do processo como mero caminho para a aplicação da lei material, dando a musculatura constitucional necessária a esse ramo do direito.

Não se pode ser ingênua e ingênuo e acreditar que é a inclusão de um sistema multiportas de resolução de conflitos que concretizará as programações democráticas acusatórias. Mas com certeza a implementação da mediação só é possível dentro de um sistema

verdadeiramente acusatório, imerso em uma política criminal minimalista, correspondente com um processo penal limitador.

Nesse sentido, sabe-se que a necessidade de alteração é plural, vez que as mudanças são inúmeras, mas a precedente e mais importante é a mentalidade política com que se lê e, principalmente, como se escreve o processo penal. Até porque a força mais eficiente do sistema penal não é a imposição da pena (Zaffaroni, 2001), mas o seu poder configurador, visando gerir a vida dos mais vulneráveis, dos criminalizados. Esse método é eficaz, pois, seguindo as linhas do quanto defendido por Flauzina, a população negra internalizou o processo de subalternidade, assumindo a inferioridade como parte da constituição do seu caráter (Flauzina, 2006).

A adoção do sistema acusatório como único adequado ao projeto democrático vai além da técnica, vez que exige uma postura inédita do ponto de vista político, sendo este o primeiro nível de mudança que se faz essencial na tarefa de refundar o processo penal.

O caminho necessário para essas alterações não admite ordem oposta, pois primeiro se definem as opções políticas do processo para, a partir daí, se elaborar leis no sentido de concretizar o paradigma democrático: o acusatório.

A incorporação do sistema multiportas exige a assunção do processo acusatório, centrado em uma política criminal republicana – logo, minimalista e igualitária, usando o processo penal como dique de contenção (Zaffaroni, 2001).

A nova ordem democrática imposta pela CF de 1988 determina uma inédita finalidade ao processo penal, consagrando-o como limitador do poder punitivo. Isso implica em mudanças capilarizadas e profundas, devendo se entender a nova perspectiva política para, a partir dela, se implementar as alterações.

Essa metamorfose, portanto, decorre da adoção de um projeto de Estado com a adoção de uma nova ordem constitucional e de um

modelo inédito de atuação de todos os atores jurídicos, o que exige rupturas gerais.

O rompimento com o modelo inquisitorial enfrenta barreiras de diversas ordens, entre elas, a ausência de vontade dos magistrados de desocuparem a zona de conforto em que se encontram, sabendo ou não que fazem parte de uma ideologia ancorada na defesa social por meio de um processo penal instrumental, decorrente da tradição inquisitorial em que ainda está imerso.

Essa superação exige uma renovação consolidada, porém essa realidade não foi assumida pela classe político-jurídica, como salienta Fauzi Choukr ao ponderar sobre a urgência de conscientização da necessidade de uma verdadeira refundação processual (Choukr, 2016), como ocorreu em outros países no mesmo contexto político.

Dentro dessa nova musculatura está o sistema multiportas de Justiça, pois se o crime é, antes de tudo e muitas vezes, um problema de duas pessoas determinadas, pode-se pensar o direito como meio de pacificação e convívio social.

Esse movimento, além de dar significado às determinações constitucionais que permanecem no plano simbólico, desnuda o processo penal vigente, que segue acobertando, para manter, as categorias herdadas do inquisitorialismo, impossibilitando o afloramento do sentimento político e jurídico pós-1988.

Para tanto é preciso abandonar a ideia de que todo cidadão que pratica uma conduta criminalizada significa uma ameaça à coletividade e/ou ao Estado, abrindo e ampliando o tratamento estatal e substituindo o controle punitivo, institucionalizado e fechado em relação aos anseios dos diretamente envolvidos no conflito.

Dito isso, considerando que a racionalidade penal moderna constitui um obstáculo epistemológico ao conhecimento da questão penal (Pires, 2004) e, ao mesmo tempo, à inovação, isto é, à criação de uma nova racionalidade e de uma outra estrutura normativa, inovar é urgente.

A MEDIAÇÃO COMO VIA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PENAIS

Fixadas as premissas básicas sobre o sistema processual que se pretende que a mediação implemente, faz-se necessário entender que essa via de solução de conflito é mais do que plausível no nosso ordenamento jurídico, é um meio necessário de horizontalização da resposta aos problemas rotulados como criminosos.

Aliás, a pretensão não é apenas adequar a mediação ao sistema acusatório, mas sim o implementar a partir da defesa dela. A recepção pela opção não afluiva exige um atuar penal diferente, voltado para uma nova abordagem do crime e, também, um olhar inédito direcionado ao transgressor.

A proposta, ainda, se insere dentro de um ponto de vista positivo em relação ao conflito, enxergando-o como uma oportunidade para a reconfiguração social, e já é uma realidade em países da América Latina como Chile e Uruguai, nações que passaram por reformas processuais penais e alteraram suas intervenções nesse campo.

Diante de tantos fatores (redemocratização e números do cárcere, entre muitos outros) é preciso diversificar as respostas aos problemas penais, sendo a mediação uma saída adequada a esse fim, pois oportunizar o encontro das partes atingidas pelo delito é alterar profundamente a configuração e a modelagem da cidadania, concretizando a democracia para além da mera representação por meio do voto no período de eleição, além de incluir a vítima no processo de construção de resposta aos seus problemas rotulados como crime.

Assim, ao invés de reprimir e constranger, o processo penal pode acolher meios negociais, e isso independe da atual mentalidade da maioria da comunidade, pois muitos cidadãos defendem mais rigor punitivo sem entender exatamente o que isso significa, seguindo, muitas vezes, opiniões desprovidas de ponderação, incluindo nessa ausência o resultado prático do efeito deletério do cárcere.

Essa constatação implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa, devendo ser redefinido e ampliado o campo político a fim de possibilitar a repolitização global da prática social, permitindo a criação de novas oportunidades para o exercício amplo da cidadania, abandonando a ideia liberal que restringia o conceito de cidadão ao homem eleitor.

Sobre o tema, Vera Regina Pereira de Andrade (2003) propõe uma cidadania participativa, redutora do sistema penal, a permitir o envolvimento popular nas demais tomadas de decisão. Então, deixa o homem de ser apenas eleitor, já que reduzir o exercício da cidadania ao fenômeno eleitoral diminui o fazer política, na sociedade civil, ao momento eleitoral, designando aos cidadãos onde, como e quando estão autorizados a fazê-la e a ter acesso ao espaço público.

Ao propor uma amplificação da cidadania, sem desvalorizar a validade e a importância dos direitos políticos, a autora sugere a pluralização da univocidade de sentido em que o liberalismo jurídico aprisionou a dimensão da cidadania, salientando a necessidade de dinamizá-la e resgatar sua historicidade e dimensão política em sentido amplo, pois seus limites são evidentes, alerta a autora, devendo essa nova onda reverberar no processo penal, pois sua atual configuração é insuficiente, devendo o Estado conhecer, para ponderar e acolher com os ajustes necessários, as recomendações do Convênio Europeu sobre a Indenização às Vítimas de Delitos Violentos (1983) e a Declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas (1985).

Essas recomendações tendem a melhorar o trato que se destina às vítimas.

Essa inclusão, segundo destaca Elena Larrauri (1991), reduziria a vitimização secundária implementada pelo tratamento desatencioso de toda persecução penal ofertado por polícia, membros do Ministério Público e Poder Judiciário.

A formalidade e unicidade da sanção penal afasta a vítima das instâncias oficiais de controle, ficando suas questões à margem

das preocupações criminais, situação que reforça a manutenção do *status* de vítima.

Elena Larrauri (1991), ao recordar as cifras ocultas do direito penal, destaca que muitos delitos não são registrados por essa omissão estatal em relação às vítimas, que muitas vezes não obtêm a solução desejada do sistema e acabam resolvendo suas questões fora dele. Fria também que muitas nem sabem que foram vítimas de um crime, pois muitos comportamentos são naturalizados, apesar de penalmente típicos.

Ao abordar o tema, Alessandra Prado e Ney Menezes Oliveira Filho (2018) salientam que a cifra oculta da criminalidade não compromete apenas a imprescindibilidade da solução penal, mas desafia também a própria produção de dados sobre os conflitos apresentados ao sistema penal. Arrematam ao afirmar que se as pessoas, em geral, já ficam assustadas com a ideia de impunidade, caso soubessem do número total de eventos criminalizáveis, o resultado seria devastador, pois estariam mais insatisfeitas ainda com a resposta simplista e artificial traduzida no binômio crime/pena.

Essa desatenção às vítimas também informa o baixo nível de democracia em que o processo penal brasileiro se encontra, pela subtração do conflito e resolução hermética e uníssona de problemas que, muitas vezes, são de duas pessoas.

Ampliar a cidadania é, também, dar consciência e poder às vítimas para que, sabendo que são atingidas pelos delitos, possam resolvê-los, concretizando, por derradeiro, a democracia – que passa de representativa para participativa –, além de tratar da causa penal.

Nessa linha, o agressor também é integrado, podendo participar da construção da solução e, entendendo a repercussão das suas ações, optar por caminhos diversos, não violadores de bens jurídicos.

Aproximar as partes envolvidas no conflito, bem como toda sociedade sabedora do problema rotulado como penal, é vetor de expansão da cidadania, na medida em que a resposta estatal é desigual (certos

setores sociais e bairros da cidade são menos importantes para a polícia, por exemplo, que escolhe quem é mais ou menos destinatário de proteção estatal), demorada (os atendimentos das ocorrências podem não ser imediatos, bem como as sentenças penais levam muito tempo para serem proferidas) e, muitas vezes, inadequada (a imposição de uma pena pode não corresponder às expectativas e necessidades daquela comunidade específica, que tem dinâmicas e anseios próprios).

Na esteira abolicionista, Thomas Mathiesen (1997, p. 270) defende que “Hoje em dia, uma mudança cultural no sistema penal e uma mudança na direção de um senso de responsabilidade pessoal por parte daqueles que lá trabalham é muito necessário”.

Para o citado abolicionista, questões mais importantes do que o cárcere deveriam ser as preocupações centrais do Estado no trato com o crime, entre elas, apoiar as vítimas de diversas formas, aumentando a proteção e diminuindo a punição do transgressor.

Enfim, pontuando todos os atuais problemas verificados no sistema penal atual, o autor busca o desenvolvimento de um espaço público alternativo na área da política penal, contendo três componentes: a) a liberação do que ele chama de poder absorvente dos meios de comunicação em massa; b) a restauração da autoestima e o sentimento de confiança por parte dos movimentos organizados de baixo para cima; e c) a restauração do sentimento de responsabilidade por parte dos intelectuais, no sentido mais amplo da palavra.

Eugenio Raúl Zaffaroni (2007) apresenta a ideia do quitandeiro, fazendo uma alusão à finalidade do direito penal e à despreocupação com as opiniões dos envolvidos no conflito. Destaca que as variadas causas dos crimes não podem comportar uma única resposta estatal, pois essa postura subtrai o debate sobre as causas do delito.

O autor argentino ilustra a metáfora do quitandeiro da seguinte forma: a uma pessoa que se dirige a uma quitanda e solicita um antibiótico, o quitandeiro diz para se dirigir a uma farmácia, porque ele só vende verduras e frutas. Essa seria a resposta do penalista

quando demandado sobre o que fazer com um conflito que ninguém sabe como resolver e ao qual, como falsa solução, é atribuída natureza penal.

O penalista, em seu âmbito de conhecimento limitado, somente seria capaz de responder quando se habilitasse ou não o poder punitivo, e, mesmo assim, sabendo que isso não serviria ou não seria suficiente para resolver o conflito. Essa ideia deixa clara a ausência de participação das partes na resposta ao delito, pois o objetivo não é resolver o problema, mas se livrar dele.

Angela Davis (2018), ao indagar se as prisões têm futuro ou se elas estão obsoletas, pondera que, apesar da naturalização da prisão e da sua inclusão no cotidiano das pessoas, o que acontece dentro dessas instituições não é um assunto debatido. Logo, apesar do cárcere ser algo comum, ninguém quer falar sobre a realidade que se esconde na prisão.

Essa forma de tratar o assunto diz muito sobre como a comunidade se relaciona com o entorno social, e como se dá o trabalho ideológico que a prisão realiza, pois ela livra a responsabilidade da comunidade de tratar dos reais problemas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegada a hora de parar de lamentar que o sistema acusatório não foi implementado. Diante do comportamento autoritário e punitivista que pauta a atuação dos atores do sistema de justiça, faz-se necessário avançar e, ao propor medidas inusitadas, fazer as vozes serem ouvidas. Denunciar as barbaridades não tem surtido o efeito esperado, na medida em que os mecanismos de moer corpos continuam ligados em potência máxima, arrancando não só a dignidade dos clientes de sempre, mas também o futuro de gerações que, há séculos, se veem minorizados e subalternizados por uma cultura hegemônica imposta.

Assim, o saber acadêmico precisa chegar com força para defender novas saídas, porque lamuriar não tem reverberado na realidade do sistema de justiça criminal. Quando muito, as críticas influenciam tímidamente e pontualmente o atuar policial, ministerial e o decidir judicial.

Riccardo Cappi (3º Painel [...], 2020) escancara o problema e a necessidade de parar de acreditar nas falsas promessas estatais, que se repetem não só em relação ao direito, mas a outros tantos setores que o Estado diz ter uma finalidade, mas na verdade é exatamente o oposto. Não se pode mais questionar a existência de um projeto genocida estatal em relação aos jovens negros, implementado com a contribuição de uma sociedade que se solidariza com um cachorro doente, mas não com um cidadão da raça negra, pior ainda se ele for homossexual e pobre.

A proposta de mediação penal deverá ser regulamentada por lei e o encaminhamento fiscalizado, mas esse encontro deve ocorrer fora do ambiente hostil dos fóruns criminais, devendo ser implementados centros de mediação populares próximos à comunidade onde se deu o conflito, para que a população seja estimulada a participar da construção da resposta aos seus problemas.

Da mesma forma, o mediador é alguém eleito por aquela comunidade, sendo um conhecido de todos, alguém que exerce influência nas redondezas, alguém em quem se pode confiar.

Ao enfatizar que novas premissas são necessárias para a realização de um processo penal democrático, se insere a mediação popular na seara criminal com a intenção não só de ampliar o rol de respostas a essa modalidade de conflito, mas também de dar uma nova roupagem à democracia.

Para tanto, reconhece-se a limitação da atual providência estatal, diante da complexidade dos conflitos interpessoais, propondo-se essa solução como partida para, a partir de então, se redesenhar as premissas e, com elas, construir novas estradas.

REFERÊNCIAS

- 3º PAINEL | Riccardo Cappi – Uneb. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal PFDC MPF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TejACZddX38>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECKER, Howard. *Outsiders: uma sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CARVALHO, Salo de. *Antimanual de criminologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CARVALHO, Salo de. Criminologia crítica: dimensões, significados e perspectivas atuais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 104, p. 279-303, 2013.
- CASARA, Rubens R. R. *Processo Penal do Espetáculo: ensaios sobre o poder penal, a dogmática e o autoritarismo da sociedade brasileira*. Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.
- CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: ICC, 2005.
- CHOUKR, Fauzi Hassan. Permanências inquisitivas e refundação do processo penal: a gestão administrativa da persecução penal. In: COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda; SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da (org.). *Mentalidade inquisitória e processo penal no Brasil*. São Paulo: Tirant Lo Blanch Brasil, 2016.
- CHRISTIE, Nils; OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de; ISOLA, André Fonseca. Conversa com um abolicionista minimalista. Entrevista. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 13-22, 1998.

- DAVIS, Angela. *Estarão as Prisões Obsoletas?*. Rio de Janeiro: Difel, 2018.
- DEL OLMO, Rosa. *A face oculta da droga*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Autoritarismo e Processo Penal: uma genealogia das ideias Autoritárias no Processo Penal Brasileiro*. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018. v. 1.
- KARAN, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In: PASSETI, Edson; DIAS, Roberto (org.). *Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCRIM, 1997. p. 83-84.
- LARRAURI, Elena. *Palestra proferida no XLVI Curso Internacional de Criminologia*. Barcelona, 1991.
- MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI - Abolição, um sonho impossível?. In: PASSETI, Edson; DIAS, Roberto (org.). *Conversações Abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCRIM, 1997. p. 222-270.
- OLIVEIRA FILHO, Ney Menezes; PRADO, Alessandra Rapaci Mascarenhas. O Problema da Vingança Privada (Autotutela): entre o Minimalismo Garantista e o Abolicionismo Radical. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 61-81, 2018.
- OLMO, Rosa del. *A América Latina e sua Criminologia*. Rio de Janeiro: ICC, 2004.
- PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Revisitando o direito, o poder, a justiça e o processo: reflexões de um jurista que trafega na contramão*. Salvador: Juspodivm, 2012.
- PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 68, p. 39-60, 2004.
- PIRES, Thula. Cartas do Cárcere: testemunhos políticos dos limites do Estado Democrático de Direito. In: PIRES, Thula; FREITAS, Felipe (org.). *Vozes do cárcere: ecos da resistência política*. Rio de Janeiro: Kitabu, 2018. p. 169-170.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A Criminologia Radical*. 4. ed. Florianópolis: Tirant Lo Blanch, 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em Busca das Penas Perdidas. In: ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A Perda de Legitimidade do Sistema Penal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2001. p. 73-84.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SOBRE OS AUTORES

ADRIELE BELA NERI

Graduanda do 6º semestre do curso de Direito na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *E-mail:* n.eribela16@gmail.com.

ALESSANDRA RAPACCI MASCARENHAS PRADO

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDFBA) e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Coordenadora do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Sanção Penal (NESP). *E-mail:* alessandra.prado@ufba.br. Artigos e coletâneas publicados podem ser acessados nos seguintes endereços: <https://ufba.academia.edu/AlessandraMascarenhasPrado> e <https://orcid.org/0000-0001-9972-6634>.

DANDARA REIS OLIVEIRA

Graduanda do 6º semestre do curso de Direito na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *E-mail:* dandaraoliv@hotmail.com.

IANINE VITÓRIA DOS ANJOS

Bacharela em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Advogada.

LUCAS GABRIEL SANTOS COSTA

Doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* lgscosta@uesc.br.

MICAELLA DO CARMO SANTOS

Graduanda do 6º semestre do curso de Direito na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *E-mail:* micaellacarmo@gmail.com.

NEY MENEZES DE OLIVEIRA FILHO

Doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). *E-mail:* ney1083@gmail.com. Artigos e coletâneas publicados podem ser acessados nos seguintes endereços: <https://independent.academia.edu/NeyMenezes>, <https://orcid.org/0000-0001-9972-6634> e <https://orcid.org/0000-0001-9125-2673>.

TERCÍLIA JÚLIA OLIVEIRA RODRIGUES

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). *E-mail:* terciliajuliaoliveirarodrigues@gmail.com.

THAIZE DE CARVALHO CORREIA

Doutora e mestre em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora de Processo Penal da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da UFBA. Advogada.

Formato: 15,5 x 22,5 cm

Fontes: Documenta

Miolo: Papel Alta Alvura 75 g/m²

Capa: Cartão Supremo 300 g/m²

Impressão: Gráfica 3

Tiragem: 500 exemplares

Alessandra Rapacci Mascarenhas Prado

é mestra e doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora do curso de Direito e do programa de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDFB), coordenadora do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Sanção Penal (NESP), foi integrante do Conselho Penitenciário da Bahia, dedica-se à pesquisa sobre prisão em uma perspectiva crítica.

Ney Menezes de Oliveira Filho

é mestre pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professor do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no *campus* XIII, Itaberaba-BA, coordenador do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Abolicionistas (NEA), integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Sanção Penal (NESP).

A coletânea é composta por textos que discutem os limites da intervenção penal a partir da apresentação dos resultados de pesquisas empíricas e teóricas, que têm como objeto de análise um documentário, notícias divulgadas na mídia, autos de resistência, a legislação penal e a legislação processual penal. Ao tratarem de temas como mídia, teatralidade e linguagem punitiva, violência institucional e descumprimento de medidas protetivas, a máquina burocrática de arquivamento de autos de resistência, coleta coercitiva de material genético e a garantia da não autoincriminação, bem como a mediação no processo penal brasileiro, as autoras e os autores realizam análises críticas sob uma perspectiva contradiscursiva, visando desvelar o que consubstancia o poder punitivo no Brasil.

ISBN: 978-65-5630-768-8



9 786556 307688

fapesb

Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia



GOVERNO DO ESTADO
BAHIA

SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO